


UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Thiago Henrique Bragato Barros

A Construção Discursiva em Arquivística: Uma Análise do Percorso Histórico e
Conceitual da Disciplina por meio dos Conceitos de Classificação e Descrição



Marília
2010

Thiago Henrique Bragato Barros

A Construção Discursiva em Arquivística: Uma Análise do Percorso Histórico e Conceitual da Disciplina por meio dos Conceitos de Classificação e Descrição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, tecnologia e conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes

Marília
2010

Barros, Thiago Henrique Bragato

B277c A Construção Discursiva em Arquivística: Uma
Análise do Percurso Histórico e Conceitual da Disciplina
por meio dos Conceitos de Classificação e Descrição. –
Thiago Henrique Bragato Barros - Marília, 2010
132f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual
Paulista, 2010

Bibliografia: F. 125-132

Orientador: Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes

1. Lingüística. 2. Análise do Discurso. 3.Arquivologia . I. Autor. II.
Título.

CDD 025.171

Thiago Henrique Bragato Barros

A Construção Discursiva em Arquivística: Uma Análise do Percorso Histórico e Conceitual da Disciplina por meio dos Conceitos de Classificação e Descrição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, tecnologia e conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes (Orientador)
Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP

Profª. Dra. Maria Leandra Bizello
Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP

Profª. Dra. Lidia da Silva Freitas
Instituto de Artes e Comunicação Social – UFF

Marília 12 de Março de 2010

Aos meus pais...

Agradecimentos:

Para algumas pessoas e entre elas me incluo, parece mais fácil agradecer tudo e a todos por meio do próprio trabalho do que diretamente em uma coisa que existe em todos os trabalhos acadêmicos – os agradecimentos.

Os agradecimentos soam forçados e parece limitar a importância desta ou daquela pessoa, deste ou daquele autor, para sua formação pessoal e profissional, intelectualmente e emocionalmente.

O meu medo neste momento é soar forçado e falso, coisa que nunca quis ser e todo dia tento continuar assim, é culpa da literatura e dos livros, que pela falta de compreensão e preguiça social, foram meus companheiros de adolescência e da condição de “jovem-adulto” provavelmente por culpa também da música gótica que me fez encontrar meu lugar “To the darkened skies once more and ever onward.”.

Dois anos parece pouco, para o tanto que se apreende estudando, perdido em suas próprias idéias.

As horas gastas em meio aos livros, tentando entender na maioria do tempo o lugar e o papel da Análise do Discurso nesta pesquisa e na Arquivística e se eu era realmente capaz de compreendê-la e de utilizá-la, buscando por meio dela, desvendar o histórico conceitual da Arquivística, um percurso bastante complicado. Ainda não me convenci.

Quanto mais estudo, mais sinto que devo estudar. Deve ser um vício.

A pesquisa é uma atividade bastante solitária, mas que é sem dúvida construída em conjunto, talvez por isso, exista os agradecimentos, é parte da piada e do paradoxo da pesquisa.

Antes de agradecer a qualquer outra pessoa, devo com muito orgulho, agradecer ao meu orientador João Batista Ernesto de Moraes, pelo carinho, camaradagem, conselhos, livros, apoio, piadas, aulas,... A lista é gigante. Toda reunião aprendo um pouco mais, sobre pesquisa, e como ser um bom professor.

Queria deixar registrado para todos os que talvez vão ler este trabalho, hoje e no futuro que o senhor sempre será meu “Professor” com muito respeito e admiração.

Queria agradecer também, ao professor José Augusto Chaves Guimarães... por acreditar em minha pesquisa, pelos livros emprestados, pelos sábios conselhos...pelos toques na qualificação...e claro pelo excelente guia de turismo!

Paris em três dias só é possível com o senhor!

A professora Lídia da Silva Freitas pelas considerações fundamentais para esta dissertação e para o desenvolvimento dos projetos futuros, muitíssimo obrigado.

gradeço ao pão por tudo!!!! – principalmente pela paciência e amor!

A Natália, por essa amizade sincera e pela parceria intelectual de todos estes anos...

Os amigos... não são muitos... mas sabem quem são, sintam-se agradecidos!

Por fim, mas não menos importante, a CAPES, pela tranquilidade proporcionada pela bolsa, durante um ano e meio.

*Tira os olhos do computador e vira-se em direção a
cozinha e vê o rapaz segurando uma cruz celta, uma
fotografia e um pé de ave.
-Mas que p* é essa?
(O Dia da Torrada, Sean Vogel, p.66, 2009)*

RESUMO

A análise do discurso é uma disciplina que possui características teórico-metodológicas que podem contribuir para o crescimento da teoria Arquivística. O estudo do discurso contribui para se compreender como se constroem certas formações lingüísticas, preocupando-se principalmente com o contexto em que o texto foi produzido. Sendo a Arquivística um produto do conhecimento construído historicamente, o contexto de produção conceitual acaba por refletir-se nas diferentes correntes de pensamento e na abordagem metodológica. Deste modo contribui-se para, a análise do discurso e para a arquivística, já que possui um levantamento teórico a esse respeito relacionando o discurso produzido pelos manuais de arquivo. Foram discutidos conceitos fundamentais da organização arquivística: Descrição e a Organização dividida em duas fases complementares a Classificação e o Arranjo. Estes conceitos foram discutidos por meio de seu percurso histórico e conceitual em uma série de obras. Foram Analisados um total de seis manuais/livros, divididos em antes e depois do desenvolvimento dos pressupostos da Avaliação. São eles: *Manual de Arranjo de Descrição de Arquivos* (Handleiding voor het ordenen en beschrijven van Archieven) de Muller, Feith, e Fruin (Ed.1 1898) o *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* (1 Ed. 1922) de Sir Hillary Jenkinson, responsáveis pelas primeiras enunciações da técnica arquivística e ainda o manual responsável por modificar uma série de práticas nos arquivos, o *Modern Archives: Principles and Techniques* (1 Ed. 1956) de Theodore R. Schellenberg. E do conjunto de manuais mais atuais, foram selecionados o de Antonia Heredia Herrera, *Archivística Geral* (1 Ed. 1986) e *Arquivos Permanentes* de Heloísa Liberalli Bellotto (1 Ed.1990). Como contraponto e, portanto não excluindo o que foi pensado pelos manuais apresentados anteriormente, mas com maneiras diferentes de perceber os mesmos conceitos, mas com uma visão que é complementar, o *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, de Jean-Yves Rousseau & Carol Couture, (1 ed. 1994) fruto da nova escola de Arquivística provinda do Canadá. Por meio das análises foi possível perceber a discursividade presente na teoria da Arquivística e a polifonia presente na disciplina.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Arquivística; Classificação; Arranjo; Descrição;

ABSTRACT

Discourse Analysis is a discipline that has theoretical and methodological characteristics that may contribute to the theory growth of the Archival Science. The study of discourse helps to understand how its construct certain linguistic formations, concerned mainly with the context in which the text was produced. As the Archival Science a product of historically constructed knowledge, the conceptual context of production ultimately reflected in different streams of thought and approach. Thus contributes to the discourse analysis and Archival Science, since it has a theoretical approach in this regard relating the discourse produced by Archival Science manuals . We discussed the basic concepts of archival organization: Description and Organization divided into two complementary phases Classification and Arrangement. These concepts were discussed by means of its historical and conceptual in a series of works. We analyzed a total of six manuals / books, divided into before and after the development of the assumptions of Appraisal. They are: The *Manual for the Arrangement and Description of Archives*, (Handleiding voor het ordenen em beschrijven van Archieven) by Muller, Feith, and Fruin (Ed.1 1898) the *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* (1st Ed 1922) by Sir Hillary Jenkinson, responsible for the first utterances of the archival techniques and the manual that still responsible for modifying a number of practices in the archives, the *Modern Archives: Principles and Techniques* (1st Ed 1956) Theodore R. Schellenberg. And of all the most current manuals, were selected to Antonia Heredia Herrera, *Archivística General* (1 Ed. 1986) and *Arquivos Permanetes* de Heloisa Liberalli Bellotto (1 Ed.1990). As a counterpoint, and thus not excluding what was thought previously presented by the textbooks, but with different ways of perceiving the same concepts, some extent, are additional. *Les fondements de la Discipline Archivistique*, Jean-Yves Rousseau & Carol Couture, (1st ed. 1994) result of the new school stemmed Archivist of Canada. Through the analysis we could perceive the discourse of the theory of Archival and polyphony in this discipline.

Key-Words: Discourse Analysis; Archival Science ; Classification; Arrangement; Description;

LISTA DE ABREVIATURAS

ANABAD – Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas

ACA – Association of Canadian Archivists

AAQ – Association des Archivistes du Québec

AD – Análise do Discurso

ADF – Análise do Discurso Francesa

ADA – Análise do Discurso Anglo-Saxã

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

ISAD(G) – General International Standard Archival Description

ISAAR(CPF) – International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families,

ISDF - International Standard for Describing Functions

ISDIAH - International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings

Sumário

1. Introdução	13
2. Os Fundamentos da Arquivística: Histórico e Conceitos (1898-1956)	18
2.1 Do princípio ao manual Holandês	18
2.2. O desenvolvimento da disciplina: o Manual de Hillary Jenkinson	24
2.3 A Arquivística torna-se moderna: O manual de Theodore R. Schellenberg	31
3. Os Fundamentos da Arquivística: Histórico e Conceitos (1956-1994)	39
3.1. A Arquivística na Espanha: Histórico e contribuições Conceituais	39
3.2 A Arquivística Brasileira: O Desenvolvimento Conceitual no Brasil	46
3.3 A Arquivística Canadense: Os Fundamentos da disciplina Arquivística	54
4. Análise do Discurso: Conceitos e Noções Fundamentais	63
4.1. Os elementos de Análise do Discurso: Histórico da abordagem e da Disciplina	64
4.2. Os elementos da teoria discursiva: A noção de discurso e enunciado	75
4.3. Os elementos da teoria discursiva: A formação discursiva e a formação ideológica	78
4.4. Em busca do método: A interdiscursividade	84
4.5. Uma questão do método de análise: procedimentos metodológicos	86
5. A Análise dos Manuais: Os Enunciados e Discursos Arquivísticos	89
5.1. A enunciação da Arquivística: O manual de Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e R. Fruin	91
5.2. A naturalidade e neutralidade da Arquivística: Hillary Jenkinson	97
5.3. A Arquivística moderna: Classificação e Descrição em Schellenberg	101
5.4. A Arquivística Espanhola: A classificação e descrição contemporânea	108
5.5. As Práticas Brasileiras em Descrição e Classificação: A análise do livro de Heloisa Liberalli Bellotto	113
5.6. A Arquivística Canadense: Os Fundamentos da disciplina Arquivística	117
6. Considerações Finais	122
Referências	126

1 INTRODUÇÃO

A Arquivística, assim como outras áreas da Ciência da Informação e da Ciência contemporânea, deve ser constantemente revista para, a partir dessa revisão, ampliar suas metodologias e formas de abordagem.

Essa disciplina, como outras dentre as ciências humanas e sociais, possui uma construção teórica bastante recente, devido, em grande parte, por estar relacionada a uma prática profissional bastante específica - a organização e gestão de arquivos.

Assim, discussões de ordem teórica são fundamentais para seu amadurecimento, visando a suprir lacunas históricas e epistemológicas. Contudo, com a busca por supressão desses lapsos teóricos e históricos, surgem no palco das análises outras questões que precisam ser respondidas.

É só por meio da construção e fundamentação teórica que essa disciplina, poderá permanecer no futuro como campo de atuação profissional e acadêmica.

Atualmente, a área passa por uma profunda transformação nos campos teórico e prático.

No teórico devido às publicações de uma série de autores das correntes anglo-saxônicas, que aproximam a Arquivística dos métodos de compreensão e estudo, próprio das ciências humanas, autores como Terry Cook e Brien Brothman, ou autores que buscam circunscrever o campo de atuação da disciplina, como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau. No prático, devido a uma crescente mudança nos contextos de produção de documentos, por conta de um aumento do uso de tecnologias com esse fim., O que há 20 anos parecia utopia de autores de ficção científica, como Willian Gibson e Isaac Asimov, tornara-se realidade.

Esse novo quadro teórico-metodológico possibilita o aparecimento de perspectivas de análise e estudos diferenciados, que criam frentes de pesquisa até então inéditas, principalmente nas áreas de tratamento/organização da informação, e em especial na Arquivística, que, apesar de todo o desenvolvimento nos últimos 30 anos, ainda possui uma carência bibliográfica no âmbito internacional e mais criticamente no Brasil. Assim, a abertura para novos campos de pesquisa faz-se fundamental.

A existência de lapsos teóricos faz parte do discurso corrente da Arquivística, porque nas áreas de tratamento/organização da informação parte de questões práticas, caminhando rumo às discussões teóricas, fato possível de ser percebido na própria história da disciplina.

Então, a partir desse novo quadro teórico e das balizas que a Análise do Discurso promulga, advindas da corrente teórica francesa que se propõe a trabalhar e também, dos autores contemporâneos da Arquivística (T. Cook, E. Ketellar, Brien Brothman, etc. predominantemente das novas correntes canadenses e americanas), pode-se postular que o documento é uma construção, portanto, não existe, em hipótese alguma, naturalidade na guarda, no processamento e no conteúdo.

O documento é parte de um processo científico e burocrático permeado por uma posição ideológico-histórica, consciente ou não, uma vez que, no processamento técnico, existe um campo teórico, mas existe, também, um campo ideológico e um sujeito que interfere nos documentos que organiza¹.

Busca-se, nessa perspectiva, estudar conceitos conhecidos e considerados fundamentais para a metodologia de tratamento/organização da Arquivística, porque esses conceitos fazem parte do instrumental teórico que o arquivista possui para organizar, tratar e perceber o documento, valendo-se principalmente, para esta pesquisa, das bases teóricas da Análise do Discurso, de suas áreas correlacionadas (sociologia, linguística, filologia, psicanálise, etc.) e do próprio histórico e quadro conceitual da disciplina Arquivística.

O problema reside em identificar e analisar o discurso, produzido no seio da metodologia Arquivística, a partir de suas funções fundamentais, a *Descrição*, e o que se convencionou chamar Organização, colocada em suas duas fases: *Classificação*² e *Arranjo*³.

Essa análise acontece a partir de manuais de Arquivística produzidos no decorrer do desenvolvimento da disciplina, partindo dos primeiros, como o clássico *Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses*, para os mais atuais, como o *Fundamentos da Disciplina Arquivística*.

Essa pluralidade de manuais analisados em épocas diferentes da Arquivística deve-se, em grande parte, à constante mutação ocorrida nos arquivos nos últimos dois séculos, responsáveis pela promulgação e desenvolvimento das metodologias e princípios arquivísticos em diferentes momentos da história da civilização e dos arquivos.

Devemos levar em conta que analisar o discurso é, antes de tudo, identificar os efeitos produzidos entre o texto e seus interlocutores (Pêcheux, 2002)

¹ A esse respeito consultar BARROS, T. H. B. *A Formação Discursiva do Documento de Arquivo: Uma Análise A partir de Processos de Delegacias de Ordem Política e Social*. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007.

² Arquivos Correntes e Intermediários

³ Arquivos Permanentes

Os estudos do texto e do discurso têm como meta o exame das relações entre enunciação, discurso e fatores sócio-históricos, e representam abertura do campo de exploração da semântica para a produção concreta de enunciados em meios diversos. Os textos (orais e escritos), como manifestações de discursos diversos, apresentam-se como unidades de análise, devendo ser compreendidos em sua *organização*, em sua *temática*, em seu *gênero*, em seu *estilo* – ou seja, em seu uso.

Portanto, analisar o discurso estabelecido no interior de manuais de arquivística é compreender como esses conceitos se organizam dentro do texto e como se justifica a existência desse mesmo conceito, compreender quais são os estilos do texto e, também, identificar o sujeito, contextualizando aquele que enuncia o conceito a partir do recorte construído na análise.

Encara-se a análise do discurso como um método teórico para a compreensão das produções linguísticas, interpeladas pelas posições do sujeito e pela ideologia.

Então, emergem os seguintes objetivos de pesquisa: primeiramente, em caráter mais geral, discutir-se a história conceitual da disciplina, marcando o lugar e os sujeitos que enunciaram seus conceitos, partindo do aparecimento da Arquivística, as primeiras definições, a cristalização inicial no Manual dos Arquivistas Holandeses e seu posterior desenvolvimento, porque, a partir da construção histórica, pode-se compreender o lugar que uma obra ocupa dentro de uma disciplina.

Em caráter mais específico, a análise de alguns pontos de contato fundamentais para a formação da Arquivística brasileira, em especial a Espanha e o Canadá.

Por fim, percurso histórico dos conceitos de classificação e descrição.

Esse exercício arqueológico de buscar identificar o histórico da disciplina por meio dos Manuais já é parte da análise que se propõe e, para tal fim, é importante o estudo do autor, da obra e do contexto de ambos, porque só a partir desse ponto pode-se entender o papel que desempenharam e desempenham para a Arquivística, porque o desenvolvimento da mesma é fruto também das mudanças na sociedade. Como postula Orlandi (2007, p.66) sobre a análise do discurso, “ O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista”

Então, é necessário um recorte não só nos conceitos, mas também nas obras que foram analisadas, porque existe uma série de manuais teóricos em Arquivística e cada um deles pertencentes a uma formação discursiva diferente.

Os Manuais foram selecionados a partir dos seguintes requisitos: aceitação na área, ou seja, os manuais mais referenciados e citados ao longo de uma série de livros artigos e eventos, portanto os manuais mais reconhecidos sejam por formar parte da base conceitual da

disciplina, ou por sua importância para o país que o produziu, porque se busca identificar como se compreende o núcleo da disciplina.

A seleção também busca representar, através desses manuais, tradições arquivísticas diferentes, mas não excludentes visando a uma triangulação dos conceitos entre os autores, ou seja, os manuais promulgados no início da disciplina serviram de base para o aparecimento dos seguintes e, a partir do momento em que os conceitos trabalhados cristalizam-se, existe uma aceitação e uma possível refutação do que se enuncia no conceito.

Essa análise é, em um primeiro momento histórico, fruto de especulações de uma série de autores e, em um segundo momento, uma análise dos conceitos em sentido estrito, contextualizados por meio das obras e das instituições que os legitimam.

Esses dois preceitos sinalizam um terceiro: colocar na discussão pontos de vista diferentes sobre o mesmo conceito, sujeitos diferentes, em épocas diferentes, com posições diferentes, enunciando ideias diferentes.

Divide-se a análise da seguinte maneira:

Como parte da estruturação da disciplina, o fundamental *Manual de Arranjo de Descrição de Arquivos (Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven)* de Muller, Feith, e Fruin (Ed.1 1898).

Outro ponto é o importante manual *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making* (1 Ed. 1922) de Sir Hillary Jenkinson; por fim, o divisor de águas de Theodore R. Schellenberg *Modern Archives: Principles and Techniques* (1 Ed. 1956)

Como parte do desenvolvimento e cristalização dos conceitos, serão utilizados o manual de Antonia Heredia Herrera, *Arquivística Geral* (1 Ed. 1986), e *Arquivos Permanentes*, de Heloísa Liberalli Bellotto (1 Ed.1990), complementares até certo ponto, uma vez que a Arquivística brasileira espelha-se na espanhola e, mais recentemente, na corrente canadense .

Como contraponto observar-se-á, não excluindo o que foi pensado pelos manuais apresentados anteriormente, mas com maneiras diferentes de perceber o mesmo conceito, o texto *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, de Jean-Yves Rousseau & Carol Couture (1 ed. 1994), fruto da nova escola de Arquivística provinda do Canadá.

Esta dissertação estrutura-se do seguinte modo:

O segundo e terceiro capítulos referem-se ao histórico da Arquivística, dividido em dois quadros teóricos complementares, primeiramente de 1898-1956. O primeiro, de 1956 ao presente; No segundo, discutem-se os preceitos fundamentais, princípios, métodos e o

aparecimento dos conceitos relacionando – os manuais e suas abordagens. Portanto, não há análise propriamente dita dos conceitos de classificação-descrição dos manuais, e sim a configuração histórica da Arquivística e seu quadro conceitual principal.

No quarto capítulo, aborda-se a análise do discurso e seus preceitos fundamentais, histórico da disciplina, abordagens, conceitos e maneira de perceber as relações entre a materialidade linguística e a ideologia, portanto, os preceitos fundamentais para se operar a análise.

No quinto capítulo, pensa-se a relação dos manuais com o histórico conceitual da disciplina e a análise dos recortes discursivos, a partir dos conceitos de classificação e descrição.

Por fim, apresentam-se as considerações finais.

CAPÍTULO 2

OS FUNDAMENTOS DA ARQUIVÍSTICA: HISTÓRICO E CONCEITOS (1898-1956)

Nesse capítulo, discute-se o histórico da Arquivística através dos manuais até o aparecimento da Avaliação. Esse histórico é fundamentado a uma série de autores de diferentes países, que comentam a construção dos conceitos arquivos de início até a década de 1950.

Nesse contexto, como parte da própria análise, discute-se também, a biografia dos autores analisados, uma vez que, só partir da compreensão dos autores-sujeitos é possível compreender o papel de suas obras para a construção dos conceitos arquivísticos.

Em um primeiro momento, discute-se a formação dos Arquivos Nacionais e a publicação do Manual Holandês. Mais adiante, analisa-se a importância da obra de Hillary Jenkinson e, por fim, a contribuição de Theodore R. Schellenberg.

2.1. Do princípio ao manual Holandês

A história da Arquivística está muito ligada ao aparecimento dos arquivos institucionalizados. Pode-se afirmar que já existiam práticas arquivísticas antes da institucionalização propriamente dita, porém, é precipitado dizer que a mesma já existia antes da Revolução Francesa, pois é a partir desta que se criam os Arquivos Nacionais, e a Arquivística começa a ser pensada.

É evidente, como apontam Silva (1999) e outros autores que se preocuparam em buscar a historiografia dos arquivos, que existiam arquivos nas civilizações antigas, desde o aparecimento da escrita, mas a teoria de sua organização, ou seja, seus princípios técnicos, provavelmente não se configuravam como o atual.

É possível dividir a teoria Arquivística em dois momentos bem marcados: o primeiro perpassa séculos de história, a ascensão e queda de civilizações anteriores ao desenvolvimento dos princípios da proveniência e ordem original. A Arquivística, como outras tantas disciplinas, é sem dúvida fruto da complexidade da vida moderna.

A esse respeito, Cook (1997, p.18, tradução nossa), faz a seguinte ponderação:

[...] Desde tempos antigos, aqueles no poder decidiram quem era permitido falar e aqueles que eram forçados a silenciar-se, em ambos, na vida pública e nos arquivos. Sem dúvida os arquivos tem suas origens institucionais no mundo antigo como agentes para legitimar tal poder e marginalizar aqueles sem poder. Essa fase inicial continua. Nos arquivos medievais estudiosos agora encontram, foram coletados – e mais tarde removidos e reconstruídos – não apenas para manter a evidência legal e a transação administrativa, mas também explicitamente para servir para pretensões históricas e simbólicas, mas apenas aquelas figuras e eventos julgados válidos para celebrar, ou memorizar com os contextos de seus tempos.

Portanto, construções a respeito do passado dos arquivos e das civilizações são, sem dúvida, possíveis. Porém, deve-se sempre ter em mente que o arquivo é acima de tudo uma instituição reguladora e legitimadora do poder e os profissionais que atuavam e atuam nessas instituições são responsáveis por essa legitimidade. A instituição arquivo ao longo dos séculos caminhou entre o dito e o não dito.

No entanto, uma afirmação que se pode fazer é de que a Arquivística deve todo o seu desenvolvimento inicial à institucionalização dos Arquivos Nacionais no século XVIII.

A Revolução Francesa foi parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o antigo regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de movimentos que buscavam autonomia.

Podem-se citar, como exemplos, a independência dos Estados Unidos (1776-83), Irlanda (1782-84), Bélgica (1787-90) e Holanda (1783-87)⁴.

Nesse sentido, a Revolução Francesa, foi momento marcante na mudança da estrutura social no mundo ocidental, pois provocou alterações em toda a estrutura social do ocidente. Com isso, modificou as relações entre as classes sociais e as instituições. Os arquivos, obviamente, não ficaram fora desse cenário.

“A Revolução Francesa é, assim, a revolução de seu tempo e não apenas uma revolução, embora a mais proeminente de sua espécie” (HOBSBAWN, 2008, p.13)

É evidente que existem princípios técnicos anteriores a Revolução Francesa; um dos livros mais citados⁵ desse período e considerado por muitos autores o primeiro livro de Arquivística é o livro *De re diplomática libri VI* de Jean Mabillon, publicado em 1681. Trata-se de um tratado que utiliza os métodos da Diplomática para identificar a veracidade de documentos medievais.

⁴ Segundo Hobsbawn, E. J. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008

⁵ Ver em Duranti, L. **Diplomatica: usos nuevos para una antigua ciencia**. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1995 e Heredia Herrera, A. **Archivística General: teoría y práctica**. 5ªed. ampliada. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

Outro ponto bastante importante é que, a partir do momento histórico que se convencionou a chamar de Renascimento, com todos seus avanços tecnológicos, a colonização da América, etc., as sociedades foram tornando-se cada vez mais complexas e essa complexidade atuou diretamente no âmbito administrativo. Por exemplo, no caso das Américas, era necessária uma série de documentos informando a metrópole sobre a exploração do ouro, cana de açúcar, prata, etc.

A criação dos Arquivos Nacionais modificou toda estrutura existente de organização nos arquivos, já que surge à figura de um arquivo central, responsável por estabelecer os parâmetros e métodos utilizados por toda a administração pública melhorando a eficiência do governo.

Em 1789, é criado o Arquivo Nacional da França, antes arquivo da Assembléia, e posteriormente, em 1794, no dia 24 de junho, transformado nos *Archives Nationales*.

Com a criação dos Arquivos Nacionais, começa-se a busca por métodos e ferramentas para a organização dos arquivos, já que, a partir do início do século XIX, além das mudanças já apontadas, esses começam a servir de fonte para historiadores.

Essas mudanças são evidentemente fruto do desenvolvimento da historiografia e das ciências, já que, em sentido lato, pode-se dizer que os arquivos, entre outras instituições, é responsável por dar poder às pessoas para gerar sentido e, a partir desse, gerar identidades que se relacionam com o mundo. (BROTHMAN, 1999)

O poder contido nos arquivos é encontrado na maioria das civilizações; nesse momento, porém, existe uma mudança de paradigma porque o arquivo torna-se patrimônio público, ao qual todos tem direito de acesso.

Sua importância histórica é percebida e a Arquivística passa a ser considerada como uma “ciência auxiliar da história”, a exemplo de outras disciplinas como a Diplomática, a Paleografia, a Sigilografia, etc. Nesse sentido, os arquivos são considerados laboratórios da História, visando ao estudo e estabelecimento de historiografias nacionais.

Nesse contexto, inicia-se uma série de ações buscando a organização dos acervos documentais, surgindo na França a *École des Chartes*, em 1821, instituição que começou a aplicar métodos da Diplomática, Paleografia e Sigilografia para o arranjo e descrição dos arquivos.

No mesmo período, em uma série de ações por toda a Europa, começam a surgir escolas propondo o estudo da Diplomática, Paleografia, etc. Visando à organização dos documentos, como a fundação da escola de Diplomática na Espanha, por exemplo.

Anos mais tarde, em 1841, devido aos problemas gerados pela pluralidade de fundos contidos nos Arquivos Nacionais da França, em grande parte, pela centralização dos arquivos, Natalis de Wailly, chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior e diretor da École des Chartes, promulga o princípio de respeito aos fundos, buscando rearranjar os documentos da administração francesa.

Esse “caos” devido à centralização dos arquivos é comentado por Duchemin (1986). Misturavam-se documentos do tesouro, arquivos do parlamento de Paris, das abadias e conventos, dos ministérios do governo real e ainda das novas assembleias e administrações criadas pela Revolução Francesa.

Esse princípio é promulgado anos depois da queda do Império Francês, que levou à extinção vários órgãos criados por Napoleão e que, por conta do domínio de uma série de países europeus, ocasionou uma maior produção de documentos.

Essa mudança de cenário – a ascensão e queda do Império Francês – influenciou uma série de países envolvidos nos primeiros momentos da Arquivística, já que foram conquistados por Napoleão em suas campanhas, com mudanças nas estruturas política e administrativa.

O princípio de respeito aos fundos vem buscar sanar esse problema gerado pela centralização dos arquivos.

Grande parte do desenvolvimento inicial da disciplina, no século XIX, deve-se em às ações Francesas e Alemãs, porém, é um Manual publicado na Holanda que aglutina todos os preceitos pensados até então.

Todas essas ações buscam parâmetros técnicos para organização dos arquivos, provocados por uma mudança estrutural nos aparelhos de poder. A prática Arquivística e a própria teoria dos arquivos têm seu ponto alto no fim do século XIX, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses.

Esse manual instaura a formação discursiva da Arquivística, no sentido de existir uma confluência de enunciados postulados anteriormente, sintetizados nessa publicação. Sua importância é consenso na área, já que foi o primeiro, atingindo arquivistas canadenses, brasileiros, espanhóis, portugueses, etc.

Como apontam Ketelaar, Horsman & Thomassen (2003, p. 249, tradução nossa), em seu artigo publicado devido ao centenário do manual holandês, “O *manual de arranjo de descrição de arquivos* (1898) é geralmente referenciado como o ponto inicial da teoria Arquivística e de sua metodologia”

Essa citação reforça a importância dada a esse manual pela comunidade arquivística internacional, pode-se citar, ainda, uma série de outros artigos reiterando essa aceção, porém, apesar de ser um dos manuais mais ilustres e históricos da Arquivística, deve-se sempre ter em mente que todo texto possui um contexto anterior a sua enunciação. A promulgação desse manual deve-se, entre outras coisas, às estratégias Arquivística aplicadas na Holanda.

Segundo Ketelaar Horsman & Thomassen (2003, p.249, tradução nossa) “Durante o século XVIII, a administração holandesa começou a considerar os arquivos como uma fonte de conhecimento da história de suas cidades e dos atos heróicos de seus antepassados”

Segundo os autores, isso se deve às mudanças que aconteceram na Holanda no fim do século XVIII, porque a República dos Países Baixos foi substituída pela República do Bático, fazendo com que os arquivos do antigo regime perdessem sua função administrativa, restando a histórica. Coube aos arquivistas desse período reunir a documentação do antigo regime.

A Revolução Francesa e o Império Francês foram responsáveis pelas mudanças que aconteceriam ao longo do século XIX, essas mudanças ocorreram na Holanda devido à Revolução e à invasão de Napoleão.

Essa mudança de cenário provocou a evolução da Arquivística Holandesa. No início do século XIX, começou-se a aplicar métodos da diplomática para o arranjo e descrição nos arquivos medievais, servindo de subsídios para traçar o percurso histórico holandês.

Num momento posterior, na segunda metade do século XIX, é perceptível a aproximação dos arquivistas holandeses com as idéias já mais modernas da *École des Chartes*.

Terry Cook (1997, p. 21, tradução nossa), em trabalho sobre os fundamentos históricos da Arquivística, faz a seguinte aceção a respeito do Manual dos Arquivistas Holandeses:

Muller, Feith, e Fruin produziram seu manual para a associação de Arquivistas Holandeses em cooperação com o Arquivo Nacional e o Ministério do Interior. Cada uma das cem regras no manual foram formalmente discutidas pela sociedade durante os anos de 1890. Típico dos trabalhos feitos por comitês é escrito com muito cuidado e com uma série de exemplos. Mesmo em relação a regras, é perceptível esse aprofundamento. O manual também reflete as idéias de Muller tomadas da teoria Francesa, devido a seus estudos na *École des Chartes* e do conceito alemão de proveniência, utilizado em uma série de arquivos da Holanda.

Esse Manual pode ser considerado não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então.

Os princípios como o da proveniência, por exemplo, já existiam na prática desde Natalis de Wailly, mas com esse manual ganham explicações teóricas.

A contribuição do mesmo foi articular os principais princípios (regras) relacionados à natureza e ao tratamento dos arquivos.

A publicação do Manual, e sua posterior tradução para o alemão (em 1905), italiano (1908) e francês (1910), levou à reflexão dos conceitos promulgados pelos holandeses. Devido a essa reflexão, chegou-se à definição da proveniência como um conceito intelectual, fenômeno só possível a partir do aparecimento do manual.

Retomando Cook (1997, p. 21, tradução nossa), ele discorre a esse respeito da seguinte maneira:

A contribuição chave dos autores holandeses foi articular os princípios mais importantes (ou regras), preocupando-se com a natureza e o tratamento dos arquivos. O trio começa sua primeira regra nos termos “o fundamento sobre o qual se erguerá todo resto” de que os arquivos são “o conjunto de documentos escritos, desenhados, material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários.” As regras 8 e 16 enunciam os dois pilares da teoria clássica da Arquivística: arquivos se definem, “devem ser separados com cuidado” e não misturados com arquivos de outros órgãos ou colocado em arranjos artificiais baseados cronologicamente, geograficamente, ou por assunto; e o arranjo de tais arquivos “deve ser baseado na organização original da coleção Arquivística, que, em seu todo, corresponde à organização administrativa que o produziu.

A maneira pela qual os autores holandeses compreendiam os arquivos e sua estrutura organizacional estava relacionada com uma administração bastante estável e um arquivo caracterizado predominantemente como histórico, cenário comum nos arquivos ao longo do século XIX.

O mérito desse livro é, sem dúvida, não só aglutinar os dois séculos iniciais da disciplina Arquivística, mas enunciá-las de maneira diferente, já que esse manual inicia uma série de ações, na Europa, que levam ao desenvolvimento dos conceitos e métodos arquivísticos.

Sua enunciação é tão forte e contundente no seio da disciplina, que é possível encontrar, um século depois de sua publicação, definições de arquivo que se aproximam com essa primeira enunciada⁶.

Como foi o primeiro e um dos mais importantes até a atualidade, seu papel e a percepção de sua metodologia são até certo ponto bastante controversos, porém, é impossível

não admitir a importância fundamental que esse manual teve para o desenvolvimento dos conceitos chave para o arranjo e descrição dos documentos de arquivo.

Provavelmente, seu impacto só foi superado com a publicação de *Modern Archives: Principles and Techniques* de Theodore R. Schellenberg, em 1956.

Essa maneira estreita como se estabelecem as relações entre os arquivos e as instituições produtoras não condiz com a realidade das administrações modernas, com documentos em diversos suportes e uma administração muito fluida, devido, em grande parte, à produção eletrônica de documentos e, além disso, com múltiplas funções.

O segundo ponto alto da disciplina acontece alguns anos mais tarde com a publicação do Manual de Hillary Jenkinson.

2.2. O desenvolvimento da disciplina: o Manual de Hillary Jenkinson

O próprio título do manual, *A manual of archive administration including the problems of war archives and archive making*, já nos diz alguma coisa sobre o período em que o autor viveu e uma possível idéia de como ele trabalhou como os arquivos.

O período anterior à publicação do manual é bastante conhecido, nos anos de 1914-18, aconteceu a primeira grande guerra mundial, que provou uma série de mudanças no cenário mundial e, por força delas, um grande avanço tecnológico, com uma produção massiva de documentos relacionados às mais diversas esferas, mas principalmente a relacionada à indústria bélica.

Claro que o processo de avanço tecnológico ocorreu anterior ao período de guerra, com as revoluções industriais, levando à especialização do trabalho. Mas os países em estado de guerra tiveram que modificar toda estrutura administrativa e econômica por conta da guerra, criando uma série de problemas, relacionados à própria administração, à mão-de-obra e ao suprimento dos exércitos.

Por conta dessa série de problemas gerados devido à situação de guerra, o Estado acaba por tomar iniciativas visando ao controle de toda economia. “A luta contra o desperdício de forças e contra a anarquia na produção exige que a iniciativa particular seja

⁶ [...] 4. Conjunto de documentos, com datas de publicação, forma e suporte material diversos, elaborados e recebidos por uma pessoa ou organismo privado ou público, em função de sua atividade, organizados e conservados de forma permanente (Ribeiro & Santos, 2003, p. 21)

regulamentada e orientada pelo poder publico: o estado acaba, pois, dirigindo a economia toda” (Mousnier, 1958, p.26).

Todos os países europeus, em maior ou menor grau, envolvidos no conflito começaram uma intensa produção de documentos almejando o controle da produção de armamentos, abastecimento, etc.

A guerra provocou uma grande crise principalmente na Alemanha e na França, e em menor grau na Inglaterra, porém o restabelecimento das sociedades é bastante difícil, no caso dos arquivos, uma série de departamentos foi criada ou suprimida com o fim da guerra e agora toda essa documentação precisava ser organizada. É nesse contexto que Jenkinson publica seu manual. Na época, já era um arquivista com mais de 40 anos de experiência e buscou métodos para organizar esses arquivos modernos.

Jenkinson apóia-se principalmente no manual dos arquivistas holandeses no que diz respeito à descrição e arranjos dos arquivos e em sua própria experiência no trabalho com os mesmo.

Diferente do manual holandês, que é uma obra coletiva e institucional e, portanto, bastante discutida ao longo de sua criação, agora se trata, antes de tudo, de uma obra individual.

Assim como a maioria dos arquivistas do século XIX, apesar de situar-se no século XX, Jenkinson iniciou seus estudos a partir do trabalho que desenvolveu com os arquivos medievais, estudando paleografia e diplomática⁷. Esse fato influenciou todos os seus trabalhos publicados, uma vez que ele entendia a Arquivística de uma forma bastante rígida.

Hillary Jenkinson graduou-se pela Universidade de Cambridge tendo estudado de forma mais completa o grego e o latim. Nessa época, uma das carreiras possíveis para um acadêmico dedicado ao latim e ao grego, história e cultura era o serviço público. Iniciando sua vida profissional no *Public Record Office*⁸ em Londres (1906).

O *Public Record Office* trata-se de uma instituição bastante diferente do Arquivo Nacional Francês, por não se encontrar subordinado a nenhum órgão, é criado visando a centralizar em um único depósito os documentos administrativos do governo central, porém, o enfoque é diferente. Essa tomada de decisão aproxima-se mais da administração que da história, apesar de ter partido dos historiadores.

⁷ Ver em Staplerton, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, *Archivaria*. N.17, fall 1983 p 65-85.

⁸ Na Inglaterra só recentemente criou-se os Arquivos Nacionais, formado por um conjunto de três instituições incluindo nesta lista o *Public Record Office* sendo ela a primeira instituição Arquivística da Inglaterra e principal instituição

Os Arquivos Nacionais franceses foram instituídos buscando dar acesso aos documentos do antigo regime, a que, até então, a burguesia não tinha acesso.

No caso inglês, esse acesso aos documentos já era garantido por outros aparelhos, porém, devido ao aumento da complexidade da administração, a organização tornou-se complicada. É nessa instituição que Jenkinson começa seus trabalhos.

Eastwood (2004, p.33, tradução nossa) em seu artigo, publicado como introdução a uma nova edição dos trabalhos de Jenkinson, esclarece que nesse período da Inglaterra, não existia ainda uma escola formalizada de Arquivística e, portanto, o estudo dos arquivos acontecia antes de tudo na prática. “Seu mentor introduziu-o no estudo dos pormenores dos documentos medievais, como ler esses documentos [...] e como compreendê-los nos procedimentos administrativos originais”.

No mesmo período, a Arquivística na Inglaterra continuava nos estágios iniciais, estando à prática fundamentada principalmente na paleografia e na diplomática. A publicação do manual holandês havia acontecido alguns anos antes e a tradução para o inglês só aconteceria nos anos de 1940. É provável que, para a publicação de seu Manual, em 1922, Jenkinson tenha lido a tradução francesa, de 1910.

Nos anos anteriores à publicação do manual de Jenkinson, não existia ainda o problema de lidar com uma grande massa documental produzida pelos governos modernos, ficando a seu cargo o trabalho com os documentos medievais e do início da Época moderna da nação Inglesa. O problema só apareceria mais tarde, com o desenvolvimento tecnológico provocado pelas duas Grandes Guerras, levando a uma intensa produção de documentos administrativos.

Antes da publicação desse manual, não era um hábito na Inglaterra escrever obras reflexivas sobre a natureza dos arquivos e os processos de organização. Não havia qualquer periódico acadêmico que contemplasse a Arquivística na Inglaterra.

No manual de Jenkinson, aparecem pela primeira vez os enunciados mais fortes, que colocaram os documentos arquivísticos em um aparente estado de inércia. Porém, é preciso, antes de tudo, compreender que as obras de Jenkinson estão circunscritas no espaço-tempo e, portanto, são reflexos desse recorte.

Mas algo bastante importante ocorre primeiramente na obra, que, em uma escala menor, comparando com o impacto que o manual holandês, também influenciou o desenvolvimento no início do século XX.

Os arquivistas, apesar de uma fazerem parte a uma disciplina jovem, como foi dito anteriormente, contemporânea, seu desenvolvimento foi bastante tardio não acompanhando o

desenvolvimento tecnológico e administrativo, uma vez que, é possível perceber, na obra de Jenkinson que acabou preocupando-se muito mais com a reafirmação dos conceitos e de passar a responsabilidade de avaliar os documentos para os administradores, até certo ponto negligenciando o problema.

Jenkinson pode ser considerado o grande naturalista da Arquivística. É possível encontrar, ao longo de sua obra, uma série de enunciados nesse sentido, como, por exemplo, em uma biografia do autor (DAVIS apud COOK, p. 1997 p.23, tradução nossa):

A carreira Arquivística é um serviço. Ele existe para manter a ordem e tornar o trabalho de outras pessoas possível... Seu credo, a santidade da prova, sua tarefa, a conservação de pedaços de Prova unidos aos documentos sob sua guarda; ele tem o objetivo de fornecer, sem prejuízo ou reflexão tardia, para todos aqueles que desejam conhecer os caminhos do conhecimento... O bom arquivista é talvez o mais altruísta devoto a Verdade que o mundo moderno produz.

A partir dessa citação é possível compreender a visão bastante positiva que o autor tinha sobre os arquivos e os arquivistas. Estes são objetivos e neutros, invisíveis e passivos. O arquivista é visto como um guardião dos documentos, o documento é visto como um resíduo da atividade administrativa, o arquivista não é responsável pela seleção dos documentos e não interfere conscientemente na documentação que guarda e organiza.

O olhar do autor, apesar de participar dos momentos que modificaram profundamente a sociedade moderna, volta-se claramente para a visão já cristalizada, dos arquivos e dos arquivistas do século XIX, e afasta-se até mesmo do que o manual holandês promulgou. Contudo, ao longo de seu manual, remete-se várias vezes ao manual holandês

Complementando essa visão, é possível encontrar textos já no fim de sua carreira, em 1947, colocando os arquivos nos seguintes termos (JENKINSON, 1980, p.238, tradução nossa). “Eles [os arquivos] vieram juntos e alcançaram seu arranjo final, por um processo natural: é um crescimento, como de um organismo ou como uma árvore ou um animal”. Jenkinson acreditava, ainda, que os arquivos eram antes de tudo naturais, e que a palavra “coleção” deveria ser abolida dos vocabulários arquivísticos. Continua: “Um documento avulso de um fundo de arquivo não teria, por si só, maior expressão do que teria um único osso separado do esqueleto de um animal extinto e desconhecido”. No mesmo texto, vai ainda mais longe, sugerindo que os arquivistas também estão entre os animais.

Esses enunciados são bastante fortes para o núcleo da disciplina, a naturalidade do documento de arquivo, dos arquivos e do próprio arquivista continuam ressoando até hoje.

Porque essa “santidade”, como o próprio autor coloca ao longo de sua obra, tira a responsabilidade e reforça o fato de que os arquivistas não devem interferir na documentação

que se organiza. Esse pensamento coloca o arquivista em uma posição bastante cômoda, não possibilitando, nas grandes massas de arquivos modernos, o exercício da Avaliação fundamental, não só para a prática Arquivística, mas também para o desenvolvimento de sua teoria.

A solução para o problema da Avaliação, que começa a surgir a partir do desenvolvimento tecnológico provocado dentre outras coisas pela primeira guerra mundial, leva Jenkinson a passar a responsabilidade de “avaliar” os documentos para a administração que o gerou e, ao final de sua carreira, para os *record managers* .

Essa solução é bastante interessante do ponto de vista histórico e conceitual da disciplina, uma vez que isenta o arquivista e passa para administração a responsabilidade por todo problema gerado devido o aumento da complexidade das administrações – e, a partir desse pensamento, a responsabilidade do arquivista é ignorada.

Complementando, segundo Cook (1997), esse pensamento sanciona atos das administrações, como, por exemplo, os atos dos presidentes Richard Nixon ou George Bush em destruir ou remover dos depósitos públicos qualquer documento contendo evidências não-favoráveis a suas ações.

Essa visão permaneceria ao longo de suas obras, porém tornou-se um pouco mais sóbria, apenas após a década de 1930 e devido às mudanças profundas na sociedade provocada pelas guerras mundiais e por uma massa documental que crescia em progressão geométrica.

É evidente, também, que se deve relativizar. É claro que nos anos de 1920, em muitas disciplinas podia-se perceber mudanças profundas, como no caso da antropologia, documentação, etc.

Porque a instituição arquivo e os arquivistas fazem parte de um grupo que está muito ligado ao Estado e à manutenção do mesmo, É justificável essa aparente rigidez técnica e o arquivo está, de certa maneira, a serviço do controle e regulação do Estado.

Um dos conceitos mais importantes que surgem em sua obra, e ao qual apenas recentemente foi dado o devido valor, é o conceito de prova, amplamente utilizado ao longo de seus textos.

Existem grandes diferenças entre a preocupação com o conceito de “prova” em Jenkinson e no pensamento contemporâneo. Para aquele, os arquivos são, antes de tudo, a santidade da prova, que, para ele, está relacionada com a Verdade, embutida ao registro endossado pela instituição produtora do documento.

A partir disso, é possível configurar um conceito de arquivo relacionado principalmente ao aparelho institucional e legal, sem dúvida, um dos princípios constituintes de um arquivo, porém, não o único.

No manual, pode-se encontrar a seguinte definição de arquivo (JENKINSON, 1922, p.11, tradução nossa):

Um documento pode ser compreendido como parte da classe dos arquivos é um que foi feito ou usado no curso de uma transação administrativa ou executiva (sendo pública ou privada) ou que faça parte; e subseqüentemente preservada em sua custódia para uso pela pessoa ou por pessoas responsáveis pela transação e seus sucessores legítimos.

Essa definição está claramente relacionada a uma visão de arquivo institucionalizada, sendo fruto de uma transação legal ou administrativa e aproxima-se da encontrada no manual holandês.

Essa versão evidencia apenas documentos públicos e administrativos, feitos como parte de uma ação ou transação administrativa, e ainda é perceptível que o uso desses documentos interessava somente ao próprio órgão produtor e só seriam arquivos se custodiados pelo mesmo, já que só assim a autenticidade do documento poderia ser garantida.

Percebe-se nas definições de ambos os manuais – principalmente no de Jenkinson –, uma visão sem dúvida relacionada com a identidade institucional e com o processo de produção dos documentos oficiais. Esses conceitos refletem uma tradição historiográfica relacionada com o positivismo, na qual só os arquivos – em sentido estrito – são *evidências* e *verdades* e, acima de tudo, *imparciais*.

Brothman (2002, p. 318, tradução nossa), configura essa visão mais rígida de arquivo da seguinte maneira, “a versão do conceito de registro que estipula dois pré-requisitos: essas estipulações preocupadas com processo de produção documental como parte da identidade institucional”.

Jenkinson (1922, p. 83, tradução nossa) compendia, ainda, o princípio de respeito aos fundos da seguinte maneira: “É uma diferença, de fato, é um ponto de vista, não um princípio: é a regra fundamental de organização, o respeito aos fundos continua sem dúvida intocável e não deve ser quebrado pelo grupo de Arquivo”. Apesar de bastante conservadora e de uma série de assuntos relacionados à disciplina, no caso desse conceito, sua visão era extremamente sóbria.

Jenkinson é o primeiro a começar a compreender que, para organizar os arquivos, é preciso antes de tudo separá-lo em grupos menores do que unicamente em fundos, porque ele

compreendia o fundo como sendo um conceito muito restrito, portanto como uma unidade impossível de ser organizada em seus pormenores. A partir disso, compreende que é preciso, desde então, criar um novo conceito mais amplo que o de fundo. Ele cria o grupo de arquivo, afirmando que essa separação ainda corresponde ao princípio de respeito aos fundos ou à proveniência, porém como uma ampliação do conceito.

Jenkinson define o grupo de arquivos da seguinte maneira (1922, p. 85, tradução nossa):

O grupo de arquivo é definido como os Arquivos resultantes do trabalho de uma administração que foi um todo orgânico, completo em si mesmo, capaz de ser lido independentemente, sem nada ser inserido ou uma autoridade externa, com qualquer lado de qualquer negócio que estão representados em seu conteúdo. Deve ser dito que isto faz o Grupo de Arquivo uma divisão muito mais ampla e muito menos rígida do que os Fundos.

Portanto uma visão bastante conservadora do papel do arquivista, dos arquivos e de sua teoria.

É visível que, diferente do manual holandês – fundamentado principalmente nas práticas técnicas visando ao arranjo dos arquivos –, para Hilary Jenkinson, o arquivo é antes de tudo uma instituição de custódia e o arquivista um guardião de documentos, porém é perceptível ao longo de sua obra uma preocupação com a finalidade da instituição. O arquivo além de ser um depósito é, para ele, uma instituição que tem a capacidade de informar, ou seja, o autor preocupa-se com o uso que se faz dos documentos.

Além disso, o manual de Jenkinson contribui largamente para a Arquivística, já que é o primeiro a buscar a demarcação do arquivista enquanto um profissional e da Arquivística enquanto disciplina. É evidente que enuncia uma visão bastante pura, estando em dissonância com disciplinas que tiveram seus primeiros grandes teóricos no mesmo período como, por exemplo, a documentação com Paul Otlet e a antropologia com Bronislaw Malinowski que, curiosamente, publica um dos seus livros mais importantes na mesma data do manual de Jenkinson.

Comparações à parte, a obra de Jenkinson é sem dúvida considerada a primeira importante publicada em língua inglesa, influenciando principalmente arquivistas americanos, canadenses e ingleses.

Sua maneira pura de perceber a Arquivística incita, anos mais tarde, outro arquivista a pensar melhor os conceitos e fundamentos da disciplina Arquivística, devido em grande parte à falta de parâmetros para a avaliação de documentos.

2.3. A Arquivística torna-se moderna: A obra de Theodore R. Schellenberg

Schellenberg é, sem dúvida, um dos arquivistas de maior impacto na teoria Arquivística no que diz respeito aos arquivos contemporâneos. Diferentemente dos outros autores descritos, ele iniciou seus trabalhos nos arquivos modernos, não mais em arquivos medievais e, sim, nos arquivos administrativos atuais.

Diversamente dos holandeses e de Jenkinson, Schellenberg teve uma formação acadêmica bastante ampla, chegando a doutorar-se em História.

A situação nos Estados Unidos era bastante diferente daquela encontrada na Inglaterra no começo do século, já que a fundação dos Arquivos Nacionais Americanos e da Sociedade de Arquivistas Americanos aconteceu na década de 1930. Por conta do desenvolvimento já presente na Arquivística, deu-se a possibilidade de um planejamento mais apurado das políticas de organização, sua estrutura é bastante moderna.

Os Arquivos Nacionais Americanos foram estabelecidos em 1935, porém, em seus depósitos é possível encontrar documentação do século XVIII, da época da independência americana.

Como resultado de reconhecimento do governo e suporte à atividade Arquivística nos primeiros Congressos de Arquivos dos Estados Unidos – na época de fundação dos Arquivos Nacionais – chegou-se à conclusão que necessitavam de uma associação. Eles acreditavam que seu campo era uma ciência particular, que necessitava de uma associação como medida para o crescimento e avanço da profissão. A Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA) foi fundada em 1936, um ano após a fundação dos arquivos nacionais.

Na página da sociedade na internet, é possível encontrar os seguintes dizeres (Tradução nossa, 2009): “para promover princípios saídos para a economia arquivística e facilitar a cooperação entre os arquivistas e as instituições custodiadoras de arquivo”.⁹

Dois anos após a criação, a sociedade já contava com um periódico para divulgação de pesquisas, estudos de caso e áreas de interesse dos arquivistas.

Portanto, Schellenberg gozava de uma estrutura bastante completa para a publicação de trabalhos e o apoio governamental necessário.

A Arquivística era, até então, uma disciplina que se preocupava principalmente com a descrição dos documentos e com os métodos de recuperação, porém, nesse momento, devido

⁹ Ver em: << <http://www.archivists.org/>>>

ao aumento exponencial dos documentos, os arquivistas se vêem diante de uma nova realidade.

Segundo Stapleton (1983), Schellenberg assumiu a responsabilidade no então recentemente criado Arquivo Nacional Americano, em 1935, e a responsabilidade sobre dez milhões de metros cúbicos de documentos, acumulados por um período de um século e meio. Por conta da Grande Depressão, provocada pelo “crash” da bolsa de 1929, iniciou-se uma série de programas governamentais visando ao controle da economia, que intensificaram ainda mais a produção de registros.

Nesse período da história Americana, nos anos de 1929 até o final da década de 1930, registra-se uma das maiores crises econômicas da história.

Nos três anos posteriores [a 1929] as condições pioraram em uma escala de um modo sem precedentes na história dos ciclos industriais no país. [...] Calculou-se que a riqueza nacional fora reduzida em três quartos e a renda nacional a dois terços do seu valor em 1929. A produção industrial caiu a quase metade e o comércio retraiu a um terço [...] Os operários de aço de Pittsburgh ganhavam, em 1932, apenas metade do que recebiam três anos antes. (ALLEN, 1964, p. 237)

Essa retração da economia americana leva o Estado a estabelecer uma série de parâmetros visando a um maior controle da economia, gerando uma produção maior de documentos públicos.

Anos mais tarde, a produção de documentos intensifica-se ainda mais, devido à segunda guerra mundial e à retomada do crescimento da economia Americana.

Complementando Cook (1997 p.10, tradução nossa):

Quando os arquivos nacionais em Washington foram criados em 1934[1935], herdou uma reserva impressionante de aproximadamente um milhão de metros de documentos federais, com uma taxa de crescimento de mais de sessenta mil metros anualmente. Em 1943, com a expansão do estado devido a Grande Depressão e a Segunda guerra mundial, o crescimento atingiu mais de 600 mil metros de documentos anualmente.

Tal situação levou Schellenberg a concentrar esforços para reduzir o volume de documentos, selecionando apenas documentos de ordem permanente para os arquivos.

Por conta desse contexto, Schellenberg foi o primeiro a pensar mais seriamente na avaliação dos documentos, levando a um avanço para a Arquivística, preocupada, até então, com a custódia, descrição e classificação dos documentos.

É a partir de sua obra que essa responsabilidade é passada para os arquivistas, provando uma mudança profunda no papel do arquivista e dos arquivos – apesar de os arquivos, antes disso, estarem ligados diretamente à administração e ao seu impacto histórico,

mas é apenas nesse momento que o arquivista toma para si a responsabilidade de racionalizar a organização dos documentos.

Esse contexto coloca toda classe de arquivistas em conflito com as idéias promulgadas por Jenkinson, é impossível deixar a seleção dos documentos sob responsabilidade da administração.

Schellenberg pode ser considerado, indubitavelmente, um dos primeiros grandes professores de Arquivística em sua base moderna. Lecionou durante sua vida em uma série de universidades e foi consultor de inúmeros Arquivos Nacionais ao redor do mundo, como, por exemplo, os Arquivos Nacionais da Austrália, Nova Zelândia, Argentina e Brasil. Atualmente, suas duas obras principais, *Modern Archives: Principles and Techniques* (1956) e *The Management of Archives* (1965), foram traduzidas para o Hebreu, Holandês, Alemão, Espanhol, Português, etc.

Seus trabalhos influenciaram e influenciam várias gerações de arquivistas preocupados com os destinos dos arquivos.

Atualmente, é a partir de seus conceitos de avaliação que se fundamentam as novas soluções encontradas por arquivistas canadenses para a avaliação e organização dos documentos eletrônicos.

Posner (1970, p.195, tradução nossa), também responsável pelo aparecimento do conceito de ciclo vital e o valor dos documentos, que trabalhou com Schellenberg nos Arquivos Nacionais, em um artigo publicado devido à morte de mesmo, com contribuições de uma série de arquivistas, de várias partes do mundo, comenta os trabalhos iniciais de Schellenberg:

Seu grande objetivo em vida foi a sistematização e na medida do possível, a padronização dos princípios arquivísticos e técnicas. Em seu primeiro trabalho intitulado *Práticas Arquivísticas Européias no Arranjo dos Arquivos* [...] Schellenberg declara a base para seus esforços futuros apontado que a experiência Européia tinha uma aplicabilidade limitada para o processo de arquivo nesse país [EUA]. Esse artigo foi seguido por outros que sistematicamente expuseram os problemas e arranjo e descritos de arquivos. Eles forneceram a substância para seus trabalhos principais.

É perceptível que Schellenberg buscava construir uma percepção americana para a organização dos arquivos, fundamentadas principalmente na avaliação.

Seu primeiro artigo, “*Práticas Arquivísticas Européias no Arranjo dos Arquivos*”, serviu para o autor refletir os conceitos europeus promulgados até então, constatando que a

experiência europeia, até aquele momento, não tinha subsídios para a organização dos arquivos modernos.

Em outro texto, também sobre a biografia do autor, Smith (1981, p.313, tradução nossa) apóia essa constatação: “Theodore R. Schellenberg fez contribuições significativas para o desenvolvimento de uma profissão arquivística realmente americana.”

Em 1945, ao fim da Segunda Guerra Mundial, a produção de documento se intensifica, aumentando sua determinação para ajudar a resolver esses problemas. Todos seus trabalhos desse período, até a publicação do manual *Modern Archives: Principles and Techniques* (1956), procuravam buscar respostas para os problemas que se enfrentavam, por exemplo, *The Preparation for publication on Microfilm and Principles of Arrangement* e *The national Archives Handbook of Procedures*, ambos de 1952.

No início da década de 50, ele começa a intensificar suas publicações sobre como lidar com os arquivos e, um pouco depois, ele passa um período de seis meses trabalhando como professor e consultor na Austrália. Essa experiência leva-o a publicar sua primeira grande obra *Modern Archives: Principles and Techniques*.

No mesmo ano, publica um importante boletim, preocupando-se principalmente com a avaliação. *The Appraisal of Modern Records* foi traduzido para o português anos mais tarde, dado a sua visita ao Brasil, conjuntamente com *Modern Archives*.

Em uma carta a um amigo, ele diz (SCHELLENBERG apud SMITH, 1981, p.319, tradução nossa):

Em meu trabalho profissional estou cansado de ter um fóssil velho sendo citado pra mim como uma autoridade nos assuntos arquivísticos. Estou me referindo a o Senhor Hilary Jenkinson, *Deputy Keeper of Records* no Inglês *Public Record Office* que escreveu um livro impossível de ler e que deu aos Australianos um começo errado para seu trabalho arquivístico.

Sem dúvida, Schellenberg tinha uma visão muito menos pura da área, se comparada às aceções de Jenkinson, e essa discordância o impulsionou a buscar compreender os arquivos de forma diferente.

Ambos participaram de momentos dramáticos da história e foram influenciados pelas circunstâncias que os cercavam, principalmente no início das carreiras. Portanto, é evidente que possuíam maneiras diferentes de ver os arquivos e os arquivistas, porém, a grande diferença está no enfoque e não nos conceitos basilares.

Jenkinson focava-se principalmente nos princípios fundamentais da arquivística, ou seja, em demarcar o campo de atuação do arquivista, porém, deixou de lado os problemas da produção de documentos e as necessidades dos usuários.

Schellenberg manteve-se mais interessado nos problemas dessa ordem. Não que ele não pensasse nas bases do pensamento Arquivístico, mas seu enfoque foi nos problemas que enfrentou nos arquivos em que trabalhou, descritos acima.

É possível encontrar, em seu manual, a citação de Jenkinson sobre a neutralidade-naturalidade dos documentos como força constituinte dos arquivos. Assim, é possível compreender que Schellenberg também acreditava nessa acepção.

Contudo, Stapleton (1983, p.77-78, tradução nossa) comenta da seguinte maneira essa concordância:

Apesar do ponto de partida em comum, a última definição de arquivos formulada pelos dois arquivistas é bastante diferente. Jenkinson acreditava que somente materiais preservados para a informação do órgão criador mantidos sob sua custódia podiam ser considerados arquivos. “Essa qualidade combinada com a acumulação natural, forma base da ‘imparcialidade’ e ‘autenticidade’ dos arquivos. [...] Schellenberg foi muito crítico em relação à definição de arquivos de Jenkinson. Ele afirmou que em conjunção com a acumulação natural, a segunda característica essencial dos arquivos é sua preservação “por outras razões daquelas que foram criados ou acumulados”. De tal modo, a definição Schellenberg está embasada na referência e no uso para pesquisa. Ele também discordou de Jenkinson no que diz respeito à custódia, para ele os documentos modernos são custodiados em grande volume, as origens complexas e o desenvolvimento descontrolado “Inútil é qualquer tentativa de controlar documentos individuais” e Finalmente, Schellenberg não dava suporte para uma definição inflexível, insistindo que as percepções variam de país para país e de lugar para lugar.

Portanto, é possível concluir que Schellenberg nesse ponto difere-se bastante de Jenkinson, já que sua definição está embasada nos usos que se faz do documento. Para ele, o documento deve ser preservado por razões além daquelas relacionadas à produção

Nesse sentido, ele divide o valor dado ao documento em dois níveis. Atualmente, críticas podem ser feitas em relação a esses níveis de valor.

Porém, para o início da avaliação, sua acepção dividindo o valor em primário (administrativo-probatório) e secundário (histórico-cultural-informacional) foi fundamental para uma categorização. Ele acreditava que era necessário redefinir a instituição arquivo de uma maneira mais susceptível aos requerimentos dos arquivistas modernos.¹⁰

Por fim, Schellenberg (2003, p.36, tradução nossa) chega à seguinte definição:

Todos os livros, papeis, mapas, fotografias ou outros materiais documentários, sem diferença com suas características físicas, feito ou recebido por qualquer instituição pública ou privada no curso das obrigações legais ou em conexão com uma transação de seu próprio negocio e preservado ou apropriado para preservação por aquela instituição ou por seu sucessor legítimo como evidencia de suas funções, políticas, decisões procedimentos, operações ou outras atividades ou por causa do valor informacional conteúdo neles.

¹⁰ Ver nem Schellenberg, R.T. **Arquivos modernos: Princípios e Técnicas** 4ed. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2004

Em comparação com as definições encontradas nos manuais até aqui pensados, essa é sem dúvida a definição mais ampla. Essa amplitude deve-se ao fato de Schellenberg ser o primeiro a pensar a Avaliação enquanto uma atividade. No mundo pós-guerra, a produção de documentos em uma variedade maior de suportes, e em uma administração mais complexa, é preciso compreender os arquivos em um sentido mais abrangente.

Jenkinson, em um artigo do fim de sua carreira, criticou essa definição tão ampla, chamando-a de “Torre de Babel”¹¹.

Schellenberg é o primeiro autor a buscar uma aproximação da Arquivística com a Biblioteconomia, buscando diferenciar ambas as profissões, porém, seu objetivo com essa aproximação é bastante clara, pois, diferenciando os arquivistas dos bibliotecários, visa a explicitar a natureza da profissão do arquivista e suas especificidades.

Em 1958, em um artigo publicado na *American Archivist*, ele esclarece (SCHELLENBERG apud SMITH, 1981, p.326, tradução nossa):

No curso do tempo os arquivistas vão criar sua própria profissão. Vai ser uma profissão com técnicas e princípios assim como os definidos na profissão bibliotecária, mas distintos. E essas técnicas e princípios estarão imbuídos na literatura que irá constituir a base para uma disciplina separada- para um treinamento separado das ensinadas em escolas de biblioteconomia e universidades.

Essa preocupação deve-se ao fato que, nos Estados Unidos, não existiam muitos cursos universitários – *graduate program* – de Arquivística.

Outro ponto fundamental para a compreensão da Arquivística pensada por Schellenberg e Posner é metáfora criada a partir de sua teoria da avaliação: o *ciclo vital dos documentos*, que pode ser encontrada ao longo de sua obra. Essa metáfora é criada a partir de seus estudos. A visão da organização que é proeminente nos Estados Unidos, desde sua promulgação nos anos de 1960.

Na concepção, é reflexo do ideário promulgado por Jenkinson, na década de 1920. Esse modelo compreende que os documentos passam por uma série de períodos de vida muito parecidos com a vida de um organismo.

Muitas críticas atualmente são feitas no que diz respeito a essa metáfora, porque implicitamente inocenta a produção de documentos de qualquer responsabilidade.

A comparação proposta, até certo ponto, justifica a ruptura ocorrida nos Estados Unidos, separando em duas profissões distintas, os *Record managers*¹² e os *Archivists*¹³.

Brothman (2006, p.237, tradução nossa) comenta o que atualmente pode ser entendido como ciclo vital dos documentos:

1) O ciclo de vida como uma metáfora ou analogia para a vidas dos documentos de arquivo- a criação, captura, manutenção, uso e disposição dos documentos; 2) O ciclo de vida como um cerco “ativo” ou “negociável”, “inativo ou dormente” e “morto ou aposentado”, ou as fases arquivísticas dos documentos. 3) a guarda de documentos como um significado social enfatizando ou atenuando a austera diferença entre a vida e a morte humana, mortalidade ou imortalidade, ausência e presença no ciclo de vida humano.

O autor compara brilhantemente o conceito existente de ciclo de vida documental com o ciclo de vida do ser humano, buscando explicar a diferença entre ambos e buscando o sentido real dado àquele ciclo vital.

Uma das compreensões possíveis do ciclo de vida documental é, no primeiro estágio (BANTIN, 1998), o documento criado, visando a dar legitimidade a um ato jurídico-administrativo. No segundo estágio, o documento passa por um período no qual o valor primário permanece e possui certa frequência de acesso devido a esse valor, servindo como base para a tomada de decisão. Nesse período, o documento pode ser mantido próximo aos demais, antes do início do terceiro estágio, quando o documento pode ser avaliado e descartado.

Caso não ocorra, o documento entra em um terceiro estágio, no qual se mantém um status semi-ativo, que significa que ele ainda possui algum valor, mas não faz mais parte da tomada de decisão diária.

É possível, ainda, encontrar o estágio quatro, no qual o documento será preservado como inativo, em estágio definitivo, devido a seu valor histórico-cultural e arquivístico.

Essa importante metáfora, advinda da reflexão nos trabalhos publicados de Schellenberg, gerou frutos importantes para a Arquivística, principalmente com a criação da teoria das três idades, importante para a Arquivística Espanhola, Portuguesa e Brasileira.

As idéias de Schellenberg e Posner chegaram à Europa por volta de 1962 e serviram de base para que o historiador belga Carlos Wyffels¹⁴, anos mais tarde, promulgasse a teoria das três idades (1972).

¹¹ Ver em Jenkinson, H. **Roots**. In: Ellis and Walne, Selected Writings, Chicago:SAA, 2003

¹² Ficando responsáveis pelos arquivos em primeiro e segundo estágios

¹³ Ficando responsáveis pelos arquivos em quarto estágio.

¹⁴ Wyffels é referenciado erroneamente em uma série de livros espanhóis, como sendo americano. Porém é possível retificar esse erro, pela data e título do arquivo. Archives contemporaines et depots intermediaires Bruxelles : Archives générales du Royaume, 1972

A primeira nada mais é que a circulação e tramitação do documento como parte da resposta ou solução para uma transação jurídico-administrativa que se inicia, sendo nomeados como os Arquivos Correntes.

Os arquivos entram em segunda idade a partir de recebida a resposta ou a solução da transação jurídico-administrativa. O documento é o testemunho (prova) dessa transação. Deve ser guardado, pois sua consulta é freqüente, porém em menor quantidade do que a da primeira. Com o passar do tempo, o documento perde seu valor primário (probatório) e o valor secundário (cultural) começa a surgir, sendo nomeados Arquivos Intermediários.

A partir da avaliação, o documento poderá ser destruído. Caso isso não ocorra, ele entra na terceira idade e assume valor permanente. Será consultado por seu valor cultural-histórico-informativo, para fins de investigação, sendo nomeados como Arquivos Permanentes.

Schellenberg é um dos mais importantes arquivistas para o desenvolvimento que ocorre na Arquivística nas décadas 1980-1990. Nesse período, a arquivística começa a trabalhar com outros problemas devido a uma terceira onda de aumento exponencial da produção de documentos, por conta do surgimento de documentos eletrônicos, nos quais a estrutura de apresentação é muitas vezes modificada.

Por conta da complexidade das situações que vêm a seguir, devido a uma pulverização das publicações sobre a disciplina, as novas e velhas abordagens da atualidade, serão exploradas no capítulo seguinte, fundamentado os conceitos das obras mais atuais da Arquivística.

CAPÍTULO 3:

OS FUNDAMENTOS DA ARQUIVÍSTICA HISTÓRICO E CONCEITOS (1956-1994)

Nesse Capítulo, discute-se o histórico das formulações conceituais mais recentes da disciplina, focando principalmente as contribuições espanholas e canadenses, uma vez que é nessas duas linhas de pensamento que se fundamenta alguns dos conceitos trabalhados no Brasil.

Discorre-se a respeito do histórico dessas três correntes de pensamento, centrando-se em seus aspectos teóricos e na contribuição de alguns autores.

Num primeiro momento, discute-se o histórico e os conceitos da corrente de pensamento espanhola, marcando seus momentos e autores principais. Analisa-se também a obra *Archivística Geral* de Antonia Herredia Herrera, é um reflexo dessa corrente e sempre bastante citado.

Num segundo momento, trabalha-se o desenvolvimento da disciplina no Brasil, pensando em seus autores e momentos históricos principais, colocando no espaço-tempo a obra analisada.

Por fim, argumenta-se sobre as contribuições da Arquivística canadense para o atual status da disciplina, discutindo seus principais autores e correntes de pensamento, uma vez que, é possível encontrar no Canadá, três frentes de pesquisa: uma relacionada com a diplomática com uma visão mais européia da disciplina; outra calcada nas práticas analíticas e teóricas das ciências humanas, centrada principalmente nos conceitos de Avaliação e macroavaliação; e, por último, uma Arquivística visando a integração entre os *archivists* e os *records managers*.

3.1. A Arquivística na Espanha: Histórico e contribuições Conceituais

A Arquivística, a partir da publicação das obras de Schellenberg e por uma emergência na avaliação de documentos, começa a sofrer mudanças profundas.

É possível, no período anterior, delimitar os manuais fundamentais para a estruturação da disciplina e para compreensão de seu espaço histórico e conceitual. Nas décadas seguintes,

porém, isso é um pouco mais complicado, devido a uma ampliação positiva da Arquivística e dos arquivos em sua esfera teórica e técnica.

É preciso, para compreender o lugar que o manual de Heredia ocupa na Arquivística, uma retomada histórica do desenvolvimento da disciplina no caso espanhol, importante para a compreensão dos conceitos ali trabalhados, uma vez que a tradição espanhola é bastante particular, principalmente por uma aproximação histórica entre os arquivistas e os bibliotecários.

O desenvolvimento da Avaliação, nas décadas de 1960-1970, levou a uma profícua produção técnica nas duas décadas seguintes, período em que a arquivística começa a buscar parâmetros visando à normalização dos instrumentos de descrição e revisão de conceitos básicos, devido em grande parte à produção eletrônica de documentos e às implicações técnicas e teóricas que esses documentos provocam quando se pretende organizá-los.

É nessa perspectiva que surge o manual de Heredia publicado pela primeira vez em 1986. Pode ser considerado, antes de tudo, um grande tratado a respeito da arquivística até o início da década de 90.

Na Espanha, a Arquivística desenvolve-se, como em toda Europa no século XIX, fruto de mudanças na estrutura administrativa, econômica e política de suas instituições.

Sobre esse período da história Espanhola, Torreblanca López (1998, p.71, tradução nossa) nos diz que "a supressão do regime polissinodal¹⁵ dos conselhos, a separação dos poderes legislativos, executivos e judiciários e sua reorganização; a reordenação da propriedade pública e por último, os esforços do Estado para fomentar o desenvolvimento da propriedade privada".

Essas reformas geram uma série de problemas para a organização dos documentos, uma vez que, como na França e na Holanda desse período, tratava-se de documentos medievais de difícil leitura.

Na primeira metade do século XIX, é provável que não existisse uma formação específica para o trabalho nos arquivos espanhóis, criando inúmeras dificuldades para organização e leitura dos documentos medievais. Só com a criação da *Escuela Superior de Diplomática*, em 1856, passa-se a estudar com maior profundidade a diplomática e a paleografia, visando à organização dos arquivos.

¹⁵ Denomina-se regime polissinodal a organização política das monarquias absolutas dos reinos espanhóis durante o antigo regime (até 1789) com a Revolução Francesa ([Gonzalez Vesga](#) & [Garcia de Cortazar .1997](#))

Esse curso formou bibliotecários e arquivistas até o ano de 1900, quando suas cadeiras foram integradas à Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Central de Madrid.¹⁶

Segundo Torreblanca López (1998), é possível encontrar diversas importantes disciplinas em sua grade de formação, a saber: Latim e romances dos tempos médios; Paleografia geral e crítica; Geografia antiga e da idade média; Arqueologia elementar; Numismática e Epigrafia; Belas Artes; Bibliografia e História Literária; Classificação e arranjo dos arquivos e bibliotecas; e História das Instituições .

Ao longo dos anos de sua atuação, várias disciplinas foram sendo criadas e suprimidas, relacionadas ao desenvolvimento da Arquivística ao longo dos anos.

A formação dessa escola possui, sem dúvida, influência da *Ecole des Chartes* francesa. Sua criação subsidiou uma série de ações voltadas para a organização dos arquivos medievais. Por sua grade de disciplinas, é possível perceber que, como na França, Holanda e Inglaterra, a arquivística espanhola no século XIX, também está voltada para os arquivos medievais.

É perceptível, nesse período na Espanha, uma série de ações visando ao ensino da Arquivística, diferente, por exemplo, da Inglaterra, onde o desenvolvimento institucional é bastante tardio.

Desde a escola de diplomática, é possível perceber uma aproximação entre os arquivistas e bibliotecários. Por exemplo, cria-se ainda no século XIX um embrião do que viria a ser a ANABAD¹⁷.

No desenvolvimento da Arquivística como um todo, a partir do exposto no primeiro capítulo e nesse segundo, é possível perceber três fases ao longo do processo.

A primeira relaciona-se com a história, ou seja, como uma ciência auxiliar, devido, sem dúvida, à necessidade de se organizar os arquivos medievais e do antigo regime.

Num segundo momento, entre os anos de 1940-1960, tem-se a Arquivística como uma disciplina auxiliar da administração, devido ao aumento exponencial dos fundos de arquivo.

E um terceiro momento, de 1980 aos dias de hoje, a Arquivística encontra-se como disciplina ligada à ciência da informação-documentação ou autônoma, contando ainda com novos métodos de abordagem, como a Arquivística Integrada – liderada pelas figuras de Jean-

¹⁶ Ver em Romero, R. M. La Biblioteca de la Escuela Superior de Diplomática: la presencia de La Historia Antigua en la enseñanza española del siglo XIX a través de sus fondos **Gerión** n.23 v.1 p.345-370, 2003

¹⁷ Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas fundada na década de 1940.

Yves Rousseau e Carol Couture–, a Arquivística Funcional – fundamentada principalmente na avaliação e proveniência, liderada por Terry Cook – e a Diplomática Contemporânea, liderada por Luciana Duranti no que diz respeito a autores providos das correntes de pensamento canadenses. Porém, a Arquivística ainda busca seu lugar no campo das ciências, apesar de já apresentar uma série de normas e princípios bastante cristalizados.

Na Espanha, para Heredia Herrera (1998), não existe essa passagem do primeiro momento para o segundo momento e, sim, do primeiro para o terceiro. Por conta disso, inicia-se um período de crise de identidade da profissão devido à dualidade arquivista-documentalista e arquivista-informático.

Uma das respostas para esse fenômeno pode estar no fato de a Espanha ter passado boa parte do século XX sob o regime ditatorial de [Francisco Franco](#). Além disso, no período anterior à segunda guerra, ocorreu a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Segundo Gomes Lopes (2007, p.248, tradução nossa), “[...] a tomada de forma no século XIX e no início do século XX foi interrompido durante a Guerra Civil Espanhola”. A mudança de regime só aconteceu em 1978, com a nova constituição modificando a estrutura política e administrativa do País, levando às Comunidades Autônomas.

Essas Comunidades Autônomas levaram a uma nova realidade, porque as competências administrativas foram descentralizadas, colocando os arquivos municipais como figura principal.

Ainda sobre o desenvolvimento da disciplina na Espanha, é possível perceber que a aproximação histórica dos arquivistas com os bibliotecários levou à construção de uma área em comum. Segundo López Gomes (2007, p.245 tradução nossa),

[...] A Arquivística não é apenas os arquivos históricos situa-se embaixo do guarda-chuva da Ciência da Informação. Os arquivistas espanhóis entendem seu trabalho por uma abordagem holística vendo os arquivos como uma unidade integrada combinando os aspectos administrativos e históricos

A aproximação entre os arquivistas e os bibliotecários e a nova realidade das autonomias levaram a arquivística espanhola a um novo patamar.

É possível, ainda, encontrar na literatura espanhola¹⁸ uma separação do primeiro momento da Arquivística no século XIX, para o segundo, uma passagem da Arquivologia¹⁹

¹⁸ Ver em Heredia, A.H. Archivos y archiveros entre la Guerra Civil y La España de las Autonomías. In: G enerelo & Moreno (Coord.) *História de los archivos y de la Archivística em España*. Madrid: Ed. Universidad de Valladolid, 1998.

¹⁹ Relacionada com a História

para a Arquivística²⁰. Uma com ações mais individualizadas e de ação mais limitada, a outra pensando mais propriamente a administração dos arquivos e ações coordenadas.

Esses pensamentos são bastante discutidos em outras tradições arquivísticas, porém, são importantes para compreender o pensamento espanhol.

Pode-se encontrar na bibliografia outra separação a esse respeito. Na Arquivística italiana, dividem-se a Arquivística – mais ampla e relacionada com os conceitos gerais da disciplina – e a *Archivonomia* – relacionada com as tarefas de organização de arquivos.

É própria das áreas em construção essa pluralidade de terminologias, que mais cria problemas do que resolve, nomeando uma mesma coisa de diversas maneiras. Por isso, inúmeras críticas são feitas a esse respeito.

Os conceitos acima discutidos fazem parte do ponto de partida de como irá se construir o discurso da disciplina naquele período.

A Arquivística busca, desde os primórdios, construir modelos universais das estruturas arquivísticas e de seu papel, mas esses modelos não podem ser compreendidos como regras e as situações descritas e conceitos são dependentes do contexto social.

Na atualidade, a teoria Arquivística espanhola pode ser colocada nos seguintes termos, segundo López Gomes – em trabalho publicado, que buscava refletir o pensamento arquivístico espanhol ao longo de 20 anos (1998, p.192, tradução nossa):

Está demarcada dentro da tradução ítalo-hispânica, que engloba, ainda, os países hispano-americanos, com os quais possuem laços históricos, semelhança na organização administrativa e pela produção documental, e, segundo análise de nossos arquivistas as responsabilidades da política arquivística, problemas similares de acumulação de fundos documentais de caráter histórico, por uma falta de normalizada as transferências e eliminações; e uma estreita conexão com o mundo das bibliotecas.

Essa constatação é possível também no Brasil. Os autores espanhóis são utilizados largamente nos principais livros aqui produzidos e os conceitos promulgados têm um papel importante para a produção nacional, em especial os livros de Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera.

Ainda segundo López Gomes, é possível dizer que Arquivística na Espanha produziu uma extensa bibliografia e buscou ao longo dos anos parâmetros visando à normalização dos procedimentos arquivísticos.

Nesse período mais atual, dois autores são importantes para o pensamento espanhol: Vicenta Cortés e Antonia Heredia. Ambas aprofundaram-se bastante no estudo da obra de

²⁰ Relacionada com a Gestão de Documentos- Administração

Schellenberg, Cortés chegou a estudar com ele nos Estados Unidos e seus estudos – unindo-se aos estudos mais recentes de Paola Carucci a respeito dos usos da diplomática em documentos contemporâneos – formaram parte da base do pensamento no período atual da Arquivística na Espanha.

Autores como Alberto Tamayo, José Ramón Cruz Mundet, M. Paz Martín-Pozuelo Campillos e Ramon Alberch Fugueras, também foram importantes para a formação do pensamento arquivístico contemporâneo na Espanha. Entre 1979 a 1990 – período áureo da produção de manuais e artigos –, são publicadas as principais obras espanholas, incluindo as dos autores supracitados.

Dentre os principais textos, pode-se citar, no caso de Alberto Tamayo, um importante manual intitulado *Archivística, Diplomática y Sigilografía*.

Já se tratando de José Ramón Cruz Mundet, podemos citar uma série de livros fundamentais surgidos nos últimos 10 anos, como *!Archívese!: los documentos del poder, el poder de los documentos*, publicado conjuntamente com Ramon Alberch Fugueras e seu completo *Manual de Archivística*, além de uma série de artigos relevantes para a cristalização da Arquivística na Espanha.

Já sobre M. Paz Martín-Pozuelo Campillos, pode-se citar sua importante contribuição para o status epistemológico do princípio de proveniência: o livro *La construcción teórica em Archivística: El principio de procedencia*. A autora produziu também vários artigos necessários à fundamentação teórica da Arquivística.

E, finalmente, a obra de Ramon Alberch Fugueras, autor de uma série de livros fundamentais para a disciplina, como *Los archivos, entre La memória histórica y La sociedad del conocimiento*.

As suas obras tratam dos mais variados temas, dentre eles, fundamentos da Arquivística e de seus princípios básicos, classificação, descrição, avaliação, os arquivos frente aos documentos eletrônicos, etc.

A obra Antonia Heredia, por sua vez, fixa-se na aplicação dos princípios arquivísticos aos arquivos municipais, uma urgência organizacional na época, por conta da separação da Espanha em províncias autônomas.

Sobre esse período, Alberch Fugueras nos esclarece (1998, p.242, tradução nossa):

Esse processo de descentralização política e administrativa, materializado pela ascensão de competências por parte das CC.AA., permitiram a criação de sistemas arquivísticos próprios na maioria das Autonomias, contudo se trata de um processo lento, desigual e inacabado. Lento devido ao ritmo de ascensão e sobre tudo, da materialização das competências se desenvolveu em um longo espaço de tempo; desigual enquanto nove Comunidades passaram suas competências mediante a

promulgação de leis de arquivo e patrimônio documental (Andaluzia, Aragon, Canárias, Castilha e Leon, Catalunha, Galícia, Madrid, Múrcia e a Rioja) , em outros leis de patrimônio histórico-cultural (Castilha- La Mancha e Euskadi) e outras três se limitaram a decretos de alcance parcial (Astúrias, Estremadura e Valência).

Portanto, a realidade administrativa da Espanha é bem diferente daquela encontrada nos Estados Unidos e mesmo no Brasil, a descentralização das instituições levou ao desenvolvimento de uma teoria particular.

Contudo, à medida que os arquivos se descentralizaram na Espanha, inúmeras ações visando à unificação profissional e técnicas levaram à criação de uma série de órgãos e leis como, por exemplo, a lei do Patrimônio Histórico Espanhol, de 1985, e o Conselho do Patrimônio Histórico Espanhol.

Nesse período também surge uma série de periódicos voltados ao estudo da Arquivística, sendo o principal deles os boletins da *ANABAD*, *A Revista de Archivos de Castilla y León* e a *Revista catalana d'Arxivística*.

Portanto, a Espanha possui uma estrutura Institucional para publicar trabalhos e uma realidade diferente daquela encontrada nos Estados Unidos, o que leva a uma intensa produção técnica.

A autora Antonia Heredia, Doutora em História, pela *Universidad de Sevilla* y *Académica de la Real Academia de Historia de Cádiz* e especialista na história das colônias espanholas, foi chefe de seção de durante muitos anos pelo *Archivo General de Índias*, além de dirigir o serviço de Arquivo e Publicações da Província de Sevilha e o Arquivo Geral da Andaluzia.

Sua bibliografia é bastante extensa, os principais livros são *Manual de instrumentos de descripción documental* (1982) e *Archivística Geral* (1986). Este é assim considerado por López Gomes (2007, p.249, tradução nossa): “Não existia até a publicação de *Archivística Geral* nenhum manual geral de Arquivística, no qual as questões metodológicas básicas foram excessivamente tratadas e pode ser considerado único na classe dos manuais Espanhóis”.

Seus pensamentos a respeito da disciplina podem ser configurados a partir dos conceitos de arquivo e Arquivística. Assim define o Arquivo (1995, p.59, tradução nossa):

Arquivo é um ou mais conjuntos de documentos, seja qual seja sua data, sua forma e suporte material, acumulados em um processo natural por uma pessoa ou instituição pública ou privada no decorrer de sua gestão, conservados, respeitando aquela ordem, para servir como testemunho e informação para a pessoa ou instituição que o produz para os cidadãos ou para servir de fonte histórica.

A Arquivística é vista da seguinte maneira (1995, p.30, tradução nossa): “A ciência que estuda a natureza dos arquivos, os princípios de sua conservação e organização e os meios para utilização”.

O pensamento da autora, sobre como se constituem os conceitos da disciplina e do próprio arquivo, relacionam-se bastante com os conceitos mais clássicos da área.

Mas, em comparação as definições de arquivo trabalhadas por Schellenberg e Jenkinson, sua definição é mais abrangente, já que sua contempla a gestão e os usos informacionais dos documentos.

A autora dedicou boa parte de suas publicações aos assuntos relacionados à descrição arquivística, preocupando-se principalmente com a normalização da descrição antes e depois da publicação da ISAD(G) e as normas relacionadas.

Seus conceitos e pensamentos a respeito das funções arquivísticas²¹ influenciaram e influenciam a construção do pensamento em arquivística nos países latino-americanos.

É possível compreender isso na formação do pensamento arquivístico no Brasil, uma vez que a autora forma parte de sua base e também uma troca de influências, uma vez que o manual dos Arquivistas Holandês só chamaria a atenção da comunidade espanhola na década de 70, com a tradução do manual.

Agora, busca-se contextualizar a publicação *Arquivos Permanentes: Tratamento documental*, de Bellotto, e sua publicação servindo como uma das bases para a compreensão da Arquivística no Brasil.

3.2. A Arquivística Brasileira: O Desenvolvimento Conceitual no Brasil

A Arquivística Brasileira constrói-se transitando entre as tradições européia e americana. A formação dos Profissionais, nas décadas de 1950-1970, reflete a influência que o País sofreu dessas correntes. Atualmente, o Brasil busca uma linha de estudo, próxima à tradição Espanhola, acrescentando conceitos de diplomática de Luciana Duranti – também utilizados pelos espanhóis – e aproximando-se, mais recentemente, dos estudos dos arquivistas canadenses.

²¹ Compreendem-se funções arquivísticas como todas as atividades de identificação, organização e avaliação dos documentos

A formação da Arquivística no Brasil é bastante tortuosa. É possível encontrar, ainda no início do século XX, uma preocupação com a criação de cursos voltados para as áreas de tratamento documental, subsidiados pela Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional.

Mas, o desenvolvimento real só acontece a partir da década de 1950, por força do Arquivo Nacional, que começa a criar uma série de cursos eventuais, relacionado ao tratamento dos acervos.

No início da década de 1960, surge o primeiro curso perene de Arquivística, o chamado Curso Permanente de Arquivos, viabilizado pelo Arquivo Nacional. Por conta desse curso, numerosas ações vão sendo tomadas na organização dos acervos contidos nos Arquivos do país.

O Conselho Federal de Educação, no início da década de 1970, aprova a criação do primeiro curso de Arquivística em nível universitário, cumprindo a recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivologia.²²

A partir do exposto, pode-se dizer que, até a década de 1970, não existia uma preocupação no âmbito institucional em dar lugar à Arquivística enquanto disciplina e ao arquivista como profissional.

Existem algumas ações por parte do Arquivo Nacional de buscar subsídios para a organização de seus acervos, predominantemente Históricos, entre os anos de 1950 e 1960.

Com a vinda de T. R. Schellenberg, por exemplo, e a publicação no Brasil de alguma de suas obras, viabilizou-se o estabelecimento de técnicas da teoria Arquivística na organização dos Arquivos.

Até esse momento, não existia tradução de clássicos, como o manual holandês, no Brasil. Tais ações fazem parte de um conjunto de medidas do Arquivo Nacional na busca de maior gerência nas ações administrativas e históricas do governo federal e em seu próprio acervo.

Por trás dessas medidas, encontrava-se o ilustre historiador e Diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues (1959, p.9), que esclarece a realidade do Arquivo nacional no período : “O problema técnico resumia-se a ausência completa de políticas de recolhimento, procedimentos de seleção e eliminação de documentos, organização e arranjo do acervo, elaboração de instrumentos, registro e inventário.”

²² Ver em Castro, A. M. Moraes. A formação e a profissão do arquivista no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Brasília, 1979.

Portanto, não exista até o momento nenhum tipo de ação visando à organização dos Arquivos Nacionais.

As idéias de Schellenberg tornaram-se populares a partir da publicação, em 1959, do *Manual de Arquivos*, baseado no material que utilizava em suas aulas na *American University of Washington*, e, em 1963, com a tradução do livro *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*.

A partir do fim da década de 1960 e início da década de 1970, é criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) responsável por uma série de ações visando à institucionalização da Arquivística e, em 1972, cria-se o primeiro periódico especializado em Arquivística: a *Arquivo e Administração*.

A relação entre a AAB e o Arquivo Nacional torna-se bastante profícua e a sede da associação chega a ser levada para as dependências do Arquivo.

No mesmo ano realiza-se o primeiro congresso em nível nacional sobre a Arquivística.

Portanto, o desenvolvimento da Arquivística no Brasil era, até então, incipiente. Somente na década 1970 a Arquivística realmente se desenvolve, com a aprovação do primeiro curso de Arquivística, em 1972. Dois anos depois, é aprovado o primeiro currículo mínimo em Arquivística que, segundo Castro, deveria possuir a seguinte grade de disciplinas (1972, p. 77):

- Técnica e ciência dos Arquivos
- História do Brasil
- Geografia Geral e Cartografia
- História do Direito e das Instituições Brasileira e Portuguesa
- Notariado
- Organização Administrativa e Constitucional Brasileira
- Bibliografia
- Genealogia e Heráldica
- Paleografia, Diplomática e Sigilografia
- Noções de Estatística
- Noções de Contabilidade Geral e Pública
- Francês e Inglês
- Conservação de Documentos
- Reprodução de Documentos
- Informática

Porém, ao fim da discussão²³, eis o quadro de disciplinas que foi realmente aprovado, segundo Jardim (1999, p.31):

- Introdução ao estudo da História
- Noções de Contabilidade
- Noções de Estatística

²³ A discussão sobre o currículo mínimo do curso de Arquivologia correu durante o I Congresso Brasileiro de Arquivologia em 1972

- Arquivo I – IV
- Documentação
- Introdução à Administração
- História Administrativa, Econômica e Social do Brasil
- Paleografia e Diplomática
- Introdução à Comunicação
- Notariado
- Uma língua estrangeira Moderna

Analisando-se as duas grades acima apresentadas, é possível compreender o momento em que a Arquivística começou a ser pensada no Brasil, fruto de sua recente institucionalização.

Na primeira grade, encontra-se um conjunto de disciplinas que possuíam alguma relação com as ministradas do século XIX, com cursos voltados à formação de profissionais ligados aos arquivos medievais, a Genealogia, Heráldica, Sigilografia.

No quadro de disciplinas realmente aprovados, percebe-se uma abordagem menos tradicional, relacionando a Arquivística com a documentação e um núcleo maior de disciplinas, provavelmente ligadas à classificação, ao arranjo e à descrição dos arquivos, com o título Arquivo I-IV.

Em 1977, a Federação de Escolas Isoladas do Rio de Janeiro (Fefierj), atual UNIRIO, absorveu o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional, que se transformou no Curso de Arquivologia. No mesmo ano, cria-se o curso da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; e, em 1978, o curso da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro.

Ainda em 1978, em 4 de julho, a profissão em nível universitário é regulamentada pela lei nº 6.546, única legislação sobre o profissional de arquivo até a atualidade.

As décadas de 1950 e 1960 foram de acentuação da industrialização no País e de desenvolvimento em uma série de áreas e instituições, cria-se, no início dos anos de 1960 o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Universidade de São Paulo.

O IEB é fruto de uma política de modernização da USP e do Brasil, criado em 1962. As atividades de pesquisa iniciam-se no ano seguinte, com a perspectiva interdisciplinar, para ser o Instituto que reuniria estudiosos de várias áreas das ciências humanas, para estudar os fenômenos culturais brasileiros, relacionando-se com a crítica literária, história, sociologia, antropologia, etc.

No período anterior à criação do IEB, a modernização no governo de JK, na década de 50, com obras de infra-estrutura, modificou a composição econômica do país e incentivou a

ampliação e diversificação das indústrias, como por exemplo, o início da produção de automóveis.

Também nesse período, ocorre a criação do sistema de fomento a pesquisa que até hoje existe no país, o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), a CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior) e as instituições de fomento a pesquisa estaduais, a exemplo a FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo).

É um momento de significativa mudança da sociedade brasileira, com essa corrente de crescimento científico, econômico e cultural.

É nesse universo que o IEB é criado, buscando novas maneira de compreender os fenômenos brasileiros, como é colocado por Caldeira (2002). O IEB abordaria, através dos métodos científicos possíveis, um único objeto: a realidade brasileira – seus aspectos sociais, culturais e ideológicos.

As características únicas de sua fundação e seu caráter multidisciplinar levaram o IEB a desenvolver atividades inéditas, a partir do aparecimento dos arquivos pessoais, visando ao estudo de suas histórias. Percebe-se a necessidade de estudá-los e organizá-los de maneira que seu papel para a memória e literatura seja inteligíveis e pesquisável, fazendo com que as pessoas envolvidas, por exemplo a Prof. Dr. Heloisa Liberalli Bellotto, pesquisadora do IEB, pudessem especializar-se em arquivística.

O IEB bastante importante para a Arquivística, já que, desde 1987, existe o curso de especialização em organização de arquivos, fruto do trabalho institucional do Instituto e da Associação de Arquivistas de São Paulo.

Bellotto é, com certeza, um capítulo a parte para a Arquivística Brasileira, atuou na formação do currículo mínimo de Arquivologia, na década de 1970, e foi professora ao longo dos anos em uma série de cursos de Arquivística.

Seu livro *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental* é uma publicação importante para a formação da Arquivística no Brasil e transformou-se em um dos pilares do pensamento da disciplina no País.

A proximidade dos pensamentos da autora com a tradição espanhola é bastante visível, até por sua formação, já que especializou-se pela *Escuela de Documentalistas de Madrid*, em 1977, onde a teoria que ali, como expusemos, começava a desenvolver-se, influenciou sobremaneira sua obra.

A consonância entre as idéias de Bellotto e a dos espanhóis é tal, que o prefácio de seu livro é feito por Vicenta Cortes Alonso. A primeira edição data de 1991, anterior às normas de descrição e às teorias canadenses.

Como se descreveu anteriormente, a institucionalização da Arquivística enquanto disciplina e profissão no Brasil foi bastante tortuosa e recente. Se, nos Estados Unidos, desde 1950 se pensavam métodos de avaliação, mesmo que desvinculado os arquivos administrativos dos arquivos históricos, no Brasil, ainda na década de 1980, com a redemocratização do País, a situação dos arquivos era alarmante.

Nesse período, poucas instituições podem ser numeradas como “de excelência” no Brasil, o Arquivo Nacional, que a partir da década de 80 começa a tomar para si o papel que já era por direito – O Arquivo Central – de um Sistema Nacional de Arquivos. Começa, nessa mesma época, o projeto para enunciação de uma lei nacional de arquivos.²⁴

Há, ainda, o CPDOC- FGV²⁵, instituição pioneira na organização de arquivos – em especial os pessoais, desde a década de 1970; e a Unicamp, com o Arquivo Edgard Leuenroth, também pioneiro nos anos de 1970 e as posteriores ações da própria universidade visando à organização de seus arquivos, etc.²⁶

Somam-se a essas instituições o Arquivo Público Mineiro, o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e outras instituições públicas e privadas, custodiadoras de Arquivos.

Portanto, deve-se notar que as instituições públicas descritas, só a partir da década de 1980, começaram a buscar uma ingerência nas ações administrativas de seus governos, devido a uma série de problemas.

O principal, segundo Jardim (1995, p.74), é:

A vocação autoritária do Estado brasileiro tem sustentado a precária sobrevivência das diversas instituições públicas voltadas para o patrimônio documental. Como equipamento governamental, os arquivos públicos brasileiros subsistem como instituições voltadas quase exclusivamente para a guarda de documentos considerados, na maior parte das vezes sem critérios científicos, como de valor histórico.

Prova disso é o lento processo de desenvolvimento da disciplina no Brasil, portanto, até a década de 1980, mesmo os arquivos permanentes não possuíam uma política arquivística clara, para a classificação e descrição de documentos. Jardim (1995, p.74) ainda complementa:

²⁴ Ver em Santos, P. R. E. **A arquivística no Laboratório: História, Teoria e Métodos de uma Disciplina** 2008 Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

²⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getulio Vargas

²⁶ Ver em <www.ifch.unicamp.br/ael/>

Privilegia-se, neste sentido, a dicotomia valor histórico/valor administrativo dos acervos arquivísticos. Como tal, a monumentalização dos documentos e a negligência de seus aspectos informacionais têm norteado, com exceções produzidas a partir dos anos 80, a maioria das nossas instituições arquivísticas públicas. Suas relações com o conjunto da administração pública são pouco frequentes.

Portanto, a publicação do livro de Bellotto foi uma das respostas possíveis para as instituições Arquivísticas carentes de recursos, técnicos e financeiros, Mesmo seus acervos, aparentemente históricos, não contavam com muitos dos parâmetros necessários para uso efetivo.

Pelos fatos expostos, o desenvolvimento de uma bibliografia nacional demora a acontecer e, na época de a publicação citada, não existiam muitos manuais que abrangessem a disciplina como um todo e seus reflexos na organização.

No periódico *Arquivo e Administração* e na revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, é possível encontrar alguns trabalhos que foram importantes na década de 1980 para um início do pensamento Arquivístico Brasileiro, como, por exemplo, a publicação de um dos primeiros artigos a tratar de gestão de documentos no Brasil, o famoso *O conceito e a prática da gestão de documentos* de José Maria Jardim (1987), responsável também, já na década de 1990, pela publicação do livro *Sistemas e políticas públicas de Arquivos no Brasil* e, mais tarde, do livro *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*(1999).

Outro importante autor desse período é Marilena Leite Paes, com a publicação de *Arquivo: teoria e prática*, livro decisivo para a prática em arquivística no Brasil

Ainda na década de 1990, outra autora de relevo para a Arquivística brasileira é Maria Odila Kahl Fonseca. Dentre suas publicações, a mais importante é a versão em livro de sua tese de doutorado intitulada *Arquivologia e Ciência da Informação: construção de marcos interdisciplinares*, que, como o título, diz busca aproximar a Arquivística e a Ciência da Informação.

Cita-se ainda, dentre os mais relevantes, o autor Luis Carlos Lopes, um dos primeiros a aproximar o pensamento dos arquivistas canadenses à realidade brasileira, através dos livros *A imagem e a sobra da Arquivística* e *A gestão da Informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*.

Esse é um esboço do que de mais relevante se produziu nos anos de 1990 no Brasil, cenário em que é publicada a obra de Bellotto.

É possível perceber que o desenvolvimento teórico da Arquivística no Brasil, como em outros países, intensificou-se nos últimos 30 anos.

A publicação de Bellotto é extremamente importante no que diz respeito ao tratamento dos Arquivos Permanentes.

Contudo, como todas as publicações técnicas, seu pensamento pode ser datado, já que, em 2004, publica-se uma nova edição do livro, contemplando os novos métodos de descrição de documentos e a nova realidade arquivística em que o País se encontra. Ainda assim, sua base teórica permanece a mesma, o que se prova em seu conceito de fundo (2004, p.130):

[...] o principio fundamental da Arquivística no âmbito dos arquivos permanentes: O *respect des fonds* (ou principio da proveniência), que consiste em deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada.

A alteração mais relevante na segunda edição foi a que consistiu em ligar o termo e o conceito Francês de *respect des fonds* com o conceito originalmente alemão de proveniência, uma vez que, na bibliografia atual da Arquivística, por conta da nova escola canadense, tem-se substituído o uso do *respect des fonds*, pela proveniência que se apresenta, segundo esses autores²⁷, como um conceito mais completo.

Por tratar-se de uma publicação que busca contemplar os arquivos permanentes, seus conceitos pretendem aproximar-se dessa realidade, visto que o uso dos documentos é feito pelo valor da informação em si mesma, ou seja, pelo testemunho de um fato dado como importante, quer para o desenvolvimento de uma ciência, quer para a identidade de um povo.

Não restam dúvidas de que o manual de Bellotto, reflexo de seu contexto, é fundamental para formação do pensamento brasileiro em Arquivística.

Agora, cabe descrever os conceitos, até certo ponto, mais contemporâneos da disciplina e que, de alguma maneira, refletiram na formulação desse estudo.

Trata-se da escola canadense de arquivística, com uma série de novas abordagens, como a organização dos arquivos em seus conceitos primordiais.

²⁷ Sweeny, S. The Ambiguous Origins of the Archival Principle of Provenance. **Libraries & the Cultural Record**. N.43, v2, 2008, p.193-213

3.3. A Arquivística Canadense: Os Fundamentos da disciplina Arquivística

A teoria desenvolvida no Canadá, refletida atualmente ao redor do mundo, está fundamentada em três eixos: A Avaliação, a integração entre os arquivos correntes e os arquivos permanentes, e a Diplomática.

Aborda-se, aqui, um breve histórico desses três eixos. É difícil definir qual deles é o mais importante para o atual estado da disciplina, uma vez que não são visões diferentes e, sim, complementares. Porém, é possível estabelecer qual é a equipe primordial para os conceitos basilares da disciplina: o grupo da parte francesa (Québec) do Canadá, liderados por uma série de arquivistas, ao longo de seu desenvolvimento, dentre os quais, os mais conhecidos são Jean-Yves Rousseau, Carol Couture e Louise Gagnon-Arguin.

O Canadá é um País ímpar, uma vez que se unem duas tradições deferentes. De um lado, um País falante de Inglês – com suas tradições –, do outro, um País falante de Francês.

Prova disso é o fato de o Canadá contar com dois arquivos nacionais, o *Public Archives of Canada*, até o final da década de 1980, atualmente *National Archives of Canada* integrado à *National Library of Canada*; e o *National Archives du Québec*. Conta, ainda, com duas associações bastante presentes e fortes a *Association of Canadian Archivists* (ACA) e a *Association des Archivistes Du Québec* (AAQ). Apresenta ainda um conjunto de publicações atualmente fundamentais para área, os periódicos *Archivaria* – da ACA – e *Archives* – da AAQ.

O desenvolvimento da teoria Arquivística em qualquer sociedade é fruto de uma série de fatores técnicos, históricos e políticos. É necessário recursos, apoio político e pessoal técnico capacitado para construir conceitos e organizar arquivos, enfim, é preciso uma estrutura. No Canadá, essa estrutura começou a ser desenvolvida a quase 50 anos e, nos Estados Unidos, a partir década de 1930.

O conceito de *Arquivos Totais* que, nos últimos 10 anos, tem sido difundido mundialmente, é parte de um conjunto de ações que remonta a década de 1970.

Como conta Swift (1983, p.47, tradução nossa):

O programa de Arquivos Totais não foi realmente novo na década de 1970. Os programas que constituíram a base desse conceito estiveram presentes na maioria da História do Arquivo Público, com suas limitações financeiras, a instituição sempre tentou operar com um programa amplo e abrangente. O crescimento dos recursos na década de 1970, permitiram o Arquivo Público expandir esses programas e aumentar seu nível de sofisticação para um ponto que mesmo os arquivistas atingiram um

nível de convicção que os permitiu apresentar seu programa de forma abrangente ou em um pacote “total” .

Portanto, esse conceito foi sendo construído no Canadá ao longo dos anos e atualmente é compreendido como uma das bases do pensamento em Arquivística naquele país. Contudo, na época de sua formulação ele era, segundo Millar (1998, p. 104, tradução nossa) entendido da seguinte maneira:

O conceito de Arquivos Totais era entendido por muitos como as instituições arquivísticas públicas – como os arquivos nacionais, arquivos de província e arquivos municipais – devem adquirir, preservar, e tornar disponível para o uso público em ambos os setores públicos e privados, todos os registros, incluindo documentos em papel e visuais e imagens cartográficas, registros de som e mais recentemente, magnético e mídias digitais.

Esse conceito parece bastante óbvio, posto que, segundo o princípio da proveniência, os arquivos devem manter-se juntos. Porém, isto não acontece em uma série de Países.

Os Estados Unidos são um exemplo disso. Na evolução das instituições Arquivísticas, optaram por separar o cuidado dos arquivos públicos e privados entre os arquivos do Estado, de um lado, e os das Universidades e bibliotecas do outro. Na Europa – em especial no caso inglês – o mesmo aconteceu. No nível nacional existe uma separação entre os arquivos públicos e privados. Em uma série de outros Países, existem instituições que se especializam no cuidado de um suporte específico.

Esse conceito de “Arquivos Totais” é utilizado no Canadá-Inglês e no Canadá-Francês. Também é aplicado por alguns arquivistas Americanos, Neo-Zelandeses, Australianos e Holandeses.

É perceptível que, nos autores canadenses que tratam do tema²⁸, esse conceito, até certo ponto, sempre esteve presente no desenvolvimento de instituições arquivísticas, contudo, sua enunciação enquanto conceito só foi realmente ocorrer no ano de 1972, em uma publicação devido ao centenário do *Public Archives of Canadá*.

Segundo Millar (1998, p.117), cinco fatores contribuíram para a enunciação e crescimento do conceito de Arquivos Totais no Canadá:

- (1) Reconhecimento do Governo central no empreendimento Arquivístico;
- (2) Entendimento da necessidade de fomentar a identidade dos Canadenses Ingleses;
- (3) Aprovação para validar a aquisição e cópia de documentos do setor privado pelas instituições públicas;
- (4) Reconhecimento da importância da gestão de

²⁸ Swift, M. D. The Canadian Archival Scene in the 1970s: Current Development and Trends. *Archivaria* n.15, winter, 1982 p.47-57.

Millar, L. Discharging our Debt: The Evolution of the Total Archives Concept in English Canada *Archivaria* n.46, fall, 1998, p.103-146

documentos, particularmente no setor público; e (5) Reconhecimento da importância de se preservar documentos em todos os suportes.

O princípio por trás do conceito de “Arquivos Totais” está bastante relacionado com o princípio da proveniência, que, para o Canadá-Inglês é mais importante do que para o Francês, que dá, até hoje, importância para o *respect des fonds*.

Entretanto, o conceito tem sido utilizado amplamente em ambas “escolas” no Canadá, porém, esse conceito trata-se primeiramente de uma manifestação do Canadá-Inglês, devido a seu desejo de preservar a memória documental, apesar das diferenças culturais, pensando em fortalecer a identidade do País. “Todos os documentos, em todas as fontes, para todas as pessoas” (Millar, 1998, p.117, tradução nossa).

Algumas críticas foram feitas na época de sua promulgação, elevando o nível da discussão e sendo importantes para seu desenvolvimento. Tais questionamentos foram levantados por Terry Cook.

Segundo Cook (1979, p.141, tradução nossa): “O princípio da proveniência dita que [Schellenberg] ‘um arquivista não deve dispersar, de um grupo ou subgrupo particular, entre assuntos e outros tipos de classes’ [...] E ainda no Canadá, a proveniência está sendo corroída por outro ditado, aquele do ‘Arquivos Totais’”.

Ainda segundo Cook (1979), os arquivos não devem coletar os documentos das pessoas ricas, poderosas e famosas, mas também do encanador, assim como do político, dos mineradores e também dos músicos.

Suas críticas na época levaram a um crescimento do próprio conceito, uma vez que gerou uma série de dúvidas a respeito do caminho que a Arquivística Canadense estava tomando naquele momento.

Como dissemos anteriormente, a Arquivística canadense divide-se em três eixos, complementares. Esse conceito servido como base, para seu desenvolvimento posterior.

Descreve-se agora um breve histórico de um conceito bastante importante para o atual desenvolvimento da arquivística canadense: a *Macroappraisal*.

Tal conceito foi outro ponto fundamental para a construção da Arquivística Canadense – até certa medida é possível encontrar reverberações do conceito dos *Arquivos Totais*.

Segundo Cook (2006, p.111, tradução nossa):

Em um resumo de uma sentença a *macroappraisal* refere-se ao valor social de ambos os contextos funcionais e estruturais e a cultura organizacional em que os documentos são criados e usados por seus criadores e a relação entre os cidadãos grupos, organizações – ‘o público’ – desse contexto estrutural e funcional.

Essa definição é uma ampliação do conceito de Avaliação cunhado nas décadas de 1950-1960, nos Estados Unidos. Aqui, a avaliação é entendida como um conceito contextualizado pelo seu valor social.

“*Macroappraisal* envolve a teoria para determinar o valor dos documentos e uma nova prática (estratégia, metodologia e critérios) para implementar a avaliação que determina o valor” (COOK, 2006 p.112, tradução nossa).

Portanto, essa ampliação correu principalmente devido aos problemas que a prática de avaliar proporcionou, sendo a avaliação a atividade mais invasiva que o arquivista pode fazer na documentação que organiza, já que, quando se avalia os documentos, seleciona-se o que vai ou não ficar para a história.

Cook alerta para essa atividade (2004, p.6-7, tradução nossa):

Nós arquivistas avaliamos documentos, nos não estamos fazendo nada menos do que moldando o futuro de nossas jurisdições documentais. Nós estamos decidindo o que será lembrado e o que vai ser esquecido, quem na sociedade no futuro será visível e quem irá permanecer invisível, quem terá voz e quem não terá [...] *macroappraisal* é o processo que define quais desses produtores e funções, programas e atividades – e portanto todos os documentos relacionados – serão refletidos nos arquivos e que com suas finalidades, e quais não serão.

Assim sendo, as metodologias de avaliação são um momento crítico na atividade arquivística e que definirá o futuro, não só dos documentos, mas das pessoas ali envolvidas, a *Macroappraisal* é a avaliação encarada em seu real patamar.

Esse conceito, assim como o dos Arquivos Totais, faz parte do conjunto de ações do *National Archives of Canada* no final da década de 1980, e foi institucionalizando enquanto programa no ano de 1991.

A aplicação desse conceito foi feita em alguns outros países, como a Holanda. No entanto, tem sido aplicado no âmbito das políticas nacionais de arquivo, ou seja, em um sentido amplo, como uma maneira de estabelecer estratégias gerais de avaliação, mas não é descartada sua aplicação em universidades, arquivos estaduais. Seu uso nesses casos também seria válido.

Um dos precursores da visão que se discute é Hugh Taylor, que trabalhou em inúmeras instituições arquivísticas na Inglaterra – seu país de origem – e no Canadá. Na década de 1970, começou a trabalhar no *Public Archives of Canada*, sendo um dos arquivistas que conceberam a associação canadense.

Dentre outras pessoas responsáveis pelo aparecimento desse conceito, destaca-se um autor responsável por uma verdadeira “revolução” na Arquivística na atualidade: Terry Cook, devido ao seu pensamento pós-moderno, moldado nas idéias pós-estruturalistas presente nas

ciências humanas desde o fim da década de 1970. Ele buscava a compreensão de tais fenômenos no status conceitual da Arquivística.

A promulgação dessa visão provocou uma série de mudanças no pensamento arquivístico, uma vez que, a partir dele, o arquivo não é mais entendido como um depósito de registros e sim como um conceito, “movendo do contexto dos documentos (valores informacionais de Schellenberg) para padrões, tendências e idéias do contexto dos documentos (e através de um novo senso de proveniência)” (COOK, 2006 p.124).

Portanto, as idéias que se apresentam de maneira bastante rígida na disciplina, a partir dessa perspectiva, devem ser vistas de modo mais abrangente, relacionando a instituição produtora com seu contexto na sociedade, com os padrões da época. Dito de outro modo, nessa perspectiva, os pensamentos arquivísticos deixam de ser princípios e passam a ser compreendidos como conceitos.

Todas essas formulações só foram possíveis a partir do momento em que a produção de documentos em meio eletrônico se intensificaram.

Terry Cook e Hugh Taylor são, sem dúvida, os dois autores mais relevantes dessa corrente, que o próprio Terry Cook denomina “Arquivística Funcional”.

Agora se busca descrever o desenvolvimento que ocorreu na Arquivística Canadense, em sua parte francesa, local responsável pelo aparecimento de uma das obras chave da atualidade: *Les fondements de La discipline archivistique*, de Jean-Yves Rosseau & Carol Couture.

Como a maioria dos Países da América, o Canadá-Francês sofreu forte influência teórica europeia, principalmente da França, por sua ligação cultural.

Nahuret & Gadoury colocam a Arquivística no Québec nos seguintes termos (2005, p.4, tradução nossa): “A Arquivística no Québec, relativamente jovem, foi se desenvolvendo rapidamente de um campo prático para uma profissão autônoma, distanciando-se de seu status inicial de disciplina auxiliar da história”.

Na década de 1950, os teóricos da região acompanharam também a enunciação das teorias a respeito da avaliação e utilizaram esses preceitos em seus arquivos. Portanto, o Canadá-francês foi beneficiado primeiramente pelo desenvolvimento da disciplina na França e, posteriormente, com a avaliação, nos Estados Unidos.

Couture (2005, p.27, tradução nossa) fala de três diferenças entre a arquivística praticada no Québec e a praticada na Europa e Estados Unidos:

- (1) Os arquivistas em Québec ocupam um lugar privilegiado, beneficiados e adaptando as tradições na gestão de arquivos históricos desenvolvidas na Europa pelos arquivistas-acadêmicos;
- (2) como outros colegas, Americanos *Record*

managers, os arquivistas em Québec, estão preocupados com o ciclo vital dos documentos, que é a gestão de documentos ativos e semi-ativos; e (3) A disciplina procurou ganhar influência no campo da gestão da informação. A Arquivística em Québec se foca nos contextos dos documentos, que situam dentro de contexto mais amplo de gestão de informação contextualizada e o conhecimento e as tecnologias para esse ambiente amplo.

As ações tomadas no Québec proporcionaram um campo fértil para o desenvolvimento de sua teoria Arquivística. O primeiro passo tomado para isso foi a criação da *Association des Archivistes du Québec*(AAQ).

É claro que existiam práticas Arquivísticas anteriores à criação da associação, porém, como em todos os Países aqui descritos, é a partir da criação da associação que se inicia uma discussão no conjunto de arquivistas sobre a disciplina e sua prática, portanto, a criação de uma associação é um dos caminhos possíveis para uma área de atuação em busca de profissionalização.

A Associação foi fundada em 1967. Segundo Couture (2005, p.29), “O nascimento da AAQ é importante porque nos permitiu identificar as diferentes qualidades da Arquivística no Québec”.

O conjunto de ações desenvolvidas a partir de sua criação levou a uma maturidade do pensamento do arquivístico no Québec, uma vez que, institucionalizou uma importante publicação da área de arquivos, o periódico *Archives*.

Como conta Couture (2005 p 30, tradução nossa),

Publicações desse tipo são um sinal e uma ferramenta para uma disciplina. Transmite o corpus acadêmico de uma disciplina, essencial para sua experiência e continuidade. O estabelecimento do periódico *Archives*, em 1969, reflete uma sensibilidade emergente da necessidade de gerar conhecimento pertinente para a Arquivística no Québec.

A associação e o periódico serviram de fundamentação para os pensamentos e práticas que começaram a ser produzidas no Québec, levando a um nível maior de institucionalização, até chegar aos cursos universitários.

Numerosas ações nas décadas de 1970-1980 foram importantes para o desenvolvimento da arquivística no Québec. Em 1972, por exemplo, o Ministro da Cultura, passou a responsabilidade de gestão de documentos para o *National Archives du Québec*.

Outro ponto importante para a arquivística do local foi o início dos estudos em nível universitário. Segundo Couture (2005, p. 36, tradução nossa):

Todos esses esforços combinados como os acessos da lei, a lei de arquivos e o rápido crescimento da necessidade de gestão de documentos administrativos,

levaram a criação de cursos mais duradouros na universidade nos programas de educação arquivística. Nos anos de 1983-1984, três universidades (*Université de Montréal, Université du Québec à Montréal, and Université Laval*) estabeleceram programas em resposta a comunidade crescente necessária de indivíduos bem treinados familiarizados com o ciclo de vida documental.

É possível encontrar, antes do período descrito, uma série de cursos de Arquivística no Québec, mas somente nessa época começa a proliferação de cursos voltados para a área.

A criação do mesmo intensificou a produção de artigos e pesquisas voltadas para a área. Outra ação decisiva para a institucionalização da arquivística no Québec foi a criação do *Canadian Council of Archives*, órgão que possibilitou a instituição de um sistema de arquivos canadense e uma troca de experiência entre os diferentes grupos. Inúmeras outras discussões desse período foram importantes para a formação do pensamento canadense, como as bases para uma descrição normalizada em nível nacional, a *Rules for Archival Description*.

Além disso, esse conselho proporcionou um debate importante entre as instituições arquivísticas e os arquivistas sobre o conceito de *respect des fonds*. A normalização da descrição colocou o Canadá um passo a frente em relação a outros Países, já que foi só na década de 1990 que a Arquivística internacionalmente conseguiu uma norma de descrição utilizada em grande escala, fazendo com que as instituições arquivísticas começassem uma troca de informações sobre seus fundos.

Dois autores – Jean-Yves Rousseau & Carol Couture – destacaram-se nesse cenário profícuo da Arquivística no Québec e publicaram, como foi dito anteriormente, uma obra que cristaliza alguns conceitos discutidos nos últimos anos, em ambas as associações e em seus arquivos nacionais.

Carol Couture é um arquivista importante para o desenvolvimento do pensamento arquivístico no Québec. Ator principal na criação da *Association des Archivistes du Québec* e de todo seu desenvolvimento posterior, professor aposentado da universidade de Montreal, é uma das figuras centrais do cenário acadêmico da arquivística canadense.

Dois textos anteriores foram importantes para a formulação dos conceitos trabalhados nesta publicação. Primeiramente, o livro *Les Archives au XX siècle*, de 1982; depois, o artigo *L'arquivistique a-t-elle trouvé son identité?*, de 1988.

Como na maioria das obras construídas em conjunto, trata-se de um livro bastante completo que esquematiza uma série de idéias da arquivística. Os autores são responsáveis pela difusão dos conceitos trabalhados no Canadá nos últimos 30 anos, já que essa obra foi traduzida para o espanhol, português, inglês, e muitos outros idiomas.

A Arquivística Integrada esquematizada pelos autores corresponde a uma busca de integração entre o conceito dos Arquivos Totais e a unidade de todo trabalho arquivístico.

Como os autores colocam Rousseau & Couture (1994, p.50-51):

Isto assegura a uniformidade e continuidade das atividades dentro de uma estrutura legal, políticas e normas para a gestão dos documentos. Essa abordagem global busca três objetivos essenciais;

- Para garantir a uniformidade e continuidade das atividades arquivistas em relação a uma organização documental em respeito ao princípio do ciclo de vida de um documento e os conceitos de valor primário e valor secundário;
- Para garantir a gestão documental e atividades arquivísticas tomada dentro da estrutura legal de uma organização, políticas e normas para a gestão dos documentos; e
- Integrar os valores primários e secundários em uma definição mais ampla de documentos.

Portanto, a arquivística vista por eles é parte da disciplina que se desenvolveu no Canadá desde 1969.

Essa visão ampla e sistêmica provocou no Canadá uma série de mudanças de postura no tratamento dos arquivos. Existe, nesse caso, uma reconstrução dos conceitos mais celebres da área, modificando a disciplina, para que ela corresponda à realidade atual. É possível dizer que a arquivística sempre esteve um passo atrás em relação ao momento histórico.

Outra autora importante nesse contexto é Louise Gagnon-Arguin, responsável por uma série de reflexões sobre história do pensamento arquivístico canadense e seu reflexo no Quebec.

No Canadá, encontra-se, ainda, outra corrente de pensamento com uma proximidade muito maior com o pensamento europeu. A autora mais representativa dessa corrente é Luciana Duranti, utilizando a diplomática como fundamento para a organização e compreensão dos documentos administrativos modernos. Sua principal obra é *Diplomatics: new uses for an old science*, na qual a autora trabalha os métodos tradicionais da diplomática aplicados à realidade documental moderna.

Uma das grandes influências para tal estudo é Paola Carucci. A autora expõe o método e os princípios diplomáticos e sua aplicação nos documentos do século XX, comprovando que os mesmos elementos contidos nos documentos medievais podem ser encontrados naqueles gerados nos dias de hoje, provando, assim, a importância e utilidade da Diplomática e de seu método para a Arquivística.

Prova do uso da diplomática nos documentos contemporâneos é o projeto InterPARES, coordenado por Luciana Duranti, que busca, de acordo com o site do Projeto,

“(...) desenvolver o conhecimento essencial para a preservação em longo prazo de registros autênticos criados e/ou mantidos em formato digital, e oferecer a base para

padrões, políticas, estratégias e planos de ação capazes de assegurar a longevidade desses materiais e a habilidade de seus usuários em confiar em sua autenticidade”.

Esse projeto já se encontra em sua terceira fase e serve de exemplo para outros países, no que diz respeito a preservação digital e a autenticidade/valor probatório de documentos produzidos em meio eletrônico.

Assim, apesar da teoria arquivística estar um passo atrás do desenvolvimento da sociedade, buscou, ao longo de sua constituição histórica, respostas à realidade documental de seu tempo. Atualmente, muitos conceitos já se encontram redefinidos e re-contextualizados, devido às mudanças que correram na administração nos últimos 30 anos.

As três “escolas” apresentadas apresentam algumas diferenças conceituais e de contexto de formação das instituições, periódicos, etc.

A primeira, relacionada com uma tradição mais histórica, devido ao uso secular da paleografia e diplomática. Outras duas, ligadas a um desenvolvimento mais recente, dando importância maior a práticas de avaliação e gestão de documentos, no caso canadense.

Já no caso brasileiro, enfrenta-se uma série de outros problemas, devido à falta de incentivo financeiro por parte do governo e a um desenvolvimento profissional e acadêmico bastante recente.

O que é possível dizer sobre a realidade da disciplina é que, muitas vezes, não é só um problema de ordem teórica ou técnica, é um problema próprio das instituições arquivísticas – reféns de sua própria importância.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Neste capítulo discutem-se os conceitos fundamentais da Análise do Discurso, discorrendo primeiramente sobre o histórico e desenvolvimento da disciplina, e posteriormente sobre seus conceitos fundamentais.

Diferente de algumas pesquisas que, em seu capítulo de metodologia, descrevem seus métodos e a maneira pela qual se compreende o objeto estudado, a abordagem do discurso é teórica e, portanto, para a presente pesquisa, é necessário discorrer da teoria para o método.

É como Freitas (2001, p.67) descreve tal procedimento:

“O corpus de análise corresponderá, então, ao mapeamento de seus lugares de produção – sua arqueologia – e sua filiação de sentidos a sentidos anteriores vai demonstrado suas relações com o poder – genealogia”

Nos primeiros dois capítulos buscou-se o mapeamento dos lugares da produção discursiva – uma arqueologia da formação discursiva na Arquivística, baseando em sua publicação teórica.

Num segundo momento, por meio da *Classificação* e da *Descrição*, busca-se essa filiação de sentidos demonstrando suas relações com a ideologia e o poder.

Antes de apresentar os conceitos tradicionais da disciplina do discurso, discorre-se um pouco a respeito de seu percurso histórico visando a justificar a abordagem de análise.

Esta escolha é também didática uma vez que, busca-se também, justificar-se o uso da Análise do Discurso como metodologia para a compreensão dos conceitos – e dos discursos entrelaçados nas produções linguísticas, objetivando-se não somente colocar a Análise do Discurso como uma “metodologia de Análise do Discurso”, mas como um corte teórico-conceitual possível para a compreensão de produções textuais e como uma visão que provoca rupturas e um entendimento diferente nas formações discursivas analisadas.

Após o histórico, trabalham-se os conceitos fundamentais para uma análise discursiva dos conceitos de Arquivística.

4.1. Os elementos de Análise do Discurso: Histórico da abordagem e da Disciplina

A história da formulação dos conceitos da Análise do Discurso é bastante contraditória, uma vez que não existe um momento único para formulação de seus conceitos, uma série de autores ao longo de seu desenvolvimento foram responsáveis por sua ampliação. Contudo, é consenso que Michel Pêcheux, Michel Foucault e Jean Dubois foram fundamentais para o surgimento do corpus teórico atual da disciplina.

O aparecimento da Análise do Discurso (doravante AD) é parte de uma mudança profunda na década de 1960, nos estudos de linguagem.

Uma importante referência para o desenvolvimento da AD são os trabalhos do linguista americano Z.S. Harris, que influenciaram todos os trabalhos iniciais da AD.

Os estudos linguísticos foram, dessa forma, durante os primeiros 50 anos do século XX balizados pela problemática colocada pela oposição língua/fala que impôs uma linguística da língua, uma linguística até certo ponto, limitada pelo estudo interno da língua, não dando conta de seu objeto.

O reconhecimento de uma dualidade constitutiva da linguagem, isto é, do seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas, sociais e históricas, provoca um deslocamento nos estudos para fenômenos extra-linguísticos.

É claro que este descolamento dos estudos linguísticos só é possível na década de 1960, devido ao terreno favorável instaurado pelo próprio aparecimento da linguística moderna, responsável pela formulação dos conceitos que foram fundamentais para o aparecimento do estruturalismo, a linguística é entendida neste momento pelo estruturalismo com sua “ciência piloto”.

Como coloca Dosse (1993, p.65):

Se o estruturalismo engloba um fenômeno muito diversificado, mais do que um método e menos do que uma filosofia, ele encontra seu cerne, sua base unificadora no modelo da linguística moderna na figura daquele que é apresentado como seu iniciador: Ferdinand de Saussure.

A linguística moderna desde seu início foi responsável por dar sustentação às idéias dos estruturalistas cientificistas.

Contudo, suas idéias limitavam a língua a si mesma, como coloca Dosse (1993, p.70):

O signo linguístico une não uma coisa ao seu nome, mas um conceito a uma imagem acústica num vínculo arbitrário que remete à realidade [...] O signo saussuriano só envolve, portanto a relação entre significado (o conceito) e significante (imagem acústica), com exclusão do referente.

Este sistema transformava a língua em um fenômeno fechado possível de ser desnudado em suas minúcias, deixando de lado a língua sendo utilizada.

Sobre o estruturalismo podemos compreendê-lo segundo (GREGOLIN, 2006, p.24-25) em três eixos:

- a) **o estruturalismo moderado**, cujos estudiosos tinham o desejo de formalização, para fugir ao impressionismo e ao subjetivismo analítico, buscando conceitos e métodos na linguística estrutural. Entretanto, realizaram apenas aproximações com esses conceitos e métodos, como se pode verificar nos trabalhos de Todorov, Genette, Bremond.
- b) **O estruturalismo cientificista**, cujos pesquisadores acreditavam que a linguística oferecia a metodologia mais avançada às ciências humanas, a partir de Saussure, Hjelmslev, Jakobson; realizaram aplicações formalizadas e taxionômicas em antropologia, narratologia, semiologia. Inserem-se nessa tendência, por exemplo, alguns trabalhos de Barthes do início dos anos 60; o projeto semiótico de Greimas; a antropologia estrutural de Lévi-Strauss
- c) **O estruturalismo especulativo**: incluem-se nessa classificação trabalhos com fortes matrizes ideológicas e filosóficas, reincorporando às teses estruturalistas problemáticas de Freud e de Marx, em relação ao sujeito à História, com por exemplo Foucault, Derrida, Althusser, Lacan

Pelo quadro teórico apresentado pela autora é possível compreender o papel que a linguística estrutural desempenhava no desenvolvimento do estruturalismo, era sua base fundamental, pois, dos três eixos, em dois a linguística estrutural aparece.

A AD surgiu inicialmente do terceiro estruturalismo, fundamentado no estudo atento das obras de Freud e Marx. Foucault e Pêcheux faziam parte deste grupo e as idéias destes dois autores foram formadas por essas influências.

A AD vem modificar essa estrutura visando à compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível também situado fora do estritamente linguístico.

Pensando nos contextos históricos, ideológicos e psicológicos das produções textuais e orais tendo como base teórica os estudos de Freud e Marx.

Como Orlandi (1994, p.9) pondera a este respeito:

[A interpretação e compreensão pelo discurso] Isto, em meu trabalho, reverte para minha afirmação de que, na análise do discurso, a noção de ideologia é outra, a noção de história é outra, a noção de social é outra e assim por diante. Ou seja, a análise do discurso inaugura uma região teórica própria tanto em relação à linguística como em relação às ciências sociais

Pela AD, pode-se chegar à conclusão de que qualquer estudo da linguagem não pode deixar de levar em conta aspectos da sociedade que a produz, uma vez que os processos que constituem a linguagem são processos histórico-sociais.

Ferreira (2007, p.14) complementa:

Do ponto de vista político, a Análise do Discurso (AD) nasce, assim, na perspectiva de uma intervenção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo linguístico então vigente, visto como uma nova facção do tipo burguês. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a linguística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época.

A AD é uma mudança de paradigma, uma ruptura no campo dos estudos linguísticos, relacionando-se com a história e as ciências sociais, visando a estudar a língua em situações de seu uso, relacionada a discursos científicos e doutrinários e, mais tarde, a discursos do cotidiano e publicitário.

É possível perceber pelos autores aqui trabalhados que a grande ruptura que a AD provoca, primeiramente na linguística, depois nas ciências humanas, é a compreensão do conceito de sujeito calcado no conceito de ideologia de Althusser e na psicanálise pela noção de inconsciente relacionados com a materialidade da linguagem, ou seja, o sujeito em AD é outro conceito.

Aparentemente, existe uma junção de duas noções formuladas anteriormente, mas a grande diferença é essas duas noções sendo trabalhadas como parte das intervenções na linguagem, área que até então a via como um sistema neutro e codificado.

Sobre os pontos altos do surgimento da AD, Maingueneau (1997, p. 9) comenta da seguinte maneira “Na França e de forma geral, na Europa, é tradição associar fundamentalmente reflexão sobre textos e história.”

Para autora essa tradição é o encontro de uma conjuntura intelectual e uma prática escolar.

Essa conjuntura intelectual, o cenário de ascensão do Estruturalismo teve reflexo direto no solo fértil das décadas de 1950 a 1970.

Ainda para Maingueneau (1997, p. 9), a AD, como o próprio estruturalismo, nasce de uma conjuntura de três áreas e da tradição histórica francesa, a linguística de Saussure, a Sociologia devido a Althusser (depois da década de 1970) e Marx e a psicanálise de Freud e Lacan.

Como o próprio Michel Pêcheux (1998, p.45), um dos autores mais fundamentais da AD, afirma:

[A ADF²⁹] é, antes de tudo – e isso desde 1965, aproximadamente -, assunto de *linguistas* (referindo-se inicialmente ao Distribucionalismo Harrissiano, na sequência dos trabalhos de J. Dubois), mas também de *historiadores* (na maior parte das vezes, especialistas no século XVIII e na Revolução Francesa), e de alguns *psicólogos* (especialistas em Psicologia Social, em ruptura crítica com essa disciplina).

Este fato leva a uma multiplicidade de significados e de atores atuantes no desenvolvimento da AD e ainda, deve-se levar em conta que a AD é uma disciplina relativamente recente, por isso as definições do que vem ser a AD em sentido restrito pode ocasionar uma série de equívocos.

Sobre essa prática escolar que até certo ponto leva a AD, Maingueneau (1997, p.10) comenta:

[...] A prática escolar referida é a “explicação de textos”, presente sob múltiplas formas em todo o aparelho de ensino da escola à Universidade. Essa relação entre o sucesso da análise do discurso na França e a prática escolar foi frequentemente sublinhada. A Culioli, por exemplo, observa que “a França é um país onde a literatura desempenha um grande papel, sendo possível questionar se análise do discurso não seria uma maneira de substituir a explicação de textos como forma de exercício escolar”

Portanto, o desenvolvimento da AD deve grande parte de sua abordagem, o confronto intertextual, a esta prática francesa.

A partir da década de 1960, vão se construindo teorias sem uma ligação fixa, baseando-se nos preceitos do Estruturalismo e de sua efervescência teórica e metodológica, que acabam tendo na AD seu ponto alto.

A AD pode ser considerada uma convergência destes preceitos visando a uma compreensão melhor das produções linguísticas. Essa acepção não invalida as teorias e métodos da AD, mas circunscreve seu percurso histórico.

Nos anos de 1967-1969, é a época que se publica o conteúdo de textos fundamentais para a constituição da AD, são eles o *l' Archeologie du Savoir* de Michel Foucault, *Análise Automática do Discurso* de Michel Pêcheux e uma conferência de Jean Dubois no Colóquio de Lexicologia Política de Saint Cloud e seus textos na revista *Langages* .

Na sequência, discorre-se ponto a ponto sobre a contribuição destes autores e suas obras, uma vez que, é por meio deste eixo de autores que se entende não só a fundação da AD, mas a abordagem Francesa de AD, à qual esta pesquisa se filia.

²⁹ Análise do Discurso Francesa

Ao final da década de 1960, principalmente depois de maio de 1968 mudanças profundas começam acontecer no núcleo do estruturalismo, grande parte desta mudança é provocada pela publicação de *l'Archeologie du Savoir* de Michel Foucault.

Sobre este período Dosse (1993, p. 267) faz o seguinte comentário:

A grande balburdia que precede maio de 1968 e prossegue para além dele favorece a explosão do estruturalismo. Michel Foucault procura com essa obra [Arqueologia do Saber] o meio de conceitualizar sua postura e ao mesmo tempo, colocar-se a uma certa distância de suas posições estruturalistas de ontem. [...] ao sugerir uma nova aliança surpreendente com os historiadores, os da nova história, com os herdeiros dos *Annales*.

Ao final da década de 1960, o estruturalismo, anteriormente calcado na linguística, sociologia e antropologia, aproxima-se, em Foucault, da História.

L'Archeologie du Savoir vem sanar um problema que, muitas vezes, pode ser percebido nas obras anteriores de Foucault: a ausência de um quadro metodológico definido, que vem a ser o objeto de reflexão desta obra. No seio deste quadro instaura-se a linha de pensamento foucaultiana de Análise do Discurso, responsável pela formulação de uma série de conceitos fundamentais para a estruturação metodológica da disciplina.

Na obra, Foucault aproxima a esfera discursiva tradicional, presente no método estruturalista, do ideário baseado no marxismo, presente nos seguidores de Althusser, com os conceitos de *prática discursiva, formação discursiva e formação ideológica*.

Em *L'Archeologie du Savoir*, Foucault utiliza este método para compreender a história da História, visando a sua desconstrução. O método que ele utiliza para efetuar tal desconstrução é sua contribuição para a Análise do Discurso.

Em nenhum caso quis Foucault arvorar-se em defensor de uma positividade qualquer da ciência histórica, por mais nova que fosse. O que lhe interessa é abrir as estruturas para as descontinuidades temporais, para os desequilíbrios e inversões que regulam os deslocamentos de um jogo incessante de práticas discursivas (DOSSE, 1993, p.270).

Portanto, o que Foucault busca enunciar é que a ciência da história, e as ciências humanas de modo geral, possuem desequilíbrios e inversões regulados pelos sujeitos atuantes nas produções textuais e orais, mas também, regulados pela ideologia e pelo poder, ou seja, o sentido oculto presente naquele espaço discursivo que ele analisa.

Pêcheux (1998, p.48) alerta para este aspecto da História da seguinte maneira:

Historiografia Documental não tematizava, portanto, a discursividade do documento, sua língua, seu estilo ou sua escrita, o que não a impedia, aliás, se fosse o caso, de levar isso em conta implicitamente, a título de indícios espontâneos que

guiam a leitura e a escrita enquanto prática 'literária' implicada pela profissão de historiador.

Deste modo, a AD, ainda que não enunciada desta maneira, uma vez que na obra de Foucault, a discussão acontece muito mais num nível de discursividade do que em uma teoria do discurso propriamente dita, a AD, em Foucault tem um de seus pontos de partida.

O segundo ponto de partida da AD é a própria obra de Michel Pêcheux, provavelmente o maior responsável por sua fundamentação teórica e por um rompimento entre o a teoria do discurso e a linguística clássica.

Malidier (1997, p.17) comenta sobre a formação de Pêcheux:

[...] desde o meio do decênio, ele se encontra envolvido nos debates teóricos que se desenvolveram na rua Ulm, em torno do marxismo, da psicanálise, da epistemologia [...] Ele situa-se, de início, no terreno da história das ciências.[...] Uma figura essencial aqui, que desempenhará posteriormente um papel importante no pensamento de Pêcheux, é a de Michel Foucault.

A ligação entre a obra de Pêcheux e Foucault é bastante perceptível, existe uma aproximação conceitual muito forte entre ambos os autores, como será visto mais adiante.

Porém, a contribuição Foucaultiana para a AD é mais periférica no sentido de que em Foucault o objeto de estudo é a *ciência* e sua *discursividade*, e, em Pêcheux, a AD faz parte de um projeto epistemológico completo e é encarada como uma ruptura com os preceitos linguísticos clássicos. A este respeito, Malidier (1997, p.19) faz a seguinte ponderação:

[...] A Análise do Discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia). O objeto do discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. [...] o objeto teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia. A análise (do discurso) só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso)

Portanto a AD, no pensamento de Pêcheux, é uma disciplina completa, com relações com a linguística, sociologia e psicologia, mas, apesar destas relações, é uma disciplina com suas especificidades teóricas e metodológicas, apoiando-se sobre a “teoria do valor que coloca a língua como sistema formal (MALDIDIER, 1997, p.19)”

A obra de Pêcheux, durante todo seu percurso, marca os avanços que ocorreram na disciplina até a atualidade tal afirmação é possível a partir de textos como o *A estranha memória da Análise do Discurso* de Jean-Jacques Courtine.

Contudo, é claro que, na atualidade da disciplina, essa visão “pura” da disciplina encontra-se em desuso, porque, o objeto da AD – o discurso – é um objeto dinâmico e de

fronteira e como Robin (1985, p. 86) “nem disciplina autônoma, nem disciplina auxiliar” como uma interseção de quatro disciplinas (história, ciências sociais, psicologia e linguística), com conceitos provindos destas, mas com usos distintos para estes conceitos.

Outro ponto fundamental para a compreensão da AD, é que a “teoria do discurso” pregada por Pêcheux está fundamentada principalmente nas noções de ideologia provindas da obra de Althusser, sua contribuição foi demonstrar a ideologia como parte da construção dos indivíduos.

O fato de a ideologia existir, a interpelação dos indivíduos, enquanto sujeitos, se concretizar, o (re) conhecimento acontecer, fundem-se numa mesma coisa para Althusser.

É esse processo que se realiza nos rituais da vida cotidiana, transformando os indivíduos em sujeitos, porque a ideologia sempre interpelou os indivíduos como sujeitos, o que possibilita concluir que os indivíduos são sempre sujeitos.

Nestes primeiros momentos, a relação entre a ideologia e a AD é tão grande, que é preciso também tipificar como é entendida a ideologia em Althusser, uma vez que ele aproxima os pensamentos sobre ideologia de Marx com os conceitos da psicanálise.

Segundo Althusser (1985, p.77) “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência [...] A ideologia tem uma existência material.”

Em Althusser, a ideologia é entendida como uma representação presente na sociedade entre os sujeitos e a realidade. Por exemplo, a ideologia religiosa é parte de uma concepção de mundo particular, que para o sujeito relacionar-se com ela, precisa acreditar em uma série de representações, e estas representações ideológicas possuem uma materialidade, como por exemplo, a hóstia.

Althusser (1985, p.84) ainda afirma que “[...] Uma ideologia existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas. Esta é existência material”

Fiorin também contribui para esclarecer o funcionamento da ideologia na sociedade colocando-a seguinte maneira:

[...] Se há inversão de realidade, a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto, ser reduzida à consciência. Ela existe independentemente da consciência dos agentes sociais. É uma forma fenomênica da realidade, que oculta as relações mais profundas e expressa-as de um modo invertido. A inversão da realidade é a ideologia. (FIORIN, 2004, p.29)

A maneira pela qual Althusser compreende a ideologia tem uma ligação direta com as acepções sobre ideologia da AD esta “inversão da realidade” dentro da esfera discursiva é o que possibilita a análise, a AD busca encontrar como e onde essa inversão de realidade

acontece. Michel Pêcheux encontrava-se no grupo de adeptos desta noção de ideologia arraigada no pensamento estruturalista, uma vez que se identifica a ideologia presente nos aparelhos de controle e manutenção do poder e que essas ideologias atravessam nos sujeitos – e suas produções textuais.

A obra que marcou a fundação da AD enquanto uma disciplina com métodos e preceitos epistemológicos básicos é o famoso livro de Pêcheux *Análise automática do discurso*:

[...] anunciava um programa teórico e prático. Tanto em um como no outro caso, uma disciplina se acha instituída, uma “disciplina transversal”, que tenta pensar sua autonomia recusando uma relação de ampliação (da linguística a um outro domínio) e um interação pura e simples com a linguística. (MALDIDIER 1997, p.20)

O autor via, neste período inicial do desenvolvimento da AD, a disciplina como algo até certo ponto fechada em si mesma, recusando encará-la como uma ampliação do campo da linguística, sua postura leva a AD a um patamar teórico calcado predominantemente na noção de ideologia. Com o passar dos anos, Pêcheux muda de postura pelas mudanças na própria AD.

Anos mais tarde, Pêcheux (2001), em um artigo mais recente publicado na França na década de 1980, enumera três ADs complementares, sendo a primeira calcada no estruturalismo e no ideário de ideologia de Althusser; uma segunda pensando nas relações entre o discurso e o sujeito, utilizando a noção de formação discursiva de Foucault, é introduzida a noção de interdiscurso, uma vez que, percebem-se os atravessamentos que acontecem com o sujeito no nível ideológico e discursivo; num terceiro momento, ainda recente na época da publicação do texto, fruto de uma flexibilização conceitual devido ao uso da noção de interdiscurso, visava a “uma construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, e também dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos no fio intradiscursivo’” (PÊCHEUX, 2001, p.316)

Neste terceiro momento o discurso está aberto para a compreensão do outro, como afirma Orlandi (1999, p. 12): “Compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro”, ou seja, neste terceiro momento a AD, pela noção de interdiscurso, percebe que a interpretação e compreensão do discurso está sempre aberta sem um fim em si mesma.

Apesar de ser uma disciplina recente, a AD apresenta um desenvolvimento bastante acelerado e a obra de Pêcheux é fundamental para a compreensão dos conceitos da disciplina,

uma vez que a noção de enunciado, a própria formação discursiva e demais noções contemporâneas da AD só foram possíveis a partir da obra de Pêcheux.

O outro ponto alto citado por alguns autores que se preocuparam em traçar o percurso histórico da AD são alguns trabalhos do linguista Jean Dubois.

Para ele, diferente de Pêcheux, a AD é entendida como uma ampliação natural do campo da linguística, como é colocado por Malidier (1997, p.18):

[...] A instituição da AD é pensada dentro de um continuum: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é “natural”, é uma extensão, um progresso permitido pela linguística. A AD, em suma, não terá sido senão um lance de seu caminho científico.

Os textos de Dubois foram importantes principalmente porque seus conceitos estavam calcados na lexicologia dando um entendimento maior para o método.

Sua teoria sobre a enunciação e o comportamento do enunciado mostrou outro lado da “maquina discursiva” como Pêcheux a chamava.

As “análises do discurso” provenientes do pensamento de Pêcheux e de Foucault são semelhantes, respeitando as suas especificidades, contudo a AD proveniente do pensamento de Dubois, difere-se principalmente no que diz respeito ao método.

Como coloca Bonafous (1983, p.107, tradução nossa):

A análise automática do discurso é concebida para manifestar os pontos de ruptura ideológica entre diferentes textos estudados. [...] A lexicométrica, ao contrário, não penetra na profundidade da argumentação, permanecendo sempre no nível mais superficial, o qualitativo. Consequentemente, se presta mais ao estudo das “atitudes” e dos “comportamentos” do que ao da temática.

Essa diferença no método é fundamental, porque se chega a resultados diferenciados uma mais superficial do que a outra, neste estudo, busca-se utilizar da análise automática, pelas características das obras estudadas, que possuem uma formalização e um status institucional contundente, ou seja, buscando os pontos de ruptura neste caso mais conceitual do que ideológica.

Demarcado este histórico da análise do discurso é necessário também discorrer a respeito da abordagem, porque em AD existem algumas diferenças de abordagem e de caminhos tomados.

Dentro da análise do discurso, como em todas as disciplinas e ciências existentes no universo do conhecimento, existem tendências de análise e de estudo, caminhos teóricos que decidem por onde se caminhará e como se caminhará.

Maingueneau (1997, p.12) faz a seguinte ponderação a este respeito:

O “discurso” modifica-se de acordo com as referências que se faz à psicologia, à história, à lógica, etc., e, no interior destes campos, a esta ou aquela escola: uma “análise do discurso” pode, por exemplo, retirar boa parte de seus conceitos da psicologia, mas tomará uma configuração diferente segundo se trate de psicologia cognitiva ou psicanálise e, no interior da psicanálise, por filiar-se a esta ou aquela escola.

Portanto, é necessário tipificar os autores, a abordagem e os conceitos, já que, pode-se chegar a diferentes análises e discursos.

Neste caso, a tônica do trabalho se dá pela tendência francesa de análise do discurso, enfocando mais as noções postuladas por Pêcheux e Foucault e seus contemporâneos, pois se entende que esta tendência francesa oferece mais subsídios teóricos para a compreensão do discurso que este estudo se propõe a estudar.

A escola francesa da análise do discurso contrapõe-se, de certa maneira, àquela que se desenvolve nos países de tradição anglo-saxã.

Assim, enquanto a AD francesa se fixa no discurso escrito, doutrinário, utilizado nas escolas com o objetivo de ensinar, a AD anglo-saxã examina o discurso oral da conversação cotidiana e comum, esta afirmação apóia-se nas leituras dos textos de Brandão (1997) e Maingueneau (1997).

Dessa forma a corrente francesa apresenta uma preocupação com os propósitos textuais, com a explicação das formas narradas e com o discurso construído.

Já a corrente anglo-saxã concentra-se nos propósitos da comunicação e no seu caráter descritivo através do uso imanente da linguagem, trabalhando com temas de conflitos ideológicos latentes como violência sexual, racismo e etc.

O método francês é estruturalista e interage com a linguística e a história predominantemente, como foi descrito sobre seus autores primordiais; o anglo-saxão é interacionista, buscando apoio na psicologia, sociologia, estas afirmações são baseadas no quadro proposto por Gadet, citado mais a frente.

Talvez a grande diferença entre as abordagens seja a maneira pela qual se compreende as relações teóricas com outros campos, no caso francês a AD é entendida como uma ruptura e no caso anglo-saxão a AD é entendida como uma ampliação do campo de atuação da linguística.

Uma série de críticas são feitas³⁰ nesta separação às vezes arbitrária de diferentes tendências de pensamento em AD, principalmente no que diz respeito a uma *Escola Francesa de Análise do Discurso*, porque atualmente existe uma série de pesquisas sem uma ligação teórica real, com a AD que se descreveu até agora. É possível encontrar sob esse termo estudos sobre pragmática, linguística textual, teoria da enunciação, sociolinguística e etc.

Portanto, quando se fala aqui de Análise do Discurso Francesa, fala-se da AD formulada e estruturada por Pêcheux e não as atuais distorções conceituais que ocorrem principalmente na França.

Gadet (apud MAINGUENEAU, 1997 p.16) ilustra tal diferença entre AD de Pêcheux e Foucault com a AD anglo-saxã em um quadro interessante:

	AD Francesa	AD Anglo-Saxã
Tipo de Discurso	Escrito Quadro Institucional Doutrinário	Oral Conversação Cotidiana Comum
Objetivos determinados	Propósitos Textuais Explicação-forma Construção do Objeto	Propósitos Comunicacionais Descrição- uso Imanência do objeto
Método	“ <i>Estruturalismo</i> ” Linguística e história	<i>Interacionismo</i> Psicologia e sociologia
Objeto	Linguística	Antropologia

Quadro 1. Quadro Comparativo entre a AD Francesa e AD Anglo-Saxã

Fonte: MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

Pelo quadro pode-se perceber que uma discrepância entre as abordagens, sendo que, tradicionalmente, a primeira pode ser entendida como mais teórica e aplicável a discursos com um nível de formalização maior, a segunda mais metodológica e aplicável a situações do cotidiano.

Sobre o método francês, Maingueneau (1997, p.6) coloca a seguinte aceção:

A uma certa tradição intelectual européia (e, sobretudo da França) acostumada a unir reflexão sobre o texto e sobre história. Nos anos, 60 sob a égide do estruturalismo a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de linguistas como de historiadores e de alguns psicólogos;

³⁰ Podem-se encontrar duras críticas em textos de autores como Jean-Jaques Courtine, Michel Plon e Eni Orlandi

Na análise do discurso francesa na atualidade, como é colocado por Charaudeau e Maingueneau, (2004, p.45), encontram-se tendências de análise³¹, interpeladas por noções já consideradas básicas no campo da AD à francesa:

Os trabalhos que inscrevem o discurso no quadro de inserção social, os trabalhos que privilegiam o estudo das situações de comunicação linguareira e, portanto, o estudo dos gêneros do discurso; os trabalhos que articulam os funcionamentos discursivos com as condições de produção de conhecimentos ou com os posicionamentos ideológicos, os trabalhos que colocam em primeiro plano a organização textual ou a seleção de marcas de enunciação

Este trabalho coloca-se nos funcionamentos discursivos de produção de conhecimentos e para tal estudo é necessária uma análise profunda da disciplina, dos autores e dos enunciados que se propõe a analisar.

Apresentado o quadro teórico geral, parte-se para a discussão teórica mais própria da análise do discurso, de suas noções e fundamentos básicos para que se particularize o discurso e o torne analisável.

Mesmo com abordagens teóricas diferentes, em aspectos gerais deve-se levar em conta que a análise do discurso é um desdobramento teórico do campo científico da linguística, quer seja ele considerado autônomo ou como parte de uma ampliação, porque se preocupa com o além-texto, ou seja, o contexto torna-se algo importante para o entendimento da produção textual, influenciado principalmente pela sociologia, história e filosofia.

A análise do discurso, por si só pode ser considerada uma disciplina com relações interdisciplinares, por tratar as produções textuais como um objeto complexo que, para seu entendimento são necessários todos os subsídios teóricos possíveis.

4.2. Os elementos da teoria discursiva: A noção de discurso e enunciado

Circunscrito seu espaço de atuação e suas possíveis abordagens, é necessário especificar seu objeto, já que mesmo a AD sendo uma disciplina que trabalha permeada por outros campos de conhecimento, no caso, as ciências sociais e a linguística – seu objeto é único.

Por que, parafraseando Pêcheux (2002), é pela atuação do sujeito que se constrói o discurso e é só por meio da ideologia que se constrói o sujeito. Desta forma, as relações com o objeto em AD funcionam na relação língua-discurso-ideologia.

³¹ Que para alguns autores como Courtine (2007) não são análises do discurso em sentido estrito uma vez que se confunde com outras disciplinas e estudos de outra ordem

A definição de discurso, como afirmado anteriormente, não se relaciona em nada com a noção elementar de mensagem entendimento comum na área da comunicação.

Orlandi (2007) define discurso como:

Desse modo, diremos que não se trata transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (, 2007, p.21)

O discurso é entendido na AD como um espaço aberto partindo da língua e atravessado pela ideologia e circunscrito por sua própria história.

Na literatura sobre AD é possível encontrar, atrelado ao conceito de discurso, a metáfora relacionando o discurso com uma rede; o tecido discursivo.

Ferreira (2007, p.19) coloca tal metáfora da seguinte maneira:

A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem os furos, e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não-todo, esse sistema abre lugar para o não-sistêmico e o não-representável.

Portanto o discurso pode ser compreendido como uma rede nunca completa e concluída, sempre possível de mudanças provocadas pela ideologia, historia e mudanças na ordem do sentido e na ordem do próprio discurso.

Brandão (1997, p.12) complementa o conceito do discurso da seguinte maneira: “a linguagem enquanto discurso é interação, e em modo de produção social, ela não é neutra, inocente (na medida em que está engajada numa intencionalidade) e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia”

Outro aspecto fundamental do discurso é a forma que se compreende a língua a partir dele, como parte de um processo de significação que se modifica a partir do momento ideológico e histórico.

Em seu livro Foucault (1997, p.49) preocupa-se também em definir discurso:

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas tendo manifestado e intercambiado seu sentido, pode voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

Assim como para os outros autores citados, para Foucault o discurso é um espaço histórico uma vez que os discursos produzidos só são possíveis naquele contexto, permeados pelo sentido que é ideológico e que lhe é particular.

O ponto fundamental da materialidade discursiva é o *enunciado*, uma vez que é conjunto de sentidos mais elementar que pode ser particularizado dentro do discurso.

Foucault (1997, 133 p.) esquematiza o enunciado da seguinte maneira:

Examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apóia em um conjunto de signos, que não se identifica nem com aceitabilidade gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para realizar, **um referencial** (que não é exatamente um tato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); **um sujeito** (não a consciência que fala não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); **um campo associado** (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); **uma materialidade** (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidade de uso ou de reutilização)

O discurso pode ser entendido como uma ordem na qual se encontra um campo de experiência, ou seja, um referencial. O enunciado é a materialidade deste referencial é o possibilita a análise.

Foucault entende o discurso como um sistema de dispersão, ou seja, cabe a quem analisa o discurso descrever e compreender essa ligação entre os enunciados, seu conceito histórico e ideológico, fazendo parte de um discurso e para ele a descrição desta conexão arqueológica é uma das análises possíveis do discurso.

O discurso é um lugar no qual se circunscreve o campo da experiência e do saber possível, com um campo de experiências, orientadas, contextualizadas, assumidas como colocam Charaudeau e Maingueneau em seu dicionário de AD (2004).

Outro conceito que será desenvolvido no tópico seguinte é o de *formação discursiva*, mas que na obra de Foucault relaciona-se com o conceito de enunciado, da seguinte maneira: “Um enunciado pertence a uma formação discursiva como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. (FOUCAULT, 1996, p.135).

A maneira metodológica que Foucault apresenta seus conceitos torna a análise clara, uma vez que, é possível particularizar os enunciados mais contundentes pertencentes à formação discursiva.

Segundo Guespin (Apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.196):

O enunciado é a sucessão de frases emitidas entres dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso.

Mainueneau (2005), buscando exemplificar como funciona o processo de análise e a relação que se desenvolve entre a língua, o discurso e a ideologia, utilizando de um exemplo simples, a expressão “NÃO FUMAR”.

O entendimento da expressão parece simples e imediato, porém existe um jogo discursivo bastante complexo para o entendimento.

Primeiramente é necessário atribuir a essa expressão o status de enunciado, isto implica atribuir uma fonte enunciativa, no caso, um sujeito que, servindo-se de sua própria língua, tem a intenção de transmitir sentido a alguém e o contexto em se coloca essa expressão dita à leitura que se faz dela.

Por exemplo, esta expressão em uma placa branca e vermelha padronizada fazendo referência a um artigo de uma determinada lei em um ônibus, obviamente significará que é proibido fumar naquele veículo, porém, se colocarmos a mesma placa em um museu em uma exposição com 50 outras placas de diferentes épocas, o sentido dado à placa muda completamente.

O sentido modifica-se por que ele é construído, construído pelos sujeitos e instituições que regulam e fundamentam as práticas sociais e estas práticas estão permeadas pela ideologia.

Portanto, a história-ideologia presente nesta idéia, o local, os sujeitos, a estrutura de apresentação, são elementos externos à própria expressão que dá suporte para o entendimento do enunciado propriamente dito.

Justamente por esse jogo que estabelece entre a enunciação, o campo ideológico, o contexto histórico e o sujeito, que Foucault estabelece o enunciado como a unidade básica do discurso.

É perceptível encontrar nos enunciados um campo de referência, um sujeito, um campo de associação entre a referência e o sujeito e uma materialidade de possível de reutilização, uma vez que é possível encontrar o mesmo enunciado em diferentes situações.

4.3. Os elementos da teoria discursiva: A formação discursiva e a formação ideológica

Como foi dito no tópico anterior a noção de enunciado está relacionada com o conceito de formação discursiva (doravante FD) e numa reação entre o enunciado-formação discursiva, tem-se o conceito de formação ideológica (doravante FI).

O primeiro autor a iniciar a discussão pensando na noção de formação discursiva é Foucault e posteriormente, como descrito no histórico da AD, essa noção torna-se fundamentação para compreensão da disciplina, devido a sua ampliação conceitual na obra de Pêcheux.

A dupla paternidade do conceito gera muitas vezes uma série de confusões no que diz respeito a sua conceituação.

Courtine (1981, apud BRANDÃO, 1997, p.41) define a formação discursiva da seguinte maneira:

O nível do enunciado: diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobaria “um feixe complexo de relações” funcionando como regra. Enquanto regra, esse sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito falante situado num dado lugar, num dada conjuntura, no interior de uma formação discursiva, sob a dependência do interdiscurso dessa última. Esse nível é o lugar da constituição da “matriz de sentido” de uma formação discursiva determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados. Esse nível se situa no plano das regularidades pré-terminais “aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados (...)”. O nível de formulação: refere-se ao “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal” Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema de formação

A FD é um conceito que gera certa polêmica na disciplina porque sua definição parece não solucionar os problemas que o uso do conceito cria no núcleo do discurso.

Apesar disso, é impossível desvencilhar a conceituação básica em AD, sem a compreensão deste conceito, porque a FD é, como Courtine (1981) define, a matriz de sentido, determinada por uma FI é o que permite a construção de sentidos partindo de sua posição histórica.

Buscando deixar claro como se compreende este conceito, fundamental para a análise, Maingueneau (1997) esclarece que não se trata de considerar a formação discursiva como algo produzido por um sujeito único e exclusivo, mas por uma *posição* circunscrita no espaço-tempo que pode claramente se relacionar.

Ainda sobre a FD, Orlandi (2007, p.43) esclarece o que vem a ser a FD:

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. [...] Deste modo, os

sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

A FD, portanto, é um conceito de conexão entre o enunciado, o sujeito e a ideologia. É o espaço entre o que pode ser dito, devido ao contexto histórico e este, sendo permeado pela ideologia, revela que o sentido não está na palavra, na frase e no texto, mas acontece na discursividade, partido da relação entre enunciado-formação discursiva- formação ideológica-sujeito, ou o contrário.

A formação discursiva é o conjunto de enunciados relacionados a partir de uma posição e de um lugar, e de sujeitos específicos. Por exemplo, encara-se aqui a Arquivística como uma formação discursiva e, encará-la como tal, é perceber que seu conjunto de técnicas, saberes, sujeitos e instituições estão relacionados pelos enunciados que produzem, e estes enunciados estão relacionados com o contexto ideológico, com o poder, em um jogo social estabelecido no espaço-tempo cheio de conflitos. Desta forma, a Arquivística, enquanto um espaço discursivo, nunca está finalizada, é passível de mudanças.

Assim, ao encará-la desta maneira, pode-se perceber que os conceitos da disciplina estão sujeitos a um embate externo, e que a desconstrói e modifica sua prática institucionalizada. Deve-se acrescentar, ainda, que os conceitos trabalhados na disciplina só são possíveis a partir da posição história em que foram construídos, e o significado de um mesmo conceito modifica-se à medida que a posição na formação discursiva modifica-se. A FD é a posição do discurso no espaço tempo.

Palavras iguais podem significar coisas diferentes porque se inscrevem em formações discursivas diferentes, e esta diferença ocorre por que são sujeitos e contextos diferentes.

Cabe ao analista do discurso observar as condições de produção dos textos, e remeter aquele enunciado a uma determinada formação discursiva.

A FD é, portanto, o espaço em que a materialidade enunciativa tem a possibilidade de ser interpretada e compreendida a partir da posição histórica e ideológica que o sujeito encontra-se.

Já sobre a FI em específico, segundo Pêcheux, ela pode ser considerada “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflitos” (1990, p. 11)

A Formação Ideológica são os elementos externos à própria formação discursiva, como colocado anteriormente, as relações que a formação discursiva estabelece no nível do poder, ela é a formação que atravessa e modifica a formação discursiva.

O conceito atrelado a esta formação é o da *ideologia*, discutida na primeira parte deste capítulo. Contudo, é interessante trabalhá-la um pouco mais, uma vez que é um conceito crucial para esta formação.

A ideologia, enquanto conceito, surge primeiramente na obra de Marx e Engels. Neste estudo, o conceito de ideologia trabalhado é bastante restritivo por trata-se de uma crítica ao sistema capitalista e à ideologia burguesa, portanto é o estudo de um fenômeno ideológico e não uma conceituação sobre o comportamento da ideologia enquanto uma noção estrutural das ciências humanas.

Pode-se afirmar que é na obra de Althusser que os conceitos de ideologia trabalhados na AD foram formulados, como já descrito anteriormente.

No caso da FI, trata-se de um conceito proveniente desta ideologia e mais amplo que o conceito de formação discursiva, como Brandão (1997, p.90) conceitua:

[a FI] é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito, mais ou menos diretamente as posições de classe em conflito umas com as outras (Haroche et alii). Cada formação ideológica pode compreender varias formações cursivas interligadas.

A FI é, então, um conjunto de práticas e atitudes circunscritas no espaço-tempo, que atravessa várias formações discursivas e interliga a rede discursiva.

Pêcheux e Fuchs (2001, p.167) explicam a FI e sua ligação com as formações discursivas com o seguinte exemplo:

[...] a formação ideológica religiosa constitui, no modo de produção feudal, a forma da ideologia dominante; ela realiza “a interpelação dos indivíduos em sujeitos” através do Aparelho Ideológico do Estado religioso “especializado” nas relações de Deus com os homens, sujeitos de Deus, na forma específica das cerimônias (ofícios, batismos, casamentos e enterros etc...) que, sob a figura da religião, intervém, em realidade, nas relações jurídicas e na produção econômica, portanto no próprio interior das relações de produção feudais. Na realização destas relações ideológicas de classes, diversas formações discursivas intervêm enquanto componentes combinadas cada vez em formas específicas; por exemplo, e enquanto hipótese histórica a ser verificada: de um lado a pregação camponesa reproduzida pelo “Baixo-Clero” no interior do campesinato, de outro o sermão do alto-clero para os Grandes da nobreza, logo duas formações discursivas [...]

Este exemplo esclarece bem a relação entre a ideologia, enquanto FI no interior da teoria do discurso, pode ser compreendida, existe no exemplo uma única FI, que permeia outros dois exemplos de FD que dado a conjuntura apresentada pode conter um número bem maior de FDs.

Pode-se ainda citar, por exemplo, a própria Arquivística. Como todas as disciplinas estão sujeitas aos acontecimentos externas a si próprias, e os embates entre o poder e o saber provocam mudanças em sua estrutura discursiva.

Analisar o discurso é perceber esses atravessamentos e mostrá-los na análise.

“O deslocamento da unidade de análise determina a necessidade de criar um corpo teórico-analítico que vise considerar a materialidade discursiva como objeto próprio.” (Indusky, 1997, p.17).

Portanto, para se analisar um discurso é necessário um jogo de métodos científicos comuns àquela formação discursiva, esta análise é mediada pela teoria do discurso, mas para se identificar/compreender um determinado discurso são necessários métodos que são produzidos no interior daquela produção discursiva.

Estes métodos são permeados pelas formações ideológicas e estão inscritos no espaço-tempo.

Pêcheux e Fuchs (2001) colocam que, para analisar-se o discurso, são necessários três campos articulados, determinando seu quadro epistemológico geral:

Materialismo Histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias
Linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo
Teoria do discurso, como teoria da determinação história dos processos semânticos (PÊCHEUX e FUCHS, 2001, p.163-164)

Além desses três campos é fundamental também, como é colocado por Pêcheux, o campo do sujeito, de natureza psicanalítica, já que se deve pensar que o discurso é produto do texto contextualizado, mas evidentemente esse texto foi produto de sujeitos, que possuem suas particularidades psicológicas relacionadas com seu contexto linguístico e histórico.

Pode-se esquematizar que o analista do discurso se apóia, também, em quatro preceitos básicos da análise: história-ideologia, língua-sentido. (ALÓS, 2004).

O sentido do discurso na língua corresponde ao que Pêcheux postulou como parte da linguística, cabe aqui diferenciar as operações de um analista do discurso e de um linguista.

O que ambos analisam é a mesma materialidade linguística, o dado linguístico é o mesmo, mas o ponto de vista é diverso. Enquanto o linguista analisa o funcionamento de um determinado enunciado, o analista examina o funcionamento do discurso dentro do enunciado e suas relações com a história e a ideologia. O sentido que o texto toma contextualizado, como é colocado por Pêcheux:

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece... atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: a da manipulação de significações estabilizadas,

normalizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer normal estabelecida a priori, de um trabalho de sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (2001, p. 204)

A grande diferença entre a análise do discurso e a linguística clássica é de que, enquanto uma preocupa-se como as reações singo-sentido estáveis passíveis de regras, a AD interessa-se pela língua sendo utilizada. E quando a língua é utilizada, mutações são provocadas, pelos sujeitos, pelas ideologias, enfim pelas formações discursivas existentes (INDURSKY, 1997)

A fim de finalizar tal conceituação sobre a tessitura discursiva, pode-se afirmar que o discurso é passível de análise, porque possui partículas que podem ser isoladas para análise, essas partículas, os enunciados e o conjunto de enunciados devidamente contextualizados, transforma-se em uma formação discursiva, e esta formação discursiva é permeada pelo abstrato campo das formações ideológicas.

Foucault esclarece esse jogo conceitual estabelecido no interior da produção discursiva:

Suponho, agora, que o risco tenha sido aceito; que se tenha admitido de bom grado, para articular a grande superfície dos discursos, essas figuras um pouco estranhas, um pouco longínquas, que chamei formações discursivas [...] que se deixe de tomar como princípio de unidade as leis de construção do discurso (com a organização formal que daí resulta), ou a situação do sujeito falante (com o contexto e o núcleo psicológico que a caracterizam) [...] À primeira vista, o enunciado aparece como um elemento último, indecomponível, suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele [...](1997, p. 89)

Portanto, de um lado se tem as formações discursivas estabelecidas em um nível mais geral, do outro, tem-se os enunciados que interagem na formação discursiva e que podem ser particularizados, e se estes podem ser particularizado, também podem ser estudado em suas minúcias. Observe-se um exemplo retirado de um dos manuais que serão analisados:

“Confrontada com uma miríade de informações polimorfias, susceptível de ser guardada em suportes cada vez mais diversificados [...]”(ROUSSEAU & COUTURE, 1998, p.23)

Neste texto percebe-se todo um jogo discursivo produzido pelos autores. Neste caso não existe um único enunciado, neste período de uma frase existem dois enunciados que se complementam: um relacionado à explosão de informações produzidas na sociedade a partir da década de cinquenta, outro falando sobre o fato dessa explosão informacional acabar por produzir arquivos com uma pluralidade de suportes.

Portanto, o enunciado é o objeto que pode ser particularizado e estudado, em suas relações contextuais e, se o enunciado pode ser estudado em suas minúcias, seu comportamento também pode ser estudado.

Esses elementos são responsáveis pelo comportamento dos enunciados no interior da produção discursiva. Por exemplo, uma acepção fundamental para a análise do discurso é o sujeito. No caso dos enunciados apresentados anteriormente, os sujeitos, estabelecem alguns conceitos imbuídos de uma série de discursos.

Este fato está relacionado a um campo associado, no caso o discurso produzido pela arquivística em sua literatura corrente, sobre o aumento dos suportes informacionais e sobre o aumento da quantidade de informação de modo geral e sua materialidade enquanto texto estabelecido no tempo-espaço.

Todo este jogo estabelecido no interior dos enunciados é mediado pelo *referencial* que os autores possuem, diferenciando este manual, por exemplo, dos outros manuais que serão estudados.

Se de um lado há a concepção de uma FD como um campo de enunciados homogêneos e que se relacionam entre si, estabelecendo a própria FD, a noção de FD, é estabelecida em Foucault (1997), por exemplo, pensando em relacionar enunciados, no caso científico, sem utilizar a palavra ciência como algo com um sentido em si mesmo. Sendo a própria ciência e os enunciados estabelecidos em seu interior uma FD.

Mas, também, este campo de enunciados correlacionados é atravessado, por outras FD, como é colocado por Foucault (1997):

[...] Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia à suspeitas e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou ainda, em lugar de reconstituir cadeias de inferência [...] em lugar de estabelecer quadro de diferenças, descreveria sistemas de dispersão. (FOUCAULT, 1997, p.43)

Portanto, a FD não é apenas uma formação particular daqueles discursos, ela é atravessada por outras FD e pela própria FI, que a modifica, que estabelece novas FD. E proceder a análise, neste caso, é entender esses atravessamentos discursivos, é descrever esse sistema de dispersão.

No presente estudo, por exemplo, estudar as minúcias enunciativas das FD estabelecidas no interior dos manuais é perceber a heterogeneidade do discurso arquivístico. Sendo assim, uma FD possui dois discursos ou mais, já que ela é nutrida pela contradição, e essa contradição é seu elemento de constituição.

Compreendido o conceito de FD e FI, desenvolve-se agora outro conceito fundamental para a AD, o conceito de *interdiscursividade* que foi responsável por uma grande mudança na estrutura da disciplina quando foi formulado.

4.4. Em busca do método: A interdiscursividade

A noção de interdiscurso apresenta-se como uma ampliação do próprio conceito de discurso e uma renovação da própria AD, uma vez que, distancia-se um pouco da noção de assujeitamento do sujeito calcado na ideologia de Althusser e de uma análise discursiva estrita.

A este respeito, Maingueneau (apud BRANDÃO, 1997, p.72) coloca o interdiscurso como “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convincentemente escolhidos”

Segundo Gregolin (2006), a aproximação de Pêcheux (distanciando-se das posições de Althusser) com a nova história, com Bakhtin e com Foucault, permitiu a abertura de novas perspectivas para a AD.

No livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux trata o discurso como acontecimento, dizendo que o discurso pode desestruturar-se e reestruturar-se a partir das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele emerge.

Além disso, o discurso é o índice capaz de uma inquietação nas filiações sócio-histórica de identificação, na proporção em que ele forma, simultaneamente, um efeito dessas filiações e um trabalho “(mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (2002, p. 56)”.

Pêcheux (2002) afirma que a identificação não se dá de forma linear, que não existe ligação sócio-histórica que não sofra, de uma forma ou de outra, o que ele denomina de “infelicidade” no sentido performativo do termo, levando a um desvio de pessoa, pois é em relação ao *outro*, objeto da identificação, que ocorre a variação.

Ao reconhecer o discurso como acontecimento, se não houvesse esse desvio de pessoa, se daria apenas “uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanos em interação (...)” (PÊCHEUX, 2002, p. 57).

Esta mudança no pensamento de Pêcheux provocada pela interdiscursividade é momento final que distancia a AD do estruturalismo, uma vez que se percebe a existência não

apenas de um sujeito assujeitado por seu contexto ideológico, mas sim a existência do *outro* no discurso por meio de uma inter-relação entre as produções linguísticas e os sujeitos.

O uso mais corrente do conceito de formação discursiva modifica a estrutura de pensamento sobre o próprio fechamento do discurso e leva/levou a uma compreensão equivocada, uma vez que ele é um campo aberto.

A noção de interdiscurso possibilita uma compreensão maior deste conceito, que não deve ser compreendido como uma partição ou uma caixa fechada, mas como uma realidade “heterogênea por si mesma”

Sobre tal aspecto, é possível perceber em um artigo de J.J. Marandin (apud Maingueneau, 1997, p.112) , baseado nas reflexões da pesquisa de Courtine, coloca esta questão nos seguintes termos :

O fechamento de uma formação discursiva é fundamentalmente instável, não se constituindo em um limite que, por ser traçado de modo definitivo, separa um interior e um exterior, mas inscrevendo-se entre diversas formações discursivas, como uma fronteira que se desloca em função dos embates de luta ideológica.

Portanto, o interdiscurso é um espaço de relação da ideologia com a formação discursiva e ele é responsável pela constante reconfiguração da formação discursiva, devidos aos embates entre a luta ideológica, como o espaço da constante reconfiguração e re-significação do discurso.

Por exemplo, nas obras analisadas é possível perceber reconfigurações, re-significação de alguns conceitos, mas mantém sua base discursiva em um mesmo ponto, existe entre as obras uma interdiscursividade, à medida que os autores escolhem termos iguais para enunciar coisas diferentes.

A noção de interdiscurso apóia-se, também, em uma memória discursiva, constituída por enunciados e formulações que se repetem, são refutadas e se transformam em outros significados, esta memória, não é compreendida como psicológica, mas está inscrita no enunciado.

Assim o interdiscurso apóia-se em dois eixos: “O vertical, do pré-construído, do domínio da memória e o ‘horizontal’, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo” (MAINGUENEAU, 1997, p.115)

Portanto, cabe ao analista relacionar essa interdiscursividade pertencente a uma mesma formação discursiva, visando a encontrar e compreender a face oculta do discurso, que se estabelece em uma rede interdiscursiva de formações discursivas.

A interdiscursividade é, portanto, a ampliação do entendimento da ideologia presente nas produções discursivas, relacionada com a memória histórica que só é possível seu aparecimento a partir do momento que a materialidade linguística adquiriu sentido, ou seja, na AD, o texto só é um texto a partir de sua historicidade.

Descritos alguns pontos fundamentais da AD, é necessário, ainda, um pouco mais, ou seja, discutir seu método de análise.

4.5. Uma questão do método de análise: procedimentos metodológicos

Como se descreveu ao longo deste capítulo, a AD possui uma série de noções que possibilitam operar o discurso que se propõe a analisar, contudo é preciso esclarecer seu uso, uma vez que a abordagem e as noções já foram trabalhadas.

A AD, diferente de outras “metodologias” de pesquisa, tem em seu método de análise princípios bastantes inovadores calcados num jogo que se estabelece entre a produção linguística e a materialidade histórica, buscando as rupturas e os lapsos dos textos (orais e escritos).

Enquanto metodologia de pesquisa, seu uso é diferente porque ela rompe com o que tradicionalmente se chama de “procedimentos de pesquisa/metodológicos” e como foi descrito ao longo deste capítulo, a análise acontece de maneira diferente.

O ponto fundamental do discurso enquanto objeto de pesquisa, é a busca pelo sentido dos textos.

É como Orlandi (2007, p.66) afirma: “O discurso não é um objeto dado”, ele pressupõe então, um trabalho de quem analisa de chegar até ele, é preciso primeiramente entender a produção textual (orais e escritas) como uma materialidade linguística e converter tal materialidade em um objeto teórico.

À medida que se relacionam diferentes textos de uma mesma formação discursiva e se recorta o universo de análise possível (no interior da formação discursiva) devido a certas *posições* do discurso, tal análise já deixou de ser materialmente linguística e tornou-se parte de um processo discursivo, produzindo um recorte organizando o corpus de análise.

“Nosso ponto de partida é o de que a análise do discurso visa compreender como um objeto simbólico que produz sentidos” (ORLANDI, 2007, p.66)

Tal objeto só produz sentido a partir de sua posição histórica e da caricatura da ideologia encontrada no interior do texto.

Utiliza-se essa terminologia aqui fazendo uma ligação direta com a Análise Automática do Discurso de Pêcheux (& FUCHS, 2001, p.180). Para ele, o caminho metodológico para tal análise é descrito da seguinte maneira:

- Superfície linguística: entendida no sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um “discurso” concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 [inconsciente] e 2 [consciente], na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária de uma dupla ilusão
- Objeto Discursivo: entendido como o resultado de transformação da superfície linguística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente de-supercializado, produzido por uma análise linguística que visa anular a ilusão nº 2
- Processo discursivo: entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº 1

São, portanto, três níveis necessários para a análise um relacionado com a materialidade linguística outro, com sua transformação em discurso e, o último, o estado da discursividade.

E o que Pêcheux chama de níveis de esquecimento são os níveis que os sujeitos têm (ou não) de compreensão e conhecimento sobre o que dizem.

A discursividade acontece a partir da relação e não da extensão do texto, quer dizer, a análise pode acontecer em uma obra completa ou em um único enunciado oral, à medida que esse texto refira-se a alguma relação com a memória e com a historicidade.

Nos primeiros dois capítulos buscou-se demonstrar o espaço que as obras analisadas ocupam na teoria arquivística visando “preparar o terreno” para a análise uma vez que, buscou-se contextualizar pela historicidade das obras e de seus autores – entendidos como sujeitos possíveis do discurso arquivístico, são compreendidos na atualidade e como eram no passado.

Neste sentido duas relações devem ser esclarecidas: se a materialidade do discurso é o texto, a materialidade do sujeito é o autor, e é no autor que se constrói a unidade de sujeito.

O autor, enquanto sujeito, não é apenas uma figura única. O autor é “considerado um princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de coerência” (ORLANDI, p.75, 2007), ou seja, em toda produção discursiva, sendo ela coletiva ou determinada por algum comitê, instituição, etc., possui uma autoria em seu sentido discursivo, e esta autoria é que exige a coerência, o respeito às normas estabelecidas, explicação, clareza, conhecimento de regras textuais, originalidade, enquanto o analista, por meio do discurso, busca compreender os “furos” e as rupturas nesta rede textual.

Neste sentido, por meio dos conceitos e de percurso teórico-metodológico da AD, busca-se operar a análise utilizando os conceitos de *Classificação* e *Descrição* como um recorte para compreensão da discursividade estabelecida na Arquivística.

Como qualquer outra produção textual, encontra-se interpelada pelo poder, pela ideologia e por sua própria historicidade, afastando-se da aparente neutralidade e esterilidade que o próprio discurso arquivístico tenta se prender.

CAPÍTULO 5

A ANÁLISE DOS MANUAIS: OS ENUNCIADOS E OS DISCURSOS ARQUIVÍSTICOS

Neste capítulo foram abordadas as análises dos manuais partindo do início da disciplina para os manuais atuais, numa abordagem cronológica.

Aborda-se a *Classificação e Descrição* como elementos pivô para a compreensão do status da teoria arquivística nos manuais estudados que são, na verdade reflexos do status teórico da disciplina na época de sua publicação, bem como um reflexo do discurso da disciplina.

A análise em AD parte do dispositivo da interpretação em uma relação entre o que o texto parece dizer e o que ele realmente pode dizer.

É evidente que este exercício de interpretação não é uma busca pelo sentido real e pela verdade em um texto, mas sim pelo sentido real da *materialidade linguística e histórica*.

Os textos trabalhados, como exposto nos dois primeiros capítulos, são fruto da argumentação técnica de determinados sujeitos em determinada posição na história.

Este espaço circunscreve o que pode ser dito, ou seja, é impossível um livro do começo do século XX descrever sobre os processos produção de documentos eletrônicos na atualidade porque a posição histórica limita o que o autor pode dizer.

Apesar de circunscrito pela história, o texto não pode ser compreendido de maneira única e não existe apenas uma maneira de dizê-lo, ou seja, o que contexto e a história circunscrevem é o espaço, mas a compreensão e o que o texto diz perpassa o campo do sujeito e da ideologia.

Estes dois campos, o da ideologia e do sujeito, dão espaço para a formulação do texto de maneiras diferentes e são esses dois campos que provocam os “furos” na tessitura discursiva.

O discurso analisado é parte de uma argumentação técnica e científica, portanto o discurso é fundamentado neste sentido.

Sobre as tipologias do discurso, o que tradicionalmente pode ser entendido como o tipo de discurso analisado, ou seja, o discurso jurídico, o discurso religioso, Orlandi (2007, p.86) faz uma separação interessante:

- a. discurso autoritário: aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor;

b. discurso polêmico: aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;

c. discurso lúdico: aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos desta presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos;

O discurso aqui analisado, predominantemente, caracteriza-se como um discurso autoritário, ou seja, um discurso bastante rígido e controlado na qual o referente do discurso encontra-se apagado pela maneira que as coisas são ditas (e não ditas) o locutor é a figura central e argumenta de maneira eloquente, baseado em situações experimentadas e nos princípios-leis de organização dos arquivos. Sua relação com o interlocutor, que é uma das esferas de formação de sentido e de memória, é apagada por essa posição do locutor.

Esse comportamento discursivo é predominante nos textos científicos pelas suas características formais e pelo “rigor” necessário. Contudo, em períodos dos textos é possível encontrar as outras duas tipologias, uma vez que o discurso não é unilateral e os esquecimentos e a relação com o inconsciente fazem parte de sua produção.

Fiorin faz uma contribuição importante para a especificidade do discurso científico:

A sintaxe discursiva compreende os processos e estruturação do discurso. Assim, pertence a ela um procedimento como a introdução ou não da primeira pessoa no discurso (por exemplo, Eu acho que Pedro foi ao cinema e Pedro foi ao cinema). O uso da primeira pessoa cria um efeito de sentido de “subjetividade”, enquanto sua não-utilização produz um efeito de sentido de “objetividade”. Se um cientista dissesse “Eu afirmo que a Terra é redonda”, isso poderia ser entendido como um ponto de vista pessoal. Entretanto, quando ele diz “A Terra é redonda”, é como-se o próprio fato se narrasse a si mesmo. Neste caso, temos a impressão de que uma verdade se estabeleceu. (FIORIN, 2006, p.17)

Esta verdade objetiva pode ser encontrada, por exemplo, no comportamento do discurso analisado, à medida que se percebem certas posições que os autores tomam no decorrer do texto, visando a colocar alguns princípios e conceitos ao invés de outros – como a relação entre o princípio de proveniência e naturalidade da produção de documentos de arquivo.

É perceptível, ainda, em alguns dos textos analisados uma predominância da ideologia positivista como maneira de compreensão da instituição arquivo e de seus princípios de trabalho, a própria constituição destes princípios está calcada nestes preceitos, ou seja, o arquivo é tratado de maneira geralista afim de que se tornem possíveis leis e princípios máximos para a organização e compreensão dos arquivos.

Esta análise discursiva acontece de maneira simultânea, na relação entre o enunciado e seu histórico conceitual visando a sua percepção discursiva

A partir de agora, o estudo vai se ater a tais temas, tendo a *Classificação e Descrição* como objeto de análise.

5.1. A enunciação da Arquivística: O manual de Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e R. Fruin

Como foi descrito na primeira parte do capítulo 1, o manual holandês é considerado por uma série de autores como o ponto de partida teórico da disciplina e descreve ao longo de sua formulação uma série de regras básicas para o tratamento dos arquivos.

Estas regras refletem os primeiros 100 anos do desenvolvimento da disciplina na Europa devido à ampliação da produção de documentos e de uma mudança na relação que a sociedade europeia estabelecia com a instituição arquivo devido à Revolução Francesa.

Neste manual, os conceitos de classificação e descrição eram bastante rudimentares, mas já é possível encontrar os princípios que consagram a disciplina e que foram enunciados ao longo do século XIX.

A arquivística atinge com esta publicação o primeiro passo de sua técnica o uso dos conceitos trabalhados na obra é bastante datada, uma vez que, esta publicação é reflexo de uma prática nos arquivos medievais holandeses.

É preciso, antes de tipificar a classificação arquivística neste manual, também discorrer um pouco a respeito da classificação de arquivos como um todo, uma vez que só assim é possível proceder à análise.

A classificação em arquivística tem como princípio norteador básico o princípio do *respect des fonds* princípio promulgado no século XIX, como Sousa (2003, p.121) coloca “o aparecimento do princípio de respeito aos fundos foi o fator desencadeador de uma profunda mudança na disciplina Arquivística e no instrumental teórico-metodológico.”

Este princípio fundamenta a compreensão da instituição arquivo e de sua organização.

No manual holandês, este princípio é encarado como o conceito constituinte do arranjo e descrição dos documentos.

Ainda sobre o manual holandês, a classificação confunde-se com a ordenação, que consiste atualmente na parte prática da aplicação do plano de classificação, ou seja, o método de arquivamento escolhido baseado em um plano de classificação.

O livro organiza-se em cem regras utilizadas pela associação dos arquivistas holandeses a partir da segunda metade do século XIX, como foi descrito no capítulo 1.

A própria construção do manual em regras já conta um pouco a respeito de como foram formulados seus conceitos: trata-se antes de tudo de uma obra técnica, fruto de um comitê formado por membros da associação, coordenado pelos três autores.

O sujeito do discurso neste caso é múltiplo e isso provoca uma aparente neutralidade com os conceitos trabalhados e um sentido de verdade latente, tal ato pode ser percebido em seus enunciados ao longo do texto e devido também à posição que o locutor coloca-se frente à argumentação do texto.

Apesar deste fato, é preciso relativizar, uma vez que, na época de sua publicação, era necessário estabelecer princípios de maneira rígida para que se pudessem organizar os arquivos, e mais ainda era necessária rigidez para se criar princípios.

É possível encontrar esta “verdade latente” na justificativa para o uso do princípio da ordem original, em sua regra 16:

“**O sistema de arranjo deve ser baseado** na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu.” (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p.44, grifo nosso)

É evidente, que na época deste manual, as práticas arquivísticas estavam exclusivamente relacionadas aos arquivos medievais e do antigo regime³² este “órgão administrativo” é o antigo órgão administrativo, não existia na época nenhum dos conceitos de gestão de documentos.

Este conceito de *respect des fonds* na época de sua publicação já encontrava-se bastante presente no cenário dos arquivos Europeus. Os autores justificam tal decisão de maneira interessante, no âmbito conceitual e discursivo:

Dois métodos se oferecem à nossa atenção. O primeiro adota vários **cabeçalhos arbitrariamente determinados** (por exemplo, Órgão administrativo, Finanças, Assistência, etc.), correspondentes aos que, via de regra, aparecem no catálogo da biblioteca. O outro sistema, ao contrário, **não fixa cabeçalhos arbitrários**, mas apenas os sugeridos pelo caráter e organização do próprio arquivo, a saber, os cabeçalhos condizentes com os vários ramos do órgão administrativo que produziu este último. (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p.44, grifo nosso)

Portanto, a partir da ordem original e do *respect des fonds*, modifica-se a estrutura de organização por completo da instituição Arquivística, sobrepondo às características administrativas estruturais da instituição produtora de documentos a uma classificação temática, que em determinados contextos são utilizadas até hoje em alguns países.

³² Anterior à Revolução Francesa

Os três enunciados que foram separados remetem a uma mesma formação discursiva e o locutor mostra-se da maneira contundente, justificando por meio da autoridade e de sua posição institucional como deverá ser organizado um arquivo.

O modo pelo qual, ele justifica o uso da ordem original como principio de classificação é bastante interessante usando a palavra “deve” (o uso desta palavra ocorre nas duas traduções analisadas em português e inglês), ou seja, que a ordem original é uma regra fundamental e unilateral e que seu uso é um dever do arquivista.

O uso da palavra “poderia” nesta mesma situação daria uma compreensão diferente da regra e de seu uso, como uma recomendação e não como uma regra básica de organização dos arquivos.

Mais a frente, sobre os métodos de arranjo, conta-se a existência de dois métodos de classificação, e que sua condição de diferença é sua arbitrariedade, ou seja, um possui “cabeçalhos arbitrariamente determinados” e o outro “não fixa cabeçalhos arbitrários”. Na primeira parte do texto o termo arbitrário é um status negativo do cabeçalho, na segunda aparte o fato de não o ser é positivo, em um jogo possível nesta situação é arbitrário = artificial ≠ de natural.

Novamente utiliza-se a unilateralidade dos princípios-leis da ordem original e *respect des fonds* para justificar a organização dos arquivos e o uso do “arbitrário” como condição, leva a outro preceito presente na disciplina e no manual, a naturalidade.

Dentre as justificativas encontradas pelos autores está o que, mais tarde em Jenkinson, se tornaria uma das máximas da arquivística, a naturalidade dos documentos de arquivo:

A organização original de um arquivo deve corresponder naturalmente, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu. Isso dispensa demonstração. **A antiga organização não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a consequência lógica do modo por que se constituiu a unidade administrativa, de cujas funções o arquivo é o resultado.** Esse órgão construiu, por assim dizer, o seu arquivo e, ao fazê-lo, tomou em consideração a sua própria constituição em necessidades. Toda entidade de alguma importância introduziu, à medida que se desenvolveu, certas divisões na sua administração. A preparação e, até mesmo, a execução, de determinados atos de uma gestão foram frequentemente confiados a comitês especiais permanentes e a funcionários mais ou menos independentes ou, na pior hipótese, suficientemente autônomos para que lhes fosse permitido, em muitos casos, constituírem um arquivo próprio. (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p.47, grifo nosso)

A naturalidade, no manual holandês, é tomada de forma bastante diferente daquela que será discutida mais a frente no livro de Jenkinson, como um principio de constituição da organização dos arquivos e de identidade do arquivista.

No caso, para os autores, esta “naturalidade” é uma justificativa para a manutenção da ordem original, uma vez que o arquivo não se formou de maneira arbitrária e possui sentido em si mesmo.

Na atualidade, principalmente depois do desenvolvimento da avaliação e da classificação funcional, esta linha de pensamento é questionada³³, contudo, este manual é um dos reflexos dos discursos produzidos na arquivística no século XIX.

Assim sendo, antes da publicação do manual, era possível encontrar arquivos organizados apenas a partir da ordenação cronológica, causando uma série de problemas para recuperação do contexto dos documentos produzidos.

Desta forma, os autores defendiam uma mudança de postura em relação à classificação, baseando-se nos preceitos utilizados na *École des Chartes*.

A ordem original é, no manual holandês, o princípio que constitui a base do processo de classificação.

Esta mudança profunda na classificação dos arquivos é fruto de todo o desenvolvimento da área no século XIX.

Sobre os níveis de classificação existe um único nível chamado de “série” assemelha-se ao nível de série na arquivística mais recente, contudo, é um conceito bastante genérico. Os níveis de classificação só foram realmente estabelecidos quase 70 anos mais tarde com um importante artigo de Oliver W. Holmes, intitulado *Archival Arrangement - Five Different Operations at Five Different Levels*.

Neste momento, sai de cena o assunto de determinado documento e entra em cena a estrutura do órgão, um foco não-declarado na gestão dos arquivos, uma vez que, o uso destes conceitos foca-se unicamente nos arquivos históricos.

Não é sem satisfação que nos vemos autorizados a declarar que o sistema de arranjo acima esboçado — único correto e possível, como o mostrou a experiência — é recomendado, com plena independência da nossa opinião, por colegas nacionais e estrangeiros, a cujo parecer atribuímos grande valor. Já desde 1875, o arquivista da província de Utrecht, Dr. Vermeulen, afirmou que «no catálogo de um arquivo pode e deve aparecer um esquema da composição dos primeiros órgãos administrativos».(MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p.48, grifo nosso)

A classificação, pela ordem original, foi o primeiro passo na “evolução” da disciplina, mas por conta da postura de neutralidade tomada pelos autores e posteriormente por

³³ Sabourin, P. Constructing a Function-Based Records Classification System: Business Activity Structure Classification System. *Archivaria*, n.45 spring, 2001.

Jenkinson, devido em grande parte, pela formação ideológica em voga na ciência: o positivismo. O positivismo levou a uma série de implicações históricas para a arquivística.

Uma vez percebida a rigidez dos enunciados, é possível compreender que existe uma ligação entre a formação discursiva aqui trabalhada com a formação ideológica, pensando-se nos níveis de análise de Pêcheux.

Durante todo século XIX o positivismo esteve presente, nas disciplinas das ciências sociais. Nas ciências humanas e sociais tal método e ideário só foram começar a se romper nas décadas de 1920 e 1930, e na arquivística o positivismo tornou-se um estigma.

Prova deste fato é o aparecimento deste tema em alguns textos importantes para a renovação conceitual da disciplina, por exemplo, textos de Brothman e Cook visando a aproximar a Arquivística de conceitos pós-modernos e pós-estruturalistas.

Tradicionalmente, o autor mais citado do positivismo e responsável por sua enunciação é Auguste Comte.

Para ele as ciências passaram por três estados, o estado teológico-fictício, o estado metafísico-abstrato para chegar ao estado positivo.

Segundo Ribeiro (1984, p. 10) o estado positivo configura-se da seguinte maneira:

“O Estado Positivo é, pois, o termo fixo e definitivo em que o espírito humano descansa e encontra a ciência. As sociedades evoluem segundo essa lei, e os indivíduos, em outro plano, também realizam a mesma evolução.”

A partir desta aceção é possível compreender como se constitui o pensamento positivista na ciência.

Ribeiro ainda complementa (1984, p.10-11):

Partindo do princípio de que o objeto da ciência é só o positivo, isto é, o que pode estar sujeito ao método da observação e da experimentação, Auguste Comte só reconhece as ciências experimentais ou positivas, que tratam dos fatos e das suas leis. Distingue, assim, as ciências abstratas das concretas.

As ciências abstratas, que são fundamentais, formam seis grupos e, dispostas na sua ordem hierárquica, são as seguintes: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia. As concretas, como a mineralogia, a botânica, a zoologia, segundo Comte, não estão ainda constituídas e, por isso, ele não as classifica.

Então, a arquivística, durante o século XIX, toma contato com essas idéias que levam à criação de uma série de leis e princípios em várias disciplinas do conhecimento e, mesmo que de maneira distante, no manual holandês devido a se constituir como uma obra mais técnica do que científica.

Contudo, o positivismo enquanto formação ideológica na arquivística é bastante presente, por exemplo, na maneira em que as regras do manual são elaboradas, como

princípios gerais que podem ser aplicados em qualquer contexto, como uma *verdade* baseada em experimentos.

O positivismo, na arquivística, tem seu ponto alto nas publicações de Jenkinson, por seu contato com essas idéias devido a sua formação acadêmica.

No caso da descrição, também se encontra em um estágio bastante primitivo. Contudo, os conceitos que serviram de base para fundamentação da disciplina estão presentes.

Os instrumentos de pesquisa existentes não passam do guia de arquivo, mas nomeado como inventário (ora instrumento genérico descrevendo as séries, ora entendido com uma descrição detalhada)

A descrição surge na regra 36 enunciada da seguinte maneira:

“O que se tem em mira, na descrição do arquivo, é que o inventário sirva simplesmente como um guia. Deve, portanto, fornecer um esquema do conteúdo do arquivo e não o conteúdo dos documentos.” (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p.79)

Apesar do estágio inicial, o papel da descrição quanto ferramenta visando a auxiliar a pesquisa já era encontrado no manual holandês, mas o manual foca-se no uso da descrição como uma ferramenta de organização e arranjo físico dos documentos.

Num primeiro momento, descrevem-se princípios básicos de como e o que descrever e, em um segundo momento, como o inventário deverá ser constituído.

Na época de sua publicação não existia uma série de instrumentos e percepções dos arquivos, por isso a descrição, não é tomada enquanto uma atividade típica de arquivos históricos, mas como uma atividade de organização.

Na descrição do arquivo há que ter em mente que os documentos mais antigos são de maior importância que os recentes. É mister, pois, entrar em maiores minúcias na especificação dos primeiros. Para tal diferença de tratamento convém adotar pontos precisos de divisão e mencioná-los no prefácio do inventário. (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p.82)

A descrição, neste manual, é tratada como uma atividade mais técnica do que a classificação, uma vez que se descreve uma série de regras para a formulação do inventário.

Contudo, é possível perceber na descrição a o mesmo “tom” dado à classificação, atividade que neste livro é considerada mais importante que a descrição.

Os princípios-leis permanecem e se justificam por meio de exemplos para a elaboração do inventário.

Na sequência, serão analisadas as práticas de classificação e descrição no manual de Hillary Jenkinson, responsável pela criação de uma série de preceitos e estigmas na disciplina.

5.2. A naturalidade e neutralidade da Arquivística: Hillary Jenkinson

Jenkinson é o responsável por uma evolução de alguns conceitos da Arquivística, principalmente o entendimento do documento enquanto prova e também uma série de outras contribuições importantes para a classificação e descrição. Também é responsável pelos primeiros textos refletindo sobre a atuação do profissional de arquivo, no que diz respeito a sua ética.

A obra está dividida em três pontos complementares que refletem a maneira pela qual ele compreende a organização de arquivos e seus desdobramentos técnicos.

Num primeiro momento, trata-se da custódia e preservação dos arquivos, o que ele chama de “defesa física dos arquivos”; num segundo momento, relaciona a sigilografia, a diplomática e a classificação de arquivos como funções principais do arquivista.

E em último lugar, ele coloca a descrição dos arquivos e a elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Seguindo a mesma linha do manual holandês, o autor atribui maior importância para a classificação do que para a descrição, sendo esta entendida como uma atividade secundária nos arquivos.

É perceptível, na análise destas duas obras responsáveis pelo início teórico da disciplina, uma priorização das atividades de organização e conservação dos arquivos às atividades relacionadas à disponibilização e uso dos documentos.

A estrutura da apresentação da classificação em Jenkinson é bastante original, uma vez que o autor estabelece níveis de valor claros de importância para as duas atividades, diferente do manual holandês, apesar disto ficar subentendido.

O autor entende a classificação como uma atividade mais fundamental do que a descrição.

Como foi dito anteriormente no capítulo 1, para Jenkinson, o arquivista é antes de tudo um guardião de documentos, e isto reflete em todo seu processo de organização.

Para ele, a classificação é entendida da seguinte maneira Jenkinson (1992, p. 81, tradução nossa: “Isto está dividido em duas partes: a primeira estuda a Administração da instituição, sua história e organização; o Segundo dividindo os Arquivos em Classes e suas subdivisões.”

Para ele, a classificação é dividida em duas fases: uma relacionada com o estudo do contexto, e outra, com o estabelecimento das classes. Jenkinson é o primeiro a estabelecer a classificação como tal.

Segundo o autor, sobre a primeira fase, o estudo do órgão produtor dos documentos, é possível estabelecer-se a partir dos próprios documentos e, na segunda fase, é estabelecer as classes baseadas em sua ordem original.

Assim como no manual holandês, a ordem original é sua base constituinte, como é possível perceber no seguinte período do texto: “Se pela história e evolução da transmissão dos arquivos fomos capazes de qualquer coisa, **nos devemos deixar claro que a única base correta para o Arranjo** é a exposição dos objetos administrativos que o arquivo originalmente serviu;” (JENKINSON, 1922, p.80, tradução e grifo nossa)

A maneira pela qual ele compreendida a classificação está bastante relacionada àquela promulgada no manual holandês, uma vez que teve contato com a tradução francesa do livro.

O autor dá a mesma importância para os conceitos de ordem original e respeito aos fundos, mas com a diferença do emprego do termo proveniência para significar a mesma coisa.

O termo proveniência já estava sendo difundido por toda Europa, partido do seu emprego por arquivistas alemães.

É fundamental assinalar que, da mesma maneira que o manual holandês enuncia este princípio, é encontrado no manual de Jenkinson o caráter unilateral dos conceitos arquivísticos.

A base positivista em Jenkinson, é mais visível do que no manual holandês, como será discutido mais a frente.

Jenkinson (1922, p. 82 , tradução nossa) compreendia a noção de fundo da seguinte maneira: “O fundo é o chefe da Unidade de Arquivo no sistema Continental e a bases de todas as regras de classificação. O mais importante de todos os princípios da Organização de Arquivos é nomeado como *le respect pour les fonds*”.

O caráter de princípios-leis atinge em Jenkinson seu ponto alto. Ao longo de seu manual, é possível encontrar termos com letras maiúsculas, buscando dar um status disciplinar maior para os princípios que são elaborados.

Jenkinson (1922, p. 85 , tradução e grifo nossa) cria um nova terminologia para a classe do fundo, conceito que foi pensado na França e trabalhado no manual holandês, trata-se do grupo de arquivo, que ele coloca nos seguintes termos:

O grupo de arquivo é definido como os Arquivos resultantes do trabalho de uma administração que foi um **todo orgânico, completo em si mesmo**, capaz de ser lido independentemente, sem nada ser inserido ou uma autoridade externa, com qualquer lado de qualquer negócio que estão representados em seu conteúdo. Deve ser dito que isto faz o Grupo de Arquivo uma divisão muito mais ampla e muito menos rígida do que os Fundos.

Percebe-se que todos os conceitos trabalhados no manual de Jenkinson remetem a uma mesma formação discursiva permeada pela posição científico-ideológica do positivismo.

Tal acepção torna-se mais clara no seguinte metáfora, já tradicional na teoria arquivística: “Pode ser difícil mantê-los em conjunto como parte de um organismo ativo (possivelmente, porque eles representam apenas fragmentos do corpo original.). (JENKINSON, 1922, p.93).”

Já no manual holandês, é possível encontrar esta metáfora relacionando as fases de organização e, mais tarde, de produção de documentos com um organismo vivo.

No manual holandês, chega-se a comparar a classificação e arranjo a um “esqueleto” do arquivo.

Jenkinson vai um pouco mais longe, comparando a produção e organização de arquivos a um organismo vivo. Ainda não é o chamado “ciclo vital” presente da Arquivística na atualidade, mas é seu princípio.

Esta metáfora acaba levando a acepções como aquelas descritas no capítulo um, relacionadas com a “santidade da prova.”

A Arquivística atinge em Jenkinson o status pleno de uma disciplina positiva, natural e neutra que estabelece seus princípios e valores por meio de si mesma, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra: esta, em vez de mostrar as opiniões e julgamentos de seu criador, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem os analisar. Jenkinson acredita que o conhecimento se explica por si mesmo, e resume suas acepções sobre a classificação da seguinte maneira:

Todos os arquivos em um depósito são divididos em fundos ou grupos de arquivo, dentro de um grupo de arquivo pode-se ter divisões ou sub-grupos, estes são descritos através das funções administrativas que os produziram estas funções sendo usadas como Guias Gerais para as classes de documentos, as classes em si mesmas consistem em séries de Arquivos representado a ordem original. (JENKINSON, 1922, p. 94, tradução nossa)

As divisões das classes tornam-se mais claras na obra de Jenkinson. Devido às características dos documentos que foram produzidos em sua época, era necessário refinar o arranjo dos documentos para serem encontrados.

Além disso, existia um instrumento de classificação que ele chama de “Inventário” e configura-se na descrição das classes e sub-classes que servem de apoio para a organização e para o desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa.

A descrição é compreendida pelo autor como parte de um conjunto de atividades complementares na organização dos arquivos, e divide em dois tipos de instrumentos os *guias*, e os *descriptive indexes*, sendo estes divididos em *Repertories* e *Calendars*.

Segundo Jenkinson: “Nós vamos supor, então, que a conclusão, momentânea, de todos os trabalhos essenciais dos Arquivos, deixa o Arquivista livre para atender os requisitos especiais dos estudantes.” (1922, 108, tradução nossa)

Portanto, para o autor, a descrição é uma atividade secundária, seu pensamento a este respeito é bastante contraditório, uma vez que ele trata a transcrição como uma atividade descritiva e complementar – a própria descrição.

Sobre seus instrumentos de pesquisa, primeiramente o guia trata, segundo o autor, de uma descrição geral dos inventários contidos nos Arquivos, e os descritivos, trata-se das transcrições dos documentos para seus usuários, colocando-os da seguinte maneira Jenkinson (1922, p. 108 e p.110, tradução nossa):

- a) O Guia. O primeiro requerimento pode ser provavelmente determinado para ser um Guia Geral dos conteúdos do depósito. Isto será um problema pequeno se o sistema de classificação defendido acima foi seguido pois consistirá de uma combinação de todas as instruções e notas de todos os Inventários, condensados da maneira possível, com um pouco de informação sobre o corpo do Inventário, como as datas e (em alguns casos) as quantidades.
- b) Índices e Repositórios. Depois do guia será trabalho em alguma classe ou serie dos Arquivos selecionados por conta do interesse público. Pode ser requerido a um arquivista que dedique seu trabalho em documentos de períodos antigos por que essas matérias são escassas e mais difíceis de serem entendidos sem os modernos meios de referência, ele deve requer um trabalho sistemático e não esporádico. [...]
- c) Lista Ordenada. Mais um Índices e Repositórios, manuscrito em uma estante na sala de consulta ou circulando impresso, é de pouco uso sem o documento que se refere. As formas favoráveis como uma regra são aquelas de um esquema do documento ou sua transcrição completa

Pelos instrumentos descritos acima, é possível perceber um ampliação dos instrumentos de pesquisa no manual de Jenkinson, apesar do autor considerar isto como uma atividade complementar.

Os guias são descritores gerais que descrevem os fundos ou grupos de arquivo de maneira geral, suas datas-limite, e a qualidade de documentos.

Os Índices e Repositórios são instrumentos complementares ao guia que descrevem séries que possuem uma consulta mais frequente visando facilitar seu acesso.

As Listas Ordenadas tratam-se de uma descrição peça a peça, e da transcrição total do documento, uma vez que, na época ainda não existiam as modernas máquinas de fotocopia, microfilmagem e etc.

Discutidos tais aspectos da classificação e descrição na obra de Jenkinson, é possível perceber certa *confusão conceitual* e uma ligação muito forte com a prática positivista.

Esta prática positivista presente em seu livro, tornou-se um estigma na Arquivística, já que, é possível encontrar os conceitos de naturalidade e neutralidade em uma série de outros autores contemporâneos, em dicionários e glossários especializados, etc.

Na sequência, passa-se à análise dos conceitos de classificação e descrição na obra de Schellenberg, responsável juntamente com Ernest Posner por uma mudança profunda no corpo conceitual da Arquivística e uma profunda mudança em sua formação discursiva.

5.3. A Arquivística moderna: Classificação e Descrição em Schellenberg

Schellenberg foi responsável por mudanças profundas no cenário arquivístico mundial, primeiramente por sua preocupação com a gestão documental e a avaliação e secundariamente por sua atuação em uma série de Arquivos Nacionais, por exemplo, no Brasil, Argentina, Nova Zelândia e Austrália.

Foi um grande difusor do conhecimento Arquivístico desenvolvido nos Estados Unidos.

A obra *Modern Archives: Principles and Techniques* (1956) que será analisada, organiza-se em três partes: uma introdutória sobre o desenvolvimento dos arquivos, suas práticas e sua natureza; uma segunda, relacionada com a gestão de documentos; e uma terceira relacionada ao controle, preservação e descrição dos documentos.

Sua preocupação, no que diz respeito à classificação e descrição, foi/é fundamental para a organização dos arquivos atuais, uma vez que é nestes arquivos que ele foca suas pesquisas e estudos.

O autor é um dos primeiros a separar a *classificação* e o *arranjo*. Observe-se que nas duas obras analisadas não existia uma diferença entre estas funções, e o uso mais corrente era do termo *arranjo* para designar coisas, que para a Arquivística americana depois de década de 1950, são diferentes.

Eastwood (2000, p. 93, tradução nossa) faz uma ponderação fundamental a respeito deste problema terminológico:

A escolha da palavra “arranjo” como nome deste processo é infeliz. Denota colocar coisas de um modo aceitável, um uma ordem conveniente, e como arranjar livros em uma prateleira. A palavra classificação não é mais satisfatória, neste caso denota o arranjo ou a ordenação de coisas por classes e é um termo melhor reservado na Arquivística para o processo de organizar documentos ativos.

A partir desta citação é possível perceber a quantidade de problemas terminológicos e conceituais que foram criados a partir da década de 1950, até certo ponto, um dos grandes responsáveis é Schellenberg.

Contudo, na atualidade, é possível encontrar autores que coloca o arranjo e a classificação como sinônimos ou como coisas diferentes – tudo depende do ponto que o sujeito coloca-se dentro da formação discursiva.

Esta separação acontece porque começa uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais, principalmente nos Estados Unidos.

A classificação estaria para Schellenberg relacionada com os arquivos administrativos e o arranjo para os arquivos históricos.

Antes de iniciar-se a análise da obra de Schellenberg, é necessário dizer que apesar da existência de uma tradução para o português de sua obra, optou-se por utilizar a obra original e efetuar uma nova tradução, uma vez que, a tradução brasileira possui uma série de distorções e equívocos que prejudicariam a análise.

A classificação adquire na obra de Schellenberg o status de atividade gerencial, por estabelecer uma relação entre a classificação e a avaliação, como afirma:

Se os documentos são classificados para refletir a organização e a função, podem ser eliminados na relação entre a organização e a função. Na avaliação de documentos públicos, a primeira coisa para ser levada em consideração é a prova que eles contêm parte da organização e da função. Ambos os arquivistas e administradores levam em conta o valor de evidência como registro da organização e da função. Se os documentos são classificados para refletir a organização, eles podem ser removidos para uma eliminação adequada quando o órgão administrativo for desativado. (SCHELLENBERG, 2003, p.52, tradução nossa)

A partir da obra de Schellenberg é possível perceber uma aproximação da Arquivística com administração por um lado e com a biblioteconomia por outro, pelas características de suas preocupações, ou seja, pelo percurso teórico do próprio autor, como foi descrito no primeiro capítulo.

A classificação começa a ser encarada como uma atividade gerencial, porque, para ele, um documento bem classificado e arranjado facilitará a eliminação ou sua guarda.

Para o autor, os elementos necessários para a classificação são “a) a ação que os documentos se referem; b) a estrutura do órgão que os produz; c) o assunto dos documentos”. (SCHELLENBERG, 2003, p.53 tradução nossa)

A classificação ocorre, para Schellenberg, numa relação entre dois níveis: um, o da própria materialidade documental; o outro, da estrutura que gerou este documento e em um segundo momento o tema deste documento.

Schellenberg, conjuntamente com a obra de Ernest Posner com livros como *Archives and the Public Interest* e o artigo de Oliver W. Holmes, publicado na *American Archivists* intitulado *Five Levels of Arrangement* foram responsáveis por mudanças profundas nos níveis de classificação e arranjo dos documentos, bem como a separação em duas funções distintas.

Schellenberg, conjuntamente com Posner, foi um dos primeiros a estabelecer a classificação funcional, ou seja, a classificação baseada no conjunto de atividades e funções de uma instituição. Para os autores, a classificação deve refletir o conjunto de atividades e não mais apenas a estrutura do órgão, como se pode ver na seguinte citação:

Na criação de um esquema de classificação para documentos oficiais então, a função, tomada no sentido anteriormente definido, deve ser levada em consideração, dividindo-se os documentos sucessivamente em classes e subclasses. As maiores classes ou classes principais podem ser criadas tomando-se por base as maiores funções do órgão; as classes secundárias, as atividades e as classes mais detalhadas compreendem uma ou mais unidades de arquivamento, criadas em função de atos relativos a pessoas, entidades, lugares ou assuntos. (SCHELLENBERG, 2003, p. 58, tradução nossa)

A classificação moldada nestes parâmetros é utilizada até a atualidade, por refletir as características que muitas vezes não podem ser encontradas nos estudos da estrutura de uma instituição.

No âmbito da formação discursiva e ideológica dos conceitos até aqui apresentados, é possível primeiramente, perceber uma flexibilização dos conceitos de classificação devido às práticas de avaliação e uma busca por soluções práticas para os problemas da produção de documentos contemporâneos.

O autor ainda reflete sobre o uso da classificação organizacional, ou seja, a classificação baseada na estrutura da instituição e chega à seguinte conclusão:

A estrutura organizacional fornece base para grandes agrupamentos de documentos. Estes agrupamentos podem refletir no (1) no esquema de classificação em si, ou (2) na descentralização dos documentos.

Se a estrutura organizacional está refletida no esquema de classificação, as classes primárias, em geral, representam os principais elementos organizacionais da instituição. Uma divisão em classes organizacionais é possível, e admissível apenas aqueles governos com organizações estáveis, e aquelas funções e processos administrativos bem definidos. (SCHELLENBERG, 2003, p. 59, tradução nossa)

Schellenberg esclarece que, neste momento, a produção de documentos e a complexidade das instituições é tão grande, que só é possível o uso de um esquema de classificação unicamente estrutural se a administração for estável, caso contrário, o esquema de classificação não iria representar a prática administrativa, dificultando a avaliação e destinação dos documentos, bem como sua organização.

Outro ponto interessante da classificação em Schellenberg (2003) é a relação que ele estabelece com a classificação por assunto, pensando em seu uso para os documentos referenciais custodiados pelas instituições públicas, ou seja, para os documentos custodiados em arquivos, mas que não possuem uma relação orgânica.

As posições de Schellenberg, na sua visão de três esferas possíveis de classificação, e de classificações até certo ponto diferentes e complementares, é completamente diferente daquela vista no manual holandês ou mesmo no manual de Jenkinson, já que existe uma separação entre esta classificação descrita por Schellenberg, e o arranjo descrito por Jenkinson e o no manual holandês.

Isto ocorre porque a posição de Schellenberg na formação discursiva é outra, o local e o momento histórico são outros.

Dadas as devidas proporções, a formação ideológica que sua obra se filia é outra, é claro que existe uma posição inicial semelhante à de Jenkinson, como perceberem autores como Stapleton (1983), mas o seu resultado é diferente.

Percebe-se uma mudança enunciativa na maneira de compreender a classificação, uma vez que, é necessária uma quantidade maior de métodos para classificar os documentos, devido a um aumento da produção de documentos.

A cisão conceitual e profissional que se inicia na década de 1950 gera uma série de dificuldades para separar a *classificação* e o *arranjo*. Para Schellenberg, são ações distintas, uma relacionada com uma única agência governamental e funcionando como um parâmetro de organização gerencial visando a auxiliar a administração – a *classificação*. Já o arranjo é uma função relacionada com os arquivos semi-ativos e inativos, que provêm de uma série de agências formando grandes grupos de arquivos e é regida pelos princípios da proveniência e ordem original.

Como Schellenberg (2003, p. 169, tradução nossa) afirma:

Os princípios de arranjo que são aplicados nas instituições diferentes daqueles aplicados nas agências governamentais de várias maneiras. O arquivista não está apenas preocupado como o arranjo de documentos de uma agência articular, como

um *Record officer*³⁴. Ele está preocupado em arranjar todos os documentos sob sua custódia, que podem pertencer a muitas agências, muitas subdivisões administrativas, e muita documentação pessoal. Ele arranja seus documentos para uso corrente e não corrente; e ele os arranja com certos princípios básicos, não de acordo com princípios de classificação predeterminados ou formulários.

É possível, então, perceber a diferença entre a classificação e o arranjo na obra de Schellenberg, a classificação é gerencial e localizada, já o arranjo é geral e seu objeto final é o uso social e seu princípio norteador não são as atividades e funções administrativas, mas é a relação que os documentos possuem entre si.

Sobre os níveis de arranjo, que refletem até certo ponto na prática de classificação, foram definidos anos mais tarde, depois da publicação do manual de Schellenberg.

Mas apesar disso, é necessário explicá-lo uma vez que reflete nas obras que serão analisadas a seguir. Trata-se do artigo de Oliver W. Holmes, publicado na *American Archivists* intitulado *Five Levels of Arrangement*, em 1964.

Rundell (1982, p.249, tradução nossa) comenta a importância deste artigo: “Qualquer arquivista ficaria lisonjeado em ter seu trabalho citado e questionado como é o artigo de Oliver de 1964 sobre o arranjo de arquivos.”

Neste artigo Holmes (1964, p.26, tradução nossa) define os seguintes níveis de arranjo:

Em todos os grandes depósitos de arquivo podem ser distinguidos, pelo menos cinco níveis de arranjo:

- 1) Arranjo no nível do depósito [fundo] - a separação do conjunto documental e algumas divisões amplas com o denominador comum mais amplo possível e do posicionamento físico do conjunto em cada divisão, para aproveitar o espaço do depósito. Esta divisão principal dos conjuntos reflete em paralelo as unidades administrativas (divisões ou ramos da organização no depósito que foram responsáveis por esses grandes grupos).
- 2) Arranjo no nível do grupo e do subgrupo – a separação dos conjuntos em uma divisão ou ramo (como pode ter sido estabelecidas no primeiro nível) em grupos e sua localização física com algum padrão lógico relacionando com as da divisão ou ramo. Este nível deve incluir a identificação de subgrupos naturais e sua alocação para estabelecer o grupo.
- 3) Arranjo no nível da série – a separação dos grupos de arquivo em séries naturais e a localização física de cada série em relação como outras séries baseadas em algum padrão lógico.
- 4) Arranjo no nível da pasta – a separação das séries em pastas em componentes e a alocação física de cada componente com outro componente em alguma sequência lógica, uma sequência geralmente já estabelecida pela instituição então o arquivista apenas a verifica e a aceita.
- 5) Arranjo no nível do documento – o exame e o arranjo, dentro de cada pasta, dos documentos e seus anexos, e as peças individuais de papel que, juntos, compõem a pasta e localização física de cada documento, em relação a outros documentos em alguma ordem aceita e consistente.

³⁴ Optou-se por manter o termo em inglês uma vez que não existe termo semelhante em português

Descritos os níveis de arranjo apresentados por Holmes, é possível compreender por que, nos Estados Unidos, neste período utilizava-se o termo *record group* provindo do manual de Jenkinson, ao invés do conceito de fundo. Como o próprio Jenkinson coloca, o nível do grupo está abaixo do nível do fundo.

Isto, até certo ponto, gerou ainda mais uma discrepância conceitual nos Estados Unidos e um distanciamento da teoria Arquivística produzida na Europa.

Contudo, é preciso dizer que os cinco níveis de arranjo de Holmes foram um passo importante visando uma sistematização dos níveis de classificação, aplicados a ambas as funções.

Na sequência, passa-se à análise do que Schellenberg afirma a respeito da descrição e dos instrumentos de pesquisa.

Schellenberg divide a descrição em dois conjuntos de instrumentos de pesquisa: um primeiro grupo de instrumentos relaciona-se com o princípio da proveniência, e um segundo grupo de instrumentos relaciona-se com sua pertinência.

Como o autor coloca:

O Arquivo Nacional descreve seus documentos com duas diferentes abordagens. Em uma delas os documentos são descritos em sua relação com a origem funcional e organizacional; esta é a abordagem da proveniência. E na outra abordagem os documentos são descritos em relação de seus assuntos, este é o aspecto da pertinência. (SCHELLENBERG, 2003, p.306, tradução nossa)

A grande diferença entre as maneiras de descrever documentos da anteriormente apresentada nos outros dois manuais analisados é colocada pelo autor da seguinte maneira:

Os documentos do governo federal dos Estados Unidos possuem certas características que os diferenciam dos guardados em antigos arquivos na Europa. Os documentos, de modo geral, são documentos modernos; poucos deles originaram-se antes do século XIX. Não apresentam, portanto, problemas de identificação como os documentos medievais. Um conhecimento das ciências auxiliares da história e línguas medievais não são necessárias para descreverem suas fontes e conteúdos. Os documentos são modernos em forma. A maioria deles consiste em correspondências, relatórios memorados e instruções; mas eles também incluem formulários, criados para lidar com as rotinas de operação de um grande e moderno governo. (SCHELLENBERG, 2003, p. 204, tradução nossa)

Existe na obra de Schellenberg uma mudança de foco de atuação da teoria Arquivística e dos próprios arquivos. No caso da descrição, para ele, não é necessário mais o uso da paleografia e outras disciplinas para a leitura e descrição dos documentos.

Existe, então, uma mudança dos instrumentos de pesquisa e de suas características, porque existe uma mudança nos documentos custodiados nos arquivos americanos.

Sobre os instrumentos de pesquisa propriamente ditos, Schellenberg os enumera da seguinte maneira:

Para cada grupo o Arquivo Nacional produz uma série de instrumentos de pesquisa, que vão do geral para o particular, tornando-se progressivamente mais detalhado a medida que os documentos são analisados e agrupamentos menores. O mais geral dos instrumentos, *o guia de registro do grupo de arquivo*, o grupo é a unidade de referência. Menos geral, é o *Inventário preliminar*, que descreve os documentos nos termos das séries. A descrição torna-se particular na *lista detalhada* ou *especial*, que acontece abaixo do nível da série e enumera ou descreve itens individuais, como volumes, pastas e documentos. (SCHELLENBERG, 2003, p.207, tradução nossa)

No caso dos instrumentos de pesquisa que se relacionam com o princípio da proveniência como norte de construção, o autor enumera três: um, no nível do grupo; outro, no nível da série; e um no nível do item documental.

Uma descrição até certo ponto bastante semelhante com aquela apresentada por Jenkinson, mas o sentido da descrição é diferente, os instrumentos de pesquisa apresentados por Schellenberg, assemelham-se com aqueles níveis utilizados nas atuais normas de descrição internacionais e o autor difere-se também, por admitir o uso de instrumentos de pesquisa por assunto, uma vez que percebe a dificuldade de se trabalhar instrumentos de descrição temáticos no ambiente de arquivo: “O tratamento pelo assunto é difícil e se justifica que o arquivista o adote somente se servir para tornar a informação disponível para uma considerável classe de usuários da forma que lhes for conveniente.” (Schellenberg, 2003, p.211, tradução nossa).

Portanto o uso dos instrumentos de pesquisa temáticos pode servir também para auxiliar a busca dos usuários e seu uso.

Schellenberg (2003) coloca instrumento de pesquisa temáticos como o *documento de referência informacional*, que se trata de um catálogo de assuntos em ficha geral dos grupos de arquivo, relacionado a documentação anterior e posterior a II Guerra Mundial. Cita, ainda, outro instrumento temático que se relaciona com a descrição no nível do item documental a *lista detalhada* ou *especial*, trata-se de uma descrição temática.

A classificação e descrição, em Schellenberg, assumem um papel diferente daquele apresentado nos outros dois manuais de arquivística, e toma para si um conjunto maior de atividades relacionada à documentação ativa e à produção de documentos.

Estas mudanças acontecem devido à aplicação do ciclo vital de documentos, visando à avaliação.

A obra de Schellenberg pode ser considerada uma ampliação da formação discursiva da Arquivística e uma mudança do discurso da disciplina.

A maneira pela qual os enunciados estruturam-se nesta obra é completamente diferente daquela descrita no manual de Jenkinson e no manual holandês.

No que diz respeito à tipologia discursiva, baseado nas acepções de Orlandi (2007) como visto na página 90, percebe-se a passagem de um discurso predominantemente autoritário, para um discurso que polemiza a prática arquivística, baseado em sua construção histórica e de uma renovação conceitual devido à prática arquivística americana.

Na sequência, passa-se às práticas de classificação e descrição em manuais mais contemporâneos da disciplina, responsáveis por uma abertura maior dos conceitos.

5.4. A Arquivística Espanhola: A classificação e descrição contemporânea

Ao analisar-se o manual *Archivística Geral*, de Antonia Heredia Herrera, pode-se notar na Arquivística uma prática bastante interessante a respeito de suas publicações. Alguns arquivistas como Heredia, Lodolini, Tamayo em seus tratados sobre a arquivística, com o passar dos anos, vão apenas atualizando seu livro, suprimindo partes que já não pensam ser necessárias, por tratar-se até certo ponto de obras técnicas.

Esta constatação é baseada em três edições de seu livro que serviram de base para as análises a seguir: a primeira edição analisada data de 1988, a terceira edição da obra, a segunda edição analisada data de 1991 a quinta edição e última edição analisada é de 1995 tratando-se da sétima edição.

As mudanças ocorreram da terceira para a quinta edição, mas nenhuma mudança ocorreu da quinta para a sétima edição.

A época da publicação deste manual é diferente daquela encontrada nos primeiros 60 anos da disciplina. Na década de 1980, na América do Norte e na Europa começam a surgir uma série de livros, artigos, periódicos que levam a uma ampliação da teoria arquivística, como pode-se ver no capítulo 2. É, portanto, outro momento da Arquivística e dos arquivos.

Este manual é bastante completo, abordando em detalhes todos os conceitos, métodos e exemplos relacionados à experiência pessoal de Heredia como diretora da seção de arquivos de Sevilha, seguindo, logicamente, os procedimentos de análise que foram feitos anteriormente. Para a análise, buscaram-se neste manual os conceitos de descrição e classificação – em seus princípios básicos, sendo utilizada para análise a sétima edição, de 1995.

A classificação, para autora, passa por dois momentos complementares: primeiramente, a classificação, no que diz respeito aos fundos, e um segundo momento que relaciona as séries e itens documentais.

Sobre a classificação em específico, Heredia a conceitua da seguinte maneira:

Classificar é separar ou dividir um conjunto de elementos estabelecendo classes ou grupos; ordenar/arranjar é unir todos os elementos de cada grupo seguindo uma unidade de ordem, que pode ser data, ou o alfabeto, ou o tamanho ou um número (Tradução nossa, 1995, p.263)

O ato de classificar é entendido pela autora, e pela literatura corrente da área nas tradições espanholas e brasileiras, como o processo intelectual de dividir os conjuntos documentais a partir ou de regras da estrutura administrativa do fundo, ou pelos tipos/funções existentes. Já a ordenação é entendida como uma atividade fim desse processo intelectual, de ordenar as caixas dentro de uma ordem alfabética, numérica, etc.

Portanto, pode-se dizer aqui, que quando se fala de classificação e arranjo, neste nesta situação enunciativa está se falando de outra classificação, diferente daquela proposta por Schellenberg, já que para ele entendia a classificação e o arranjo como atividades distintas e para Heredia são duas atividades complementares uma intelectual e a outra técnica.

Todos os sujeitos sofrem do assujeitamento, porque se submetem à língua e à ideologia, mas essa submissão acontece de maneira diversa.

A classificação difere-se aqui, porque ela deveria diferir, ou seja, é só a partir do aparecimento do conceito de classificação de arquivos, nas décadas de 1940 e 1950 que é possível dizer algo a respeito dela de outra maneira.

O que se percebe neste ponto da análise é que o conceito de classificação passou por uma série de re-significações ao longo do tempo.

Apesar desta diferença essencial entre o pensamento classificatório de Schellenberg, Heredia (1995) utiliza os mesmos métodos de classificação, afirmando que na classificação dos fundos pode-se partir de três elementos: as ações-funções, a estrutura orgânica, e os assuntos; a partir destes elementos se obtém três classificações diferentes, sendo uma relacionada às funções; outra, à estrutura; e por classes/matérias.

A forma de abordagem deste manual é bastante diferente do manual anterior no sentido que está intrinsecamente ligado às tradições da linha espanhola, com princípios, noções e maneiras de abordar os arquivos bem marcados e amplos.

A respeito da idéia de fundo e sua relação com a classificação e descrição a autora faz a seguinte aceção:

A idéia de fundo é a unidade da totalidade da documentação produzida e recebida por uma instituição ou pessoa que possui a necessidade de estar conservada em arquivos. [...] Cada fundo exige uma organização independente e uma programação completa para efeitos da descrição. Enquanto a primeira será preciso um plano de classificação e uma ordenação de suas séries, na segunda precisará de um guia e de um inventário, além de algum catálogo se for considerado conveniente para alguma série. (1995, p.142, tradução nossa).

A autora resume a ligação entre a noção de fundo com as necessidades de descrição, reforçando a noção de fundo como um conjunto de documentos inter-relacionados, sendo os planos de classificação e a ordenação o que tornam essa relação possível, ou seja, a classificação e a descrição são interdependentes.

Continuando a respeito da classificação, Heredia faz a seguinte diferenciação entre o arranjo e a classificação “[...] a classificação é aplicável a totalidade de um fundo ou aos <<grupos do fundo>>, mas o arranjo/ordenação tem que ser realizada sobre os documentos de cada série” (1995, p.263, tradução nossa).

A classificação, para Heredia, acontece, portanto, no nível metodológico da mesma maneira que acontece em Schellenberg, como uma atividade gerencial.

Já o arranjo é entendido com uma atividade mais pontual, relacionado com os métodos de arquivamento, portanto, completamente diferente.

A classificação, adquiriu na obra de Schellenberg um status gerencial, de uma organização relacionada com os documentos em fase ativa, cujos métodos de classificação baseiam-se num jogo entre a estrutura e as funções do órgão.

O arranjo é para Schellenberg, o antigo arranjo pensado por Jenkinson, baseado na proveniência e na ordem original, para os arquivos inativos.

O que acontece na obra de Heredia é uma mudança do sentido destas funções a classificação é entendida como gerencial e aplicável a todo o ciclo vital, baseada o princípio do *respect des fonds – proveniência* e da ordem original, mas tendo como método o jogo entre a estrutura e as funções do órgão, e o arranjo adquire apenas a função de operacionalizar o plano de classificação nas séries documentais.

A posição destas noções na obra de Heredia só é possível de ser dito por que a conjunta discursiva a permitiu.

Complementando esta aceção, a autora afirma que:

O desenvolvimento de um plano para um fundo de arquivo não pode ser algo **arbitrário** e que não tenha relação com o princípio da proveniência. As divisões que foram estabelecidas deverão se identificar com células de produção, sendo órgãos ou funções (grupo) e departamentos ou atividades (subseções) e devem integrar em uma estrutura orgânica e hierárquica. (HEREDIA HERRERA, 1995, p.267, tradução e grifo nossa)

Antes de uma análise da acepção em si, deve-se se ter a própria discursividade da disciplina, nos quatro manuais até aqui estudados, é possível encontrar a palavra arbitrário ou algum de seus sinônimos em algum período do texto, nos três idiomas analisados, português, inglês e espanhol.

A percepção de tal fenômeno nos dá a oportunidade de compreendê-lo como um enunciado cujo sentido dado dentro da Arquivística é único. Este sentido único é atribuído em uma relação com os princípios de classificação e com sua noção teórica, de que a classificação baseada nos princípios da proveniência e da ordem original, não são arbitrários, estão relacionados com a própria *raison d'être* dos arquivos, diferente dos arbitrários que estão relacionados com a temática.

É possível, baseado nos elementos do enunciado postulados por Foucault (1997), compreender o “arbitrário” e o “não arbitrário” como um enunciado próprio, ou seja, que estes termos, dentro da formação discursiva da Arquivística, possuem um referencial, ou seja, o sentido dado a este termo, dentro desta formação discursiva, é diferente; possuem, também, um sujeito, que neste caso não é único, mas a posição que ele ocupa enquanto sentido é única; um campo associado, que é a relação que ele estabelece com o próprio conceito de classificação, e a materialidade, que é o próprio texto e sua articulação em enunciado.

A partir do exposto, é possível compreender que, para estes autores, a não arbitrariedade da classificação arquivística e dos princípios arquivísticos de modo geral é o que permite diferenciar a arquivística de outras disciplinas e de outros modos de tratar os documentos.

Já sobre o plano de classificação, para Heredia, está relacionado com as esferas de arranjo de Holmes, com a única diferença de utilizar o fundo como primeiro nível do plano.

A descrição, na obra de Heredia, é considerada uma atividade importante, já que ela dedica quatro capítulos para descrever esta atividade e seus instrumentos de pesquisa.

A autora conceitua da seguinte maneira a descrição:

A descrição é a análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nos conteúdos para os interessados. [...] A descrição é a ponte de comunicação entre os documentos com os usuários. Na cabeça da ponte está o arquivista que realiza uma tarefa de análise que supõe identificação, leitura, resumo e indicação que transmite ao usuário para que este inicie a recuperação em sentido inverso a partir dos índices (HEREDIA HERRERA, 1995, p.300, tradução nossa)

Esta conceituação retrata uma visão bastante clássica dos arquivos, e da forma de entender a descrição no sentido, diferencia dois tipos de princípio de organização: a natural e a artificial.

Além disso, com a analogia da descrição funcionando como uma ponte com usuários, coloca a descrição em seu patamar real, como um processo fundamental para a recuperação dos documentos arquivísticos, visando a seu uso.

Anterior à norma internacional de descrição Arquivística, o manual explora exaustivamente os tipos de instrumentos de pesquisa existentes. Os guias são conceituados da seguinte maneira:

O guia faz referência aos arquivos, como seu próprio nome indica tem a missão de orientar, fazendo valores globais e destacando o mais importante. Não existe particularização, assinala as características, estabelece relações, aponta bibliografia, aponta a história dos organismos produtores de seus fundos, assinala a gênese documental e as inter-relações entre os grupos e as séries. (HEREDIA HERRERA, 1995, p.321, tradução nossa)

Como afirmado anteriormente, os guias são os instrumentos mais gerais, e a partir da ISAD (G) tiveram seus campos e descritores normalizados. Eles descrevem, de maneira geral, os fundos, as séries e os documentos que sofrem consulta frequente.

Nos manuais clássicos, como o manual de Eugenio Casanova (*Archivistica*. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928) o inventário está ligado à descrição; nomeado de outra maneira, o inventário é usado em sentido amplo. Segundo Heredia Herrera [...] “o inventário descreve as séries geradas orgânica ou funcionalmente no curso da gestão de uma instituição, ou no caso dos arquivos históricos a descrição das séries documentais em um arquivo histórico” (1995, p.335)

Como dito anteriormente, os inventários são um nível abaixo dos guias, descrevendo pontualmente as séries, ou subgrupos, contidas no fundo.

Catálogo é o instrumento que descreve ordenadamente e de forma individualizada as peças documentais ou as unidades arquivísticas de uma série ou de um conjunto documental que guardam entre elas uma relação ou unidade tipológica, temática ou institucional. (HEREDIA HERRERA, 1995, p.360, tradução nossa)

A partir do momento em que os fundos são separados, classificados, ordenados e descritos nos níveis dos fundos (guias) nos níveis da série e subgrupos (inventários), as séries mais pesquisadas da instituição são catalogadas, nos níveis das peças documentais, ou no conjunto documental (as tipologias – como tradicionalmente são chamadas pelos autores espanhóis).

Portanto, para Heredia, a descrição é uma atividade de síntese que possibilita o uso, por parte da sociedade, dos documentos de arquivo. Na atualidade, esta atividade possui uma série de normas em diferentes países baseadas na estrutura da ISAD (G).

Na sequência, passa-se à análise do manual de Heloisa Liberalli Bellotto como parte da reflexão sobre descrição e classificação na prática arquivística brasileira.

5.5. As Práticas Brasileiras em Descrição e Classificação: A análise do livro de Heloisa Liberalli Bellotto

Os manuais são direcionados a um grupo de sujeitos bastante específico, no caso deste manual, ele é trabalhado principalmente nos cursos de graduação em Arquivística no Brasil, portanto, a linguagem utilizada neste tipo de produção textual, está direcionada a este público, já que se trata de um resumo teórico dos principais preceitos da área de arquivos esquematizados ao longo de uma trajetória profissional.

A edição analisada é a de 2004, e surge num momento diferente na Arquivística e nos arquivos, momento em que a área internacionalmente encontra novos estudos e ferramentas de trabalho, como normas de descrição ISAD(G) e ISAAR(CPF) e atualmente, as normas ISDF – para descrever funções e a ISDIAH – para descrever as instituições custodiadoras de arquivos, e ainda estudos teóricos buscando aproximar a Arquivística da Ciência da Informação e novas maneiras de avaliar, como por exemplo, a macro-avaliação e identificar documentos com a ampliação dos estudos dos usos contemporâneos da diplomática (a partir da década de 1980).

O texto começa pela classificação no sentido de que, em arquivística, e em especial quando se fala de Arquivos Permanentes, é necessário identificar os fundos para racionalizar e compreender os grupos de arquivo, visando a sua descrição.

Nesta publicação, como nos outros quatro analisados, fica claro que o tronco da classificação é o princípio dos fundos, no sentido em que as fases posteriores, são fruto deste primeiro trabalho “arqueológico” de separação em fundos.

Nesta publicação, isto se justifica da seguinte maneira:

1. Porque mantém a integridade dos conjuntos documentais como informação, refletindo-se no arranjo as origens e os processos que os criaram. Faculta que “se mantenham os valores de prova inerentes a todos os papéis que são produto da atividade orgânica (...). O conteúdo da prova ministrada pelos papéis, a que se pode

atribuir o valor de testemunho, reporta-se à informação que os documentos oferecem sobre os atos que resultaram na sua produção”...]]

2. Porque serve para que se conheçam a natureza e o significado dos documentos no seu contexto e circunstâncias (a infra-estrutura e o momento) [...]

3. Porque faz com que haja critério mais ou menos universal no arranjo e uniformidade na descrição [...] (BELLOTTO, 2004, p.138-139).

No período citado, está a justificativa corrente para fundamentar a aplicação da noção de fundo em acervos documentais. A Arquivística, historicamente e discursivamente, é uma disciplina apoiada na unificação das teorias, buscando a padronização das ferramentas e dos métodos. O seguinte enunciado chama a atenção: “Porque mantém a integridade dos conjuntos documentais como informação.”

Por trás deste enunciado, pode-se perceber a aceção de que o arquivo só é arquivo em seu conjunto, e que ele transmite algo tão-somente quando está em seu conjunto. A autora justifica-se à medida que busca em outros textos para se fundamentar e esses enunciados vão ao encontro desse objetivo, como foi colocado a respeito da relação que se estabelece entre o “arbitrário” e o “não arbitrário”.

Portanto, não é apenas o sujeito produtor do texto que está percebendo a classificação desta forma, existem outros enunciados que apontam na mesma direção.

O *fundo* é visto como a unidade primordial da classificação, estando aliado e justificado, principalmente na noção de proveniência, noção que fundamenta toda prática de organização em Arquivística.

A autora define o princípio de proveniência da seguinte maneira:

Fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e as atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos. Os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outros de origem distinta. (BELLOTTO, 2004, p.88).

O fundo justifica-se por esse princípio de organização, havendo a necessidade de separar os documentos por suas entidades produtoras, visando à integração entre as diferentes *funções* da instituição que produziu aqueles documentos. Estes conceitos buscam aproximar a instituição Arquivística da Administração, visando à inter-relação dos documentos.

Separados os fundos, os outros procedimentos de classificação são consequência, já que são essas duas noções que fundamentam o processo de classificação.

Tratando-se de uma obra que aborda apenas os arquivos permanentes, a classificação é compreendida como arranjo e, neste ponto, é possível dizer que a autora filia-se à separação proposta por Schellenberg.

Como afirma a autora: “consagrou-se o uso da palavra ‘arranjo’, evidentemente traduzido do inglês *arrangement*, e que corresponde à classificação nos arquivos permanentes” (Bellotto, 2004, p.135).

Sobre os níveis da classificação, Bellotto apóia-se na visão de Schellenberg, Holmes e na espanhola Vicenta Cortes, da seguinte maneira: “[...] para a fixação do fundo, do grupo ou seção e dos subgrupos ou subseção, o fundamental é o órgão produtor (o “autor”), para a série e subsérie, o que vigora são a função e o tipo documental.” (BELLOTTO, 2004, p.152)

Portanto, o que a autora faz é uma junção de conceitos visando a estabelecer parâmetros para o arranjo no Brasil.

Dado o exposto, cabe explicar os fundamentos da descrição, expostos neste manual.

A descrição é considerada para a Arquivística uma atividade final, no sentido em que classificado os documentos, identificados os fundos, cabe agora desenvolver os instrumentos de pesquisa e descrever os fundos. “O processo de descrição consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização dos dados.” (BELLOTTO, 2004, p.179).

Desta forma, a descrição é basicamente a condensação das informações reunidas, a partir do estudo das estruturas, da identificação e da classificação em ferramentas de pesquisa visando a serem utilizadas pelos usuários.

Os enunciados relacionados com a descrição, atualmente, encontram-se de alguma maneira relacionados às normas de descrição internacionais e uma série de sub-normas relacionadas com a ISAD(G). Durante toda década de 1990, a área buscou desenvolver normas de descrição visando a instrumentos de pesquisa que pudessem ser utilizados internacionalmente e descritos em meio digital.

Tradicionalmente, a Arquivística possui os seguintes instrumentos de pesquisa em ordem de especificidade: os guias, os inventários e os catálogos.

Os guias são os instrumentos mais gerais que descrevem a instituição Arquivística como um todo. Os inventários descrevem fundos e grupos. Os catálogos podem descrever séries ou peças documentais – em casos especiais.

A autora, baseando-se já na norma ISAD (G), coloca da seguinte maneira: “Cada nível do arranjo corresponde a um nível de descrição: fundo, grupo [...], série e item ou peça documental” (BELLOTTO, 2004, p.182).

Complementando ainda com os elementos descritos na norma necessários para a descrição:

- área de identificação (nome e nível da unidade que está sendo descrita; suas datas de produção ou datas-limite, segundo o caso; sua dimensão e sua codificação, se houver)
- área de contexto de produção (nome da entidade/pessoa física, história administrativa/biografia, história custodial (ou arquivística) e origem do recolhimento/aquisição)
- área de conteúdo e estrutura (os assuntos tratados e as espécies documentais componentes, de modo a demonstrar as potencialidades de pesquisa; o arranjo interno e informações sobre alterações na dimensão do conjunto)
- área de acesso e uso (condições legais, estado físico do suporte, idioma, outras descrições já publicadas)
- área de fontes relacionadas (documentos de interesse relacionados aos descritos)
- área de notas (outras informações importantes que não se acham nas outras áreas) (BELLOTTO, 2004, p.183)

A descrição, com a norma, ganha parâmetros e campos normalizados visando à troca interinstitucional de informações a respeito dos documentos de arquivo.

No manual trabalhado, a autora faz essa diferenciação entre os níveis de descrição.

Percebe-se que, neste manual, existe um breve resumo dos principais métodos e conceitos da área e, por meio dele, nota-se que a Tradição Arquivística brasileira é fruto de uma confluência de teorias, em especial, a espanhola e a americana.

No Brasil, a arquivística demorou a se desenvolver e obras como essa foram/são fundamentais para o desenvolvimento da disciplina.

Na sequência, se analisa o manual *Os fundamentos da disciplina Arquivística* responsável por uma grande ampliação teórica na disciplina.

5.6. A Arquivística Canadense: Os Fundamentos da disciplina Arquivística

Por fim, são feitas as análises do último manual selecionado: *Os fundamentos da disciplina Arquivística* de Couture e Rousseau, manual da escola canadense de Arquivística e que possui uma série de diferenças na forma que enuncia a classificação e a descrição.

Os arquivistas canadenses têm, desde o final da década de 1970, buscado novas maneiras de compreender a organização Arquivística. Jean Yves-Rousseau, um dos autores do livro, é um dos grandes responsáveis por essas mudanças, publicando, no fim da década de 1970, artigos a respeito da gestão documental buscando unificar os documentos em fase corrente e permanente em uma única base teórica.

O outro autor, Carol Couture, é professor na Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Montreal com uma série de trabalhos na área de gestão de

arquivos, preocupando-se com os novos contextos de produção documental e com os fundamentos teóricos da disciplina.

Sua obra organiza-se de maneira distinta das analisadas até então, uma vez que a proveniência e o conceito de fundo são trabalhados como princípios norteadores de todas as atividades arquivísticas. Isto é evidente nos outros textos, mas no caso do manual de Couture & Rousseau, é um princípio de organização do livro, uma vez que existe um capítulo separado tratando do tema, que se relaciona diretamente com as atividades de classificação e descrição.

Outro ponto que modifica a estrutura de apresentação dos conceitos e que modifica, portanto, a maneira de enunciar os conceitos de classificação e descrição é o fato dos autores entenderem todo processo de organização e descrição de documentos como interdependente, é o mesmo caso do preceito anterior, neste livro isto não é só um fato, mas é um princípio de organização do texto – e do discurso.

Entender os arquivos como integrados, é perceber que não existe separação ente os arquivos administrativos e históricos, e que os valores dados em primeira e segunda instância aos documentos estão inter-relacionados e se complementam, e que é só a partir desta inter-relação entre os arquivos que estes poderão atuar de forma coordenada, pesando na classificação e na descrição e nos usos destes documentos.

Como os autores afirmam:

Muita tinta, saliva, demonstrações e esforços seriam poupados, tanto pelos puros e duros *records managements* [nos Estados Unidos existe uma separação estrutural entre os arquivos administrativos e os arquivos históricos] como pelos da arquivística tradicional (documentos conservados de modo permanente pelo seu valor secundário) se eles quisessem simplesmente entender-se sobre a normalização da denominação do conteúdo e sobre a envergadura das unidades de trabalho. Por exemplo, a série possuiria exatamente a mesma designação que datasse 1992 ou de 1642. (ROUSSEAU & COUTURE, 1998, p.130)

O pensamento dos autores busca uma integração entre as duas esferas dos Arquivos, visando a uma normalização terminológica e um arcabouço conceitual integrado.

A respeito da ligação do conceito de fundo, com o princípio da proveniência os autores fazem a seguinte acepção:

O princípio da proveniência é a base teórica, a lei que rege todas as intervenções arquivísticas. O respeito deste princípio, na organização e no tratamento dos arquivos qualquer que seja sua origem, idade, natureza ou suporte, garante a constituição e a plena existência da unidade de base em Arquivística, a saber, o fundo de arquivo. O princípio da proveniência e o seu resultado, o fundo de arquivo, impõem-se à Arquivística, uma vez que esta tem por objetivo gerir o conjunto das informações geradas por um organismo ou por uma pessoa nos âmbitos das atividades ligadas a missão, ao mandato e ao funcionamento do dito organismo ou

funcionamento e a vida da referida pessoa. (ROUSSEAU & COUTURE, 1998, p. 79)

Esta citação reforça o caráter primordial do princípio para a organização Arquivística e estabelece a relação entre o princípio da proveniência e o fundo de arquivo.

Pode-se perceber que o fundo é visto com um resultado da aplicação do princípio, ainda chama a atenção para o princípio como uma lei, a lei em ciência pode ser entendida como um fenômeno que acontece com certa regularidade, porém difere-se do conceito de princípio, como parte de um conjunto de regras para explicar um fenômeno.

Ainda sobre a noção de fundo “A unidade arquivística central é o <<fundo>>. A sua definição, que decorre do princípio da proveniência [...]” (ROUSSEAU & COUTURE, 1998 , p.134)

Encarar este princípio como uma lei é dar maior abertura para o entendimento dos fenômenos de organização em arquivos. Sobre o fundo de arquivo em específico, os autores o conceituam da seguinte maneira “[...] Será necessário lembrar aqui que o fundo de arquivo é um agrupamento intelectual de informações registradas em suportes de toda espécie que estão à maioria das vezes, material e fisicamente dispersas.” (1998, p. 90).

Os autores chamam a atenção para um fato interessante, que o fundo de arquivo, mesmo que sendo um fundamento de organização de arquivos, é uma atividade mais intelectual do que prática, neste sentido, abre caminho para as discussões de cruzamento de fundos, uma representação temática para os usuários.

Já que o fundo não precisa ser necessariamente fisicamente aglutinado, pode existir enquanto fundamento e não tão-somente como regra ou princípio de organização.

Nesta obra, a classificação é citada, porém não referenciada enquanto conceito separado das noções de fundo e proveniência, e descrevem-se as unidades de classificação como os fundos, grupos e série, porém sem distanciar a classificação da descrição, justificável pelo discurso integrador defendido pelos autores.

Existe no caso, uma separação entre os instrumentos de gestão documental, relacionados diretamente a classificação, avaliação e controle dos documentos e os instrumentos de descrição documental, relacionados com a descrição e uso dos documentos.

Uma série de instrumentos relacionados à gestão e à avaliação são descritos, como por exemplo, a tabela de seleção/tabela de temporalidade ou mesmo um guia de gestão dos arquivos.

No que diz respeito à classificação são descritos os seguintes instrumentos:

- O quadro geral de classificação: instrumento que permite aplicar o primeiro grau do princípio da proveniência (ordem externa dos fundos uns em relação aos outros)

e respeitar o princípio da universalidade que preconiza que o arquivista apreenda, compreenda, estruture, classifique, arrume e descreva a informação orgânica e registrada de forma global (fundo, grupo de arquivos, ou arquivo de um organismo) antes da passagem para outra etapa mais detalhada que a aplicação do segundo grau do princípio da proveniência (ordem interna dos documentos, unidades de instalação e séries dentro de cada um dos fundos)

- O guia de classificação oficial e uniforme: instrumento de gestão que permite aplicar o segundo grau do princípio de proveniência [...] em cada um dos fundos e respeitar o princípio da universalidade, indo do geral para o particular. É de fato possível estruturar, de modo ordenado, a classificação da totalidade dos documentos de um organismo ou até de um estado desde a sua criação ou durante o seu período de atividade, conferindo-lhes uma ordem decorrente do guia de classificação geral e uniforme. É esta ordem interna dos diferentes fundos do organismo (segundo grau do princípio da proveniência) que é respeitada no momento do tratamento dos documentos de conservação permanente quando estes vêm da administração que os produziu. (ROUSSEAU & COUTURE, 1998, p.146-147)

Os autores apresentam dois níveis de classificação complementares devido à ampliação do princípio de proveniência que acontece no Canadá.

Existe um nível maior, que se relaciona com o fundo e o grupo de arquivo é a “ordem externa dos fundos”, e um segundo que é ordem interna dos documentos e das séries.

Nesta realidade o princípio da ordem original perde sua força, se mantendo mais pela relação dos documentos entre si, que é perceptível pelos arquivistas, do que pela rigidez de manter-se a ordem original, o princípio da proveniência torna-se o ponto de partida principal, para efetuar a classificação.

A respeito da descrição e dos instrumentos de pesquisa, o manual apresenta diferenças terminológicas em relação aos outros cinco manuais estudados, apresentando-os da seguinte maneira:

- O catálogo: instrumento de descrição documental de ordem geral que apresenta informação por ordem alfabética do tipo: Catálogo de arquivos (ou catálogos coletivos dos arquivos canadenses no caso do Canadá), catálogos dos fundos.

- O guia por série, sub-série ou subsub-série: instrumento de descrição documental que fornece uma visão de conjunto de uma série, sub-série ou subsub-série de documentos que possuem uma grande amplitude.

- O inventário catálogo: instrumento de descrição documental destinado a enunciar de modo exato a documentação de um fundo ou de uma coleção de arquivo (ROUSSEAU & COUTURE 1998, p.140-142)

Os instrumentos apresentados pelos autores diferem-se dos apresentados nos manuais anteriores, por tratar de uma tradição de organização diferente, na qual existem mais níveis de descrição e uma quantidade maior de instrumentos de pesquisa, esses três, fundamentais estão aliados a outros tantos complementares visando a uma melhor compreensão dos documentos.

Nas outras tradições apresentadas, o catálogo é instrumento de pesquisa mais pontual chegando ao nível das peças, o guia é o instrumento mais geral (fundo) e o inventário é instrumento que chega ao nível da série.

Percebe-se, pela terminologia, que existe outro entendimento da forma de conceber a organização arquivística, buscando uma integração ente os princípios e as funções arquivísticas.

O arquivo é visto em sua totalidade visando a uma organização mais consistente e, portanto, buscando formas de tornar a relação entre os documentos e os usuários mais consistente.

Já que a Arquivística tem buscado atualmente, impor-se como uma disciplina que possui metodologias consistentes para analisar os documentos em meio digital o desenvolvimento dos conceitos de classificação, descrição e avaliação no Canadá, na atualidade, tem provocado uma série de mudanças teóricas e metodológicas na disciplina.

A análise apresentada dos seis manuais faz um panorama da construção da disciplina, no que diz respeito à descrição e classificação seus métodos, princípios e maneiras de perceber os arquivos e a Arquivística.

O objeto desta análise era estabelecer um percurso teórico e na medida do possível, discursivo, da Arquivística ao longo de seu desenvolvimento.

Uma análise discursiva de tal fenômeno é antes de tudo histórica e ideológica, na medida que os autores tomam determinadas posições no espaço-tempo. Visando ao fechamento das análises e do próprio texto, a seguir serão trabalhadas as considerações finais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com esta pesquisa construir um quadro teórico dos principais fundamentos da disciplina Arquivística, baseando-se em seis importantes manuais, buscando neles os conceitos de descrição e classificação e suas implicações teóricas para a prática e teoria arquivística.

Procurou-se, ainda, por meio do olhar da análise do discurso, buscar um pouco mais a respeito destes conceitos, identificando os sujeitos dos enunciados e os lugares em que esses sujeitos enunciam seus conceitos.

Ainda neste sentido, buscou-se identificar tradições Arquivísticas presentes nos países dos seis manuais trabalhados, procurando-se uma melhor compreensão dos contextos e dos próprios conceitos que, no caso dos primeiros três manuais, foram responsáveis pela estruturação do pensamento arquivístico.

Por meio do percurso histórico e conceitual foi possível perceber que a teoria está aliada e é refém de um jogo exterior a ela mesma.

Procurou-se, com isso, compreender qual é o papel da Arquivística enquanto disciplina, para a organização dos Arquivos e sua construção conceitual ao longo de dois séculos de seu desenvolvimento.

São necessários estudos de ordem teórica buscando uma maior flexibilidade dos princípios de organização da Arquivística, já que se entende que é a teoria que deve se adequar à sociedade e não a sociedade se adequar às teorias, as informações precisam ser encontradas, classificadas e descritas, se Arquivística não fazê-lo outra disciplina pode ocupar seu lugar.

Num primeiro momento, a fim de circunscrever o campo histórico dos manuais estudados e da própria disciplina desenvolveu-se um histórico, das obras e dos autores responsáveis pela promulgação dos principais conceitos relacionados à disciplina, este percurso, nos moldes apresentados, com os autores trabalhados, encontrava-se inédito em língua portuguesa e este trabalho buscou contribuir para o crescimento do referencial teórico da disciplina em língua portuguesa.

É possível, ainda, por meio das análises dos manuais perceber o caráter disciplinador nos primeiros manuais, e que a partir das publicações de Schellenberg existe uma abertura e uma flexibilização dos conceitos visando a adequar a teoria Arquivística aos documentos modernos.

Pode-se concluir, a partir do segundo capítulo, que o percurso histórico da Arquivística, começou a partir da Revolução Francesa devido à criação dos Arquivos Nacionais, tendo-se em vista os problemas gerados pela centralização dos arquivos.

Anos mais tarde, com a criação e desenvolvimento do princípio de *respect des fonds*, elevou a um re-arranjo dos arquivos europeus e o princípio começou a ser utilizado em uma série de países.

Neste período, século XIX, a teoria arquivística tem seu ponto alto com a publicação do manual de Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e R. Fruin que aglutinou em uma única obra todos os avanços da disciplina no seu primeiro século.

No início século XX, é publicada outra importante obra responsável por traduzir os princípios pensados pelos holandeses para o inglês porque, antes da publicação do seu manual, não era um hábito na Inglaterra escrever obras reflexivas sobre a natureza dos arquivos e os processos de organização. Não havia qualquer periódico acadêmico que contemplasse a Arquivística na Inglaterra.

O manual de Hillary Jenkinson é ainda, responsável por uma ampliação da atuação da Arquivística principalmente no que diz respeito à classificação e descrição dos arquivos histórico-culturais.

Responsável também pelo desenvolvimento do conceito de *record groups* que teve implicações práticas e teóricas para o desenvolvimento da arquivística anos mais tarde.

O outro ponto alto estudado neste capítulo, foi a obra de Schellenberg, responsável conjuntamente com Ernest Posner pela criação dos conceitos de gestão documental e a avaliação.

Foi possível ainda, perceber sua trajetória como difusor do conhecimento Arquivístico no mundo.

O segundo capítulo descreveu a percurso dos autores e de suas obras no passado e na atualidade visando delimitar seu contexto histórico e sua compreensão geral dos conceitos arquivísticos.

No terceiro capítulo apresentaram-se os três manuais contemporâneos analisados e suas implicações teóricas para os países trabalhos.

Foi possível, por meio da revisão bibliográfica, marcar como se deu o desenvolvimento da Arquivística na Espanha e o papel que o manual de Antonia Heredia Herrera ocupa.

Já sobre o Brasil, foi possível concluir que prática arquivística no Brasil ainda bastante recente, teve um grande crescimento nos últimos 30 anos e demarcar o campo de atuação de alguns autores principais e do manual analisado de Heloísa Liberalli Bellotto.

No Canadá foi possível delimitar três grandes correntes de pensamento atuais que, modificaram a teoria e prática arquivística.

A Arquivística neste contexto, pode-se sintetizar estas correntes, como, a Arquivística Integrada – liderada pelas figuras de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture relacionada a uma integração entre os arquivos histórico-culturais e administrativos; a Arquivística Funcional – fundamentada principalmente na avaliação e proveniência, liderada por Terry Cook, Brien Brothman e outros autores, aproximando a teoria e prática arquivística das ciências humanas; e a Diplomática Contemporânea, liderada por Luciana Duranti preocupando-se com o documento eletrônico enquanto prova e os usos modernos para os conceitos diplomáticos.

Por meio de tal panorama, foi possível circunscrever conceitualmente e historicamente o manual analisado, proveniente da integração da teoria arquivística.

No quarto capítulo, foram apresentados os conceitos fundamentais de Análise do Discurso, seu percurso histórico e conceitual, seus principais autores visando a aproximar o objeto de análise à teoria proposta.

Foi possível, por meio da revisão bibliográfica, marcar os conceitos importantes para análise e como a análise do discurso pode ser utilizada como metodologia de trabalho.

Deixou-se claro a corrente que esta pesquisa buscou filiar-se, calcada principalmente no conceito de formação discursiva e sua relação com a ideologia.

Por fim, no quinto quadro foi efetuada a análise, calcada ora numa busca discursiva, ora numa busca pelos conceitos de classificação e descrição.

Os conceitos são reféns de sua própria discursividade e por meio desta análise foi possível perceber o percurso dos conceitos no tempo e no seu espaço.

Através da discursividade da disciplina, os princípios por trás da classificação - a proveniência e ordem original foram discutidos em suas minúcias.

No caso da descrição foram discutidos seus princípios e seu percurso de atividade secundária, no caso do manual holandês e em Jenkinson, até tomar um lugar privilegiado no manual de Couture e Rousseau, como parte fundamental das funções arquivísticas.

Essa pesquisa não só conclui, é necessário continuar buscando desvendar os caminhos teóricos e discursivos da Arquivística.

É preciso, por exemplo, estudar o discurso em um nível do texto oral, que neste caso, menos objetivo e mais subjetivo por meio de sua análise se desvendariam certas posições a

respeito da profissão, a respeito do percurso teórico da disciplina e acima de tudo, não sua posição puramente “científica” que a partir das análises é possível perceber a rigidez própria da teoria arquivística em seus livros, o que na verdade, é próprio do discurso científico.

Então a partir de uma análise do texto oral seria possível estabelecer uma relação entre o discurso profissional e o discurso acadêmico, num nível que para a Análise do Discurso seria mais instrumental.

Quando se fala instrumental é devido às características do texto oral, mais fluído em situações que como Orlandi (2007) postula sobre as tipologias discursivas, o discurso passa de uma fração de segundo de autoritário, para polêmico e mais alguns momentos torna-se lúdico.

Esta análise no contexto atual da Ciência da Informação e da Arquivística, faz-se fundamental.

REFERÊNCIAS:

ALLEN, H. C.. **História dos Estados Unidos da América**. Rio de Janeiro: Forense, 1964.

ALÓS, P. A. Em busca de um percurso singular de sentidos: cinco noções básicas do dispositivo teórico na análise do discurso. **Linguagem em (dis)curso** v.4, n.2, p.10-342004

AITHUSSER, L. P. **Aparelhos ideológicos de estado**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975

BANTIN, P.C. Strategies for managing electronic records: a new archival paradigm? an affirmation of our archival traditions? **Archival issues** v. 23 n.1, 1998, p.17-34

BELLOTTO, H.L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2ª ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____ **Arquivos permanentes: tratamento documental** Rio de Janeiro: FGV, 1991

BONNAFOUS, S. Processus discursifs et structures lexicales: le congrès de Metz (1979) du parti socialiste. **Langages**, n.62, set, 1983

BRANDÃO, N. H. H. **Introdução a análise do discurso**. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993

_____ **Subjetividade, argumentação, polifonia: A propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Ed da UNESP, 1998

BROTHMAN, B. Declining Derrida: Integrity, tensegrity and the preservation of archives from deconstruction. **Archivaria** n.48 ,Fall ,1999 p.64-85

_____ Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation, **Archivaria** 61.spring, 2006. p.235-269

_____ Afterglow: conceptions of record and evidence in archival discourse. **Archival Science** v.2, n.3-4 2002 p. 311–342

CASANOVA, E. **Archivistica**. 2 Ed. Siena: STAB. ARTI GRAFICHE LAZZERI, 1928
Disponível em <http://www.archivi.beniculturali.it/Biblioteca/indicerarita.html> . Acessado em:18 de Julho de 2007

CALDEIRA, J. R.C. **IEB**: Origem e significados: uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002

CASTRO, A. M. M.. A formação e a profissão do arquivista no Brasil. In:**CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**, I. Associação dos Arquivistas Brasileiros. 1972, Rio de Janeiro, RJ. *Anais...* Brasília, 1979.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo:Contexto, 2004

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, Spring, 1997, p. 18-63.

_____ Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, vol. 1, n. 1, 2001, p 3-24.

_____. Fashionable nonsense or professional Rebirth: postmodernism and practices of archives. **Archivaria**, n. 51, spring, 2001, p. 14-35.

_____ The tyranny of the medium: a comment on “Total archives” **Archivaria** n.9, Winter, 1979

_____. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in canada, 1950-2000 **Archival Science** n.5, 2005 p.101-161

_____ Macro-appraisal and functional Analysis: documenting governance rather than government", **Journal of the Society of Archivists** n.25 v.1 Spring, 2004

CORTÁZAR, Fernando Garcia de; VESGA, José Manuel González. **História de Espanha: Uma Breve História**. Barcarena: Editorial Presença, 1997.

COUTURE, C. ROUSSEAU, J.-Y. et all **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

_____. Taking stock: the evolution of archival Science in québec **Archivaria** vol.59, spring, 2005, p.27-39

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. Campinas: Ed da Unicamp, 1993. 2 v.

DURANTI, Luciana. **The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES.)** Disponível em: <<http://www.interpares.org/>>. Acesso em: 5 set. 2009.

EASTWOOD, T. Jenkinson's writings on some enduring archival themes. **American Archivist** , n. 67 , spring/sumer, 2004, p.31-44

_____. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. **Archivaria**, Ottawa, v. 2, n. 50, p.93-116, Fall, 2000.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise do discurso no Brasil um breve perâmbulo. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (org.). **Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007. Cap. 1, p. 13-22.

FIORIN, José Luíz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

FISCHER, R.M.B. A Análise do discurso: para além de palavras e coisas. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 18-37

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996

_____. **A Arqueologia do Saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GADET, F. HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2.ed. Campinas : Ed. da Unicamp, 2001

GENERELO, J.J. & MORENO LÓPES, A.(Coord.) **Historia de los archivos y de la Archivística em España**. Valladolid:Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 1998

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux: na análise do discurso - diálogos & duelos.** São Carlos: Ed Claraluz, 2006.

_____ **Análise do Discurso: história, epistemologia, exercícios analíticos.** Texto crítico de livre-docência em Análise do Discurso. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2008.

HEREDIA, Antonia Herrera. **Archivística General: teoría y práctica.** 7ªed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1995.

HOBBSAWM, E.J. **A revolução francesa.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2008.

HOLMES, Oliver W.. Archival Arrangement: Five Different Operations at Five Different Levels. **American Archivist**, Chicago, v. 3, n. 27, p.21-41, winter, 1964.

HORSMAN, P., KETELAAR, E & THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. **American Archivist**. n. 66, Winter/Spring, 2003. p.249-270

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes.** Campinas:Ed. da Unicamp, 1997

JARDIM, J.M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil** Niterói: Ed. da UFF, 1996

_____ & FONSECA, O. M. **A Formação do arquivista no Brasil NITERÓI:** Ed. da UFF, 1999

JENKINSON, H. **Selected writings of Sir Hilary Jenkinson.** Gloucester: Alan Sutton, 1980.

_____ **A manual of archive administration:** including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922

KETELAAR, E. Archivist research saving the profession. **American Archivist**. n. 63, Fall, 2000, p. 322-340.

_____. Archival theory and the Dutch Manual. **Archivaria**. n. 41, Spring, 1996, p. 31-40 .

FREITAS, Lúcia da Silva. **Na Teia dos Sentidos**: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da Informação. 2001. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Comunicação, USP, São Paulo, 2001.

LÓPES GOMES, P. Archival science in Spain Between 1975 and 2005 :a review. **Archival Science**.n.7, 2007 p. 254-287.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Gestos de Leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. Cap. 1, p. 15-28.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes,1997

_____. **Análise de textos de comunicação**. Trad. de M. C. P. de Souza-e-Silva / A. D. Rocha. São Paulo: Cortez. 2005.

MOUSNIER, R. **História Geral das Civilizações**. São Paulo: DIFEL,1958 V.3

MILLAR, L. Discharging our debt: the evolution of the total archives concept in English Canada **Archivaria** n.46, fall, 1998, p.103-146

NAHURET, L. & GADOURY, R. Towards an understanding of the Archival discipline in Québec **Archivaria** n.49, spring, 2005

NETHERLANDS ASSOCIATION OF ARCHIVISTS. Manual for the arrangement and Description of Archives. New York : H. W. Wilson , 1968

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (Org.) . **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas:Ed. Unicamp, 1994.

_____. **Discurso e leitura**. 5. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007

PÊCHEUX, M. **Discurso: Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre:UFRGS, v. 01, n. 01, p.47-55, nov. 1998.

POSNER, E. et.all. In memoriam **American Archivist** v.33 n.2, 1970 p.190-202

ROBIN, R. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultirx, 1997

RODRIGUES, J. H. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério de Justiça e Negócios Interiores, 1959

ROMERO, R. M. La biblioteca de la Escuela Superior de Diplomática: la presencia de la Historia Antigua en la enseñanza española del siglo XIX a través de sus fondos **Gerión** v.1 n 23, 2003, p.345-370

RUNDELL, Walter. Oliver W. Holmes. **American Archivist**, Chicago, v. 2, n. 45, p.262-299, spring 1982

SANTOS, G. C. & RIBEIRO, M. C. **Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática**. Campinas : Átomo, 2003

SANTOS, P. R.E. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina** 2008 Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

SILVA, A. M. da; et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SMITH, J.F. Theodore R. Shellenberg: americanizer and popularizer. **American Archivist**. n.44 v4.Fall, 1981 p.313-326

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza L.. **Organização e Representação do Conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 240-269.

STAPLERTON, R. Jenkinson and Schellenberg: comparison, **Archivaria**. n.17, fall 1983 p 65-85.

SWIFT, M. D. The Canadian Archival scene in the 1970s: current development and trends. **Archivaria** n.15, Winter, 1982 p.47-57

SWEENEY, S. The Ambiguous origins of the archival principle of provenance. **Libraries & the Cultural Record**. v2, n.43 , 2008, p.193-213

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Trad. Nilza Teixeira Soares. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002

_____. **Modern Archives**: principles & techniques. Chicago: Society of American Archivists, 2003.